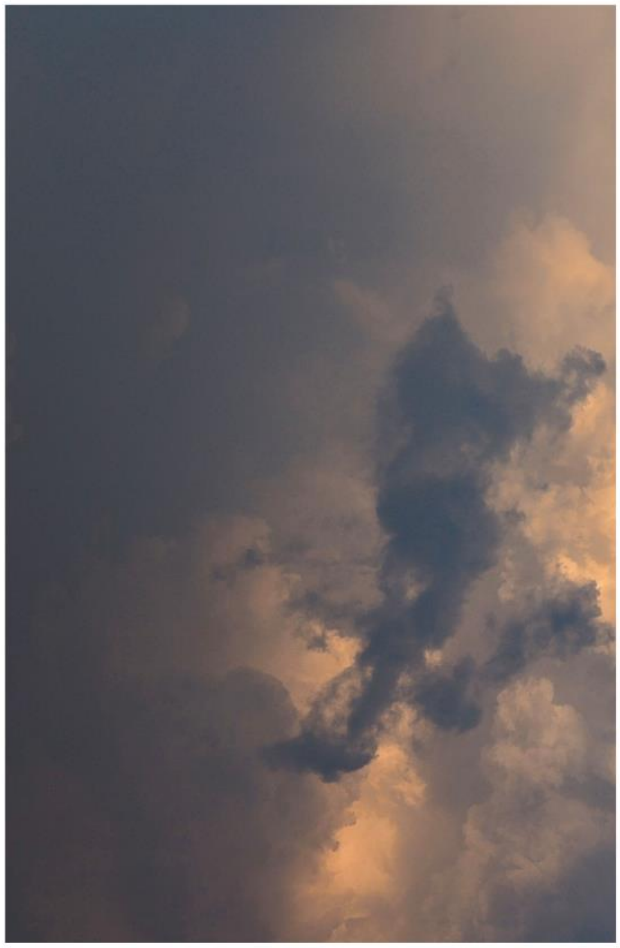
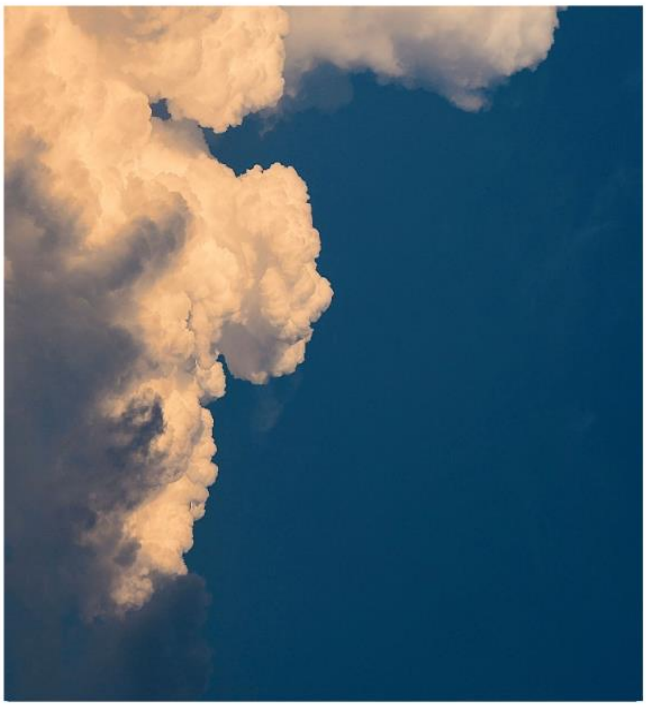
REVISTA PORTUGUESA DE GRUPANÁLISE

SOCIEDADE PORTUGUESA DE GRUPANÁLISE E PSICOTERAPIA ANALÍTICA DE GRUPO







AMOR EM TEMPOS DE CLIVAGENS

2026

DEPÓSITO LEGAL
235312/05

EDITOR
Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo
www.grupanalise.pt
R. Carlos José Barreiros, 25 R/c Dto., 1000-087 Lisboa
e-mail: spgpag.pt@gmail.com
Lisboa, 2026

DESIGN
Layout e paginação: Lara Caeiro
Capa e grafismo: Diogo António

ISSN
1645-0078

Estrutura Editorial

Director

César Vieira Dinis

Comissão Editorial

Francisco Salgado, Lara Caeiro, Diogo António, Andreia Ferreira

Conselho Editorial

Ângela Ribeiro, Domingos Silva, Isaura Manso Neto, João Carlos Melo,
José de Abreu Afonso, Sara Ferro

Comissão de Revisores

Ângela Ribeiro (Portugal)
Aucíndio Valente da Silva (Portugal)
Beatriz Fernandes (Brasil)
Carlos Góis (Portugal)
César Vieira Dinis (Portugal
Francisco Salgado (Portugal)
Graça Galamba (Portugal)
Isaura Manso Neto (Portugal)
João Carlos Melo (Portugal)
José de Abreu Afonso (Portugal)
Maria João Centeno (Portugal)
Mário David (Portugal)
Paulo Mota Marques (Portugal)
Sara Ferro (Portugal)
Waldemar Fernandes (Brasil)

ÍNDICE

Editorial 7

Amor em Tempo de Clivagem 11
Ângela Ribeiro

Como fazer face às clivagens contemporâneas: Cultura, Amor e Regulação Relacional 17
David Figueirôa

Identificação e identidade dos grupanalistas e outros psicoterapeutas psicanalíticos. Como escolher um psicoterapeuta? O padrão grupanalítico integra o factor T 29
Isaura Manso Neto

Comentário à Conferência de Isaura Manso Neto 47
José de Abreu Afonso

A Vinculação do Indivíduo ao Grupo: Uma Teoria Clássica com uma Abordagem Recente 51
João Justo

Vínculos fraternos e formação da identidade - seu enquadramento na terapia grupanalítica 61
Francisco Salgado

Vertigem psicanalítica: para além das palavras no amor e no sublime 69
Rita Sousa Lobo

Patologia ou adaptação? Uma reflexão sobre o funcionamento borderline na sociedade contemporânea 81
Carlota Rocha e Cunha

O Virtual e o Material: identidade, pertença e clivagens na vida das organizações 93
José de Abreu Afonso & Sebastião de Abreu Afonso

Programa parentalidade reflexiva uma intervenção psicopedagógica: promover relações saudáveis e interromper ciclos transgeracionais 103
Mariana Rodrigues e Célia de Magalhães

Psychological safety and mental health in organizations 111
Ana Paula Costa

Normas de Publicação 123

Editorial

Este número da Revista Portuguesa de Grupanálise é inteiramente dedicado ao XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG), que se realizou nos dias 7 e 8 de novembro de 2025 na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Subordinado ao tema: "*Amor em Tempos de Clivagem*" este congresso inscreve-se na mesma linha de preocupações dos últimos congressos da SPGPAG: em 2023, "As Potencialidades dos Grupos em Tempos de Desamparo"; em 2024, "O Outro Diferente de Nós- Os Grupos em Tempos de Intolerância" e agora, em 2025, "*Amor em tempos de clivagem*", trilogia que reúne temas sobre o desamparo, a intolerância e a clivagem, numa clara tentativa de compreender e responder aos desafios que estas questões nos colocam nos tempos atuais.

Mas para compreendermos o que esteve em causa neste evento, nada melhor que transcrever a mensagem prévia de divulgação de Ângela Ribeiro, presidente do XXIV Congresso de Grupanálise:

"Num mundo cada vez mais fragmentado, onde divisões sociais, políticas e culturais se acentuam, o amor emerge como uma força potencial de coesão e entendimento. A grupanálise e a psicanálise oferecem uma lente profunda para compreender como o amor pode atuar como um antídoto contra a clivagem que permeia as nossas sociedades. O sujeito contemporâneo, atravessado por uma lógica narcísica, busca no outro um espelho que confirme a sua omnipotência ou, ao contrário, um objeto descartável quando este falha em sustentar a sua ilusão de plenitude. A alternância entre a idealização e a desvalorização intensifica-se na cultura digital, onde a performance do amor importa mais do que a sua vivência autêntica. O amor, no entanto, exige a capacidade de sustentar a ambivalência, de tolerar a frustração sem recorrer à clivagem. Como nos ensina Winnicott, o amadurecimento emocional passa pelo reconhecimento da alteridade: o outro não é um mero prolongamento do self, mas um sujeito com desejos e falhas próprias. Quando essa dimensão é recusada, ficamos presos a um amor persecutório, onde o menor sinal de frustração acciona angústias primitivas, levando à fragmentação do vínculo. Sándor Ferenczi, enfatizou a importância do amor e da ternura nas relações humanas, destacando que esses elementos vão além da mera sexualidade. Para Ferenczi, o amor abrange empatia, simpatia e processos interpessoais positivos, fundamentais tanto na prática analítica quanto na vida social em geral. Ele acreditava que o amor, ou "amor primário", é o fermento necessário que impulsiona o processo terapêutico, permitindo a exploração e superação de frustrações e conflitos subjacentes. Freud, introduziu o conceito de libido, uma energia vital que impulsiona os nossos instintos de vida e sexualidade. Para Freud, o amor é uma manifestação dessa libido, direcionando-nos a formar laços afetivos e comunitários. Na sua obra "Mal-Estar na Civilização", Freud destaca que Eros é fundamental para a preservação da humanidade, pois promove a união entre os indivíduos e a construção de comunidades baseadas no respeito e na cooperação. Em tempos de clivagem, Thanatos pode manifestar-se através de comportamentos agressivos e divergentes. No entanto, o amor, como expressão de Eros, tem o potencial de contrabalançar essas tendências destrutivas, promovendo a empatia, a compreensão e a solidariedade. A grupanálise e a psicanálise oferecem-nos ferramentas

valiosas para entender o papel do amor em contextos de divisão ao reconhecer o amor como uma força vital que pode contrapor-se às tendências destrutivas. Em tempos de clivagens, o amor não é apenas um sentimento, mas um ato consciente de resistência e transformação. Este Congresso convida-vos a reflectir sobre esta temática tão atual e desafiante aos nossos olhos e lança-vos esse repto. Bom Congresso!" (In Resumos XXIV Congresso Grupanálise 2025, Ângela Ribeiro)

Tendo como início uma Mesa de Diálogo Multidisciplinar, são apresentadas as comunicações/artigos de Ângela Ribeiro e de David Figueirôa. No primeiro, com o título:" *O Amor em tempos de Clivagem*" a autora enfatiza a importância do amor para tratar a cisão e a clivagem inter-pares; no segundo, com o título*: "Como fazer face às clivagens contemporâneas: Cultura, Amor e Regulação Relacional" o* autor propõe seguir uma reflexão sobre as possíveis respostas que ajudem a enfrentar o funcionamento, que Bollas descreve como "*Estados fascistas da mente*" (1992).

De seguida publicamos a conferência da Isaura Manso Neto subordinada ao tema: "*Identificação e Identidade dos Grupanalistas e outros Psicoterapeutas Psicanalíticos. Como escolher um Psicoterapeuta? O Padrão Grupanalítico integra o Fator T"*, onde a autora destaca a importância da personalidade dos terapeutas, do seu saber e da sua forma de estar na relação, o que a aproxima do conceito de Padrão introduzido por Cortesão (1989), conceito que, na sua opinião, integra o Factor T (Wampold, 2015; Norcross, 2018). Publica-se igualmente o *Comentário* que se seguiu a esta conferência, assegurado por José Abreu Afonso.

Seguem-se um conjunto de comunicações/artigos que passamos a apresentar:

1. "*A vinculação do indivíduo ao grupo: Uma teoria clássica com uma abordagem recente*" de João Justo, onde o autor se propõe oferecer uma discussão atual da vinculação ao grupo, baseando-se nos contributos bibliográficos mais recentes.

2. "*Vínculos fraternos e formação da identidade - seu enquadramento na terapia grupanalítica"* de Francisco Salgado, onde se enfatiza a importância dos vínculos fraternos para a compreensão e transformação do indivíduo como um todo.

3. *"Vertigem psicanalítica: para além das palavras no amor e no sublime*" de Rita Sousa Lobo. Neste artigo, a autora, diz-nos, entre outros aspetos, que na psicanálise, os limites da linguagem não representam um obstáculo, mas sim um espaço para o desconhecido, onde é possível contestar a vida perdida (Odgen, 2024).

4. *"Patologia ou adaptação? Uma reflexão sobre o funcionamento borderline na sociedade contemporânea*" de Carlota Rocha e Cunha, onde é apresentada uma reflexão sobre a importância das dimensões sociais no sofrimento psíquico, propondo um diálogo entre abordagens clínicas e sociais.

5. "O *Virtual e o material: Identidade, pertença e clivagens na vida das organizações*" de José Abreu Afonso e Sebastião Abreu Afonso. Neste artigo, os autores, fazem uma reflexão sobre riscos potenciados

pelo recurso ao modo de funcionamento online e questionam se a ausência de encontros presenciais não debilitam importantes ligações inconscientes que sustentam as instituições.

6. "*Programa* p*arentalidade Reflexiva uma intervenção psicopedagógica"* de Mariana Rodrigues e Célia Magalhães, onde se apresenta um trabalho sobre a experiência com grupos multifamiliares no Hospital de Dia – Programa A – ULSSM, trabalho que evidencia a transgeracionalidade da doença mental, sublinhando a necessidade de intervenções que promovam a saúde mental parental e a interrupção de padrões disfuncionais.

7. "*Psychological safety and mental health in organizations "("Segurança Psicológica e Saúde Mental nas Organizações*") de Ana Paula Costa. Neste trabalho, a autora apresenta um estudo que explora a relação entre a perceção de segurança psicológica dos indivíduos no ambiente de trabalho e a sua saúde mental.

Reúne-se assim, um conjunto de trabalhos que testemunham a qualidade técnica e científica deste nosso XXIV Congresso, a que a Revista Portuguesa de Grupanálise quis desde logo associar-se e dar testemunho com a presente publicação. Esperamos que seja do vosso agrado.

Pela Comissão Editorial

Francisco Salgado

Amor em Tempo de Clivagem

Ângela Ribeiro

Resumo

Este trabalho foi apresentado no Congresso com esta designação. Visa enfatizar a importância do Amor para tratar a cisão e a clivagem inter-pares, fatores tão presentes no mundo atual. Faz uma pequena revisão bibliográfica desde Freud que enfatizava a teoria da pulsão com a introdução do conceito de libido como manifestação de Amor até autores como Ferenczi, Fairbairn e Winnicott que priorizam o Amor, a ternura, a empatia para tratar a clivagem e a angústia primária.

Palavras-chave: Grupanálise, Amor, Clivagem, Civilização atual

Abstract

This paper was presented at the congress bearing this title. It aims to emphasize the importance of Love in addressing the schism and splitting occurring between peers—factors so prevalent in today's world. It provides a brief literature review, tracing the evolution from Freud—who emphasized drive theory and introduced the concept of libido as a manifestation of Love—to authors such as Ferenczi, Fairbairn, and Winnicott, who prioritize Love, tenderness, and empathy in addressing splitting and primary anxiety.

Keywords: Group Analysis, Love, Splitting, Contemporary Civilization

Vivemos num tempo de fragmentação.

Tanto no espaço íntimo como no social, multiplicam-se sinais de cisão, isolamento e polarização.

A tecnologia aproxima-nos e separa-nos: estamos ligados por ecrãs, mas muitas vezes desligados de nós e do outro.

A informação é constante, abundante, incisiva.

Recebemos notícias de vida e de morte, de guerra e de fome, repetidas ao longo do dia.

A realidade invade-nos sem mediação: tudo chega filtrado, exagerado, acelerado, mas em tempo para

[1] Médica psiquiatra, Grupanalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo.

Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa, 7-8 novembro de 2025.

ser sentido ou pensado.

E, simultaneamente, nas redes sociais e no entretenimento, vemos um mundo perfeito: vidas radiantes, corpos sem falhas, viagens intermináveis, felicidade permanente.

As referências do mundo tornaram-se elas próprias clivadas: uma parte é dor crua; outra, brilho artificial.

Entre estas duas imagens extremas, o ser humano perde-se. Interroga-se. Cansa-se. Desanima.

O laço humano — antes sustentado pela presença, pelo olhar e pela palavra — parece ameaçado por uma crescente incapacidade de escuta, de atenção e de reconhecimento mútuo.

Há uma ferida na civilização atual: uma ferida de separação, de descontinuidade, de desencontro.

E sabemos já: onde o vínculo falta, o desespero cresce.

É inquietante o aumento de suicídios entre jovens e idosos nos centros urbanos.

Por detrás de cada número, há um pedido silencioso: *Vejam-me. Ouçam-me. Não me deixem só.*

O ser humano precisa de estabilidade para viver.

Precisa de esperança para continuar.

Precisa de vínculos coesos para amar e ser amado.

O nosso tempo exige, mais do que nunca, um retorno ao essencial: **o interesse verdadeiro, a presença, o afeto, a entrega.**

Só assim se constrói o espaço onde a vida se torna habitável e o amor possível.

Por isso, talvez hoje seja mais urgente do que nunca acreditar no sonho que John Lennon cantou:

"Imagine all the people living life in peace."

Na linguagem psicanalítica, poderíamos dizer que atravessamos **tempos de clivagem**: tempos em que o Eu, o grupo e o coletivo se defendem da angústia pela divisão, pela negação da dor e pela expulsão do diferente. A clivagem protege, mas também empobrece; é um gesto de sobrevivência que, quando se cristaliza, impede o pensamento e destrói a continuidade do ser. Que lugar pode o amor ocupar, hoje, num mundo dividido?

É precisamente nesse cenário que o **Amor** se impõe como tema e como desafio. O amor — enquanto força libidinal, vínculo simbólico e gesto ético — representa a capacidade de **ligar o que foi separado**, de **reconhecer o outro sem o anular**, de **reparar a ruptura entre o dentro e o fora, o Eu e o Nós**.

Mais do que um afeto, o amor é, na perspetiva psicanalítica e grupanalítica, **uma função de ligação**, uma experiência de integração e de esperança.

A psicanálise lembra-nos que onde há clivagem, pode haver também desejo de ligação. O amor, nas suas múltiplas formas — erótica, parental, transferencial, fraterna — é a experiência que restaura a

continuidade do ser, que permite pensar o outro e suportar a diferença.

Vários autores psicanalíticos abordaram o tema de forma diferente.

Comecemos pelo pioneiro, Freud. Este, na sua teoria da pulsão, introduziu o conceito de libido, uma energia vital que impulsiona os nossos instintos de vida e sexualidade. Para ele o amor é uma manifestação dessa libido, direcionando-nos a formar laços afetivos e comunitários. Na sua obra "Mal-Estar na Civilização", publicada em 1930.

Freud destaca que o amor e o impulso de Eros são fundamentais para a preservação da humanidade, pois promovem a união entre os indivíduos e a construção de comunidades baseadas no respeito e na cooperação.

Em tempos de clivagem, Thanatos pode manifestar-se através de comportamentos agressivos e divergentes. No entanto, o amor, como expressão de Eros, tem o potencial de contrabalançar essas tendências destrutivas, promovendo a empatia, a compreensão e a solidariedade.

Winnicott, embora não negando a teoria da pulsão, relega-a para um segundo plano.

Fala-nos da relação de objeto mãe/filho primeiro vivida como uma relação de omnipotência embora ilusória, mas à medida que a criança se expressa através de gestos e sinais, concebe a “falha da adaptação gradual da Mãe”, essencial para o desenvolvimento da separação, diferenciação e realização. Assim a criança, futuro adulto, adquire a capacidade de sustentar a ambivalência, de tolerar a frustração sem recorrer à clivagem. Para Winnicott o amadurecimento emocional passa pelo reconhecimento da alteridade: o outro não é um mero prolongamento do self, mas um sujeito com desejos e falhas próprias. Quando essa dimensão é recusada, ficamos presos a um amor persecutório, onde o menor sinal de frustração acciona angústias primitivas, levando à fragmentação do vínculo.

Sándor Ferenczi, na sua correspondência com Freud, trouxe uma das inovações mais significativas para o tratamento, o conceito de 'encontro' analítico, que enfatiza a experiência relacional no processo de cura. Na sua prática clínica, ele não temia utilizar a vulnerabilidade emocional como um recurso terapêutico, ao invés de muitos de seus colegas que mantinham uma abordagem mais distante. Ele sustentava que, ao se permitir transparência e humanidade na relação terapêutica, se poderia ajudar os pacientes a se sentirem menos isolados nas suas experiências psicóticas. A técnica de Ferenczi incluía também a utilização de intervenção, que envolvia estar presente e envolvido de maneira ativa durante as sessões, proporcionando uma forte base para a transferência e exploração de sentimentos. Ele enfatizou a importância do amor e da ternura nas relações humanas, destacando que esses elementos vão além também da mera sexualidade. Para Ferenczi, o amor abrange empatia, simpatia e processos interpessoais positivos, fundamentais tanto na prática analítica quanto na vida social em geral. Ele acreditava que o amor, ou "amor primário", é o fermento necessário que impulsiona o processo terapêutico, permitindo a exploração e superação de frustrações e conflitos e que permite ao sujeito sentir-se vivo.

Para Ferenczi, a cura surge quando o paciente encontra, na relação analítica, um amor que não invade

nem abandona — uma experiência emocional corretiva, onde pode finalmente confiar.

Em Ferenczi, a clivagem é o resultado de um amor traído — e o amor, quando vivido em segurança, é o único capaz de desfazer a clivagem.

O sujeito divide-se para preservar o vínculo, e reencontra-se quando o amor volta a ser possível.

Fairbairn é um dos pioneiros da escola das relações de objeto, e é um autor central para pensar a clivagem e o amor dentro da psicanálise contemporânea, especialmente pela forma como ele desloca o foco do princípio da pulsão para o princípio da relação. Ao contrário de Freud, que via o indivíduo motivado por pulsões (de prazer e descarga), Fairbairn propôs que o bébé nasce em busca de relação, não de prazer.

Ou seja, não é a atitude libidinal que determina a relação de objeto, é a relação de objeto que determina a atitude libidinal.

O amor, portanto, para ele, não é um derivado da sexualidade, mas uma necessidade primária de ligação — uma força estruturante da mente. O amor é a matriz da organização psíquica, e a perda ou distorção dessa relação primária é a origem do sofrimento. Em Fairbairn, o amor — enquanto relação com o objeto — é fundamental, o indivíduo não busca prazer, mas busca o objeto, isto é, a ligação com outro ser humano. A cura é o processo de integração dos objetos clivados, permitindo amar e odiar o mesmo objeto sem se fragmentar.

Tanto Winnicott como Sándor Ferenczi e Ronald Fairbairn romperam com a visão clássica freudiana do aparelho psíquico centrado na pulsão e no princípio do prazer. Colocam o vínculo amoroso — e não a descarga pulsional — no centro da vida psíquica. O homem não deseja apenas prazer, deseja pertencer.

O amor torna-se, assim, condição de existência, e a clivagem, resposta à sua falha.

Em todos eles o amor terapêutico (não no sentido erótico, mas ético e empático) é o agente de cura. Ele devolve ao sujeito a experiência de continuidade; permite reunir as partes divididas do self e restabelece a confiança na relação humana.

Assim a Psicanálise e a Grupanálise podem oferecer-nos ferramentas valiosas para entender o papel do amor em contextos de divisão ao reconhecer nele uma força vital que pode contrapor-se às tendências destrutivas. Em tempos de clivagem, o amor não é apenas um sentimento, mas um ato consciente de resistência e transformação.

E a Grupanálise proporcionando vínculos, vários tipos de vínculos terá um papel determinante na cura pelo Amor. No campo grupanalítico, este amor ganha uma dimensão coletiva: é a capacidade de pensar em conjunto, de suportar o mal-estar e transformar a cisão em diálogo.

Referências Bibliográficas

Fairbairn, W. R. D. (1980). Estudos psicanalíticos da personalidade. Rio de Janeiro: Imago. (Original: Psychoanalytic Studies of the Personality, 1952)

Fairbairn, W. R. D. (1954). An Object-Relations Theory of the Personality. New York: Basic Books. (em algumas edições aparece como coletânea ampliada de seus artigos)

Ferenczi, S. (1992, 2011). Obras completas: Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes. 4 v.

Ferenczi, S. (1990). Diário clínico. São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (2011). Contribuições à teoria e técnica da psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. F. & Ferenczi, S. (1996). Correspondência completa (1908–1933). Rio de Janeiro: Imago, 1994–2000. 3 v.

Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização, Rio de Janeiro; Imago editora.

Winnicott, D. W. (1983). O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artmed.

Winnicott, D. W. (2000). Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (2005). O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Winnicott, D. W. Holding e interpretação. São Paulo: Martins Fontes.

Como fazer face às clivagens contemporâneas: Cultura, Amor e Regulação Relacional

David Figueirôa

Resumo

Problematizando-se o tema do Congresso ("Amor em Tempo de Clivagens") em torno da questão "Como fazer face às clivagens contemporâneas?", evocam-se três modelos psicanalíticos, o freudiano, e o valor da Cultura embebida em Eros, o "relacional clássico", fundado no Amor cuidador, e o relacional contemporâneo, promotor da regulação relacional intersubjectiva e indo além da neutralidade do analista, na clínica e no mundo. A conjugação destes modelos e atitudes psicanalíticas surgem como um potencial de resistência e promoção do bem comum e da saúde, no mundo e na clínica.

Palavras-Chave: Mundo contemporâneo, Cultura, Amor, Regulação relacional, Intersubjetividade

Abstract

By exploring the theme of the Congress (‘Love in a Time of Divisions’) through the question ‘How can we address contemporary divisions?’, three psychoanalytic models are evoked: the Freudian model, with its emphasis on the value of Culture imbued with Eros; the ‘classical relational’ model, founded on caring love; and the ‘contemporary relational’ approach, which promotes intersubjective relational regulation and goes beyond the analyst’s neutrality, both in clinical practice and in the wider world. The combination of these psychoanalytic models and approaches offers the potential to build resilience and promote the common good and health, both globally and in clinical practice.[3]

Keywords: Contemporary world, Culture, Love, Relational regulation, Intersubjectivity

Começo por agradecer o convite e o interesse em ouvirem uma voz da psicanálise relacional no vosso congresso. Temos pessoas em comum na Sociedade Portuguesa de Grupanálise e na PsiRelacional e temos, sobretudo, afinidades teóricas e áreas de reflexão que podemos explorar e aprofundar no futuro. O vosso mestre, Eduardo Cortesão, dizia que a grupanálise é uma psicoterapia individual feita em grupo. Brincando com essa ideia, com fundamentos nas teorias contemporâneas da multiplicidade do self (Bromberg, 2011; Mitchell, 1991, 1993) creio poder afirmar que a psicanálise relacional pode ser

[2]Psicólogo clínico, Psicoterapeuta psicanalítico, Membro fundador, Titular e Presidente da Direcção da PsiRelacional - Associação de Psicanálise Relacional. E-mail: davidffigueiroa@gmail.com

Artigo ampliado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa, 7-8 novembro de 2025.

[3] (Translated with DeepL.com (free version))

considerada uma psicoterapia de grupo feita individualmente. A multiplicidade do self pressupõe a ideia de que o indivíduo é, em si mesmo, um grupo dinâmico. Aceitem esta brincadeira em jeito de reconhecimento mútuo e expressão de diálogos possíveis.

Hoje, o tema é "Amor em tempo de clivagens", um tema sugestivo e importante, onde se procura uma compreensão psicanalítica para os fenómenos e dinâmicas da esfera socio-cultural que nos envolve e que, inexoravelmente, se reflectem na nossa prática clínica. No termo "clivagens", leio a sugestão de que esses fenómenos sociais reflectem dinâmicas típicas do funcionamento psíquico primário, imaturo, podemos dizer, em regime esquizoparanóide, com as suas lógicas narcisistas e omnipotentes e modos de relacionamento onde prevalece o poder e o domínio sobre o outro; e no termo "Amor", talvez uma alusão dúplice: ao que está ameaçado (e que importa preservar), mas também a uma possível resposta (seria essa a "terapêutica") para os males deste "tempo": o Amor como força de ligação, como expressão de funcionamento psíquico maduro e "integrado" e como modo de relacionamento cooperativo e construtivo.

Concordo com a abordagem e assumo o problema sugerido no título e no texto de apresentação do Encontro. Estou de acordo que estamos em tempo de clivagens e modalidades polarizadas de pensamento, do tipo *eu ou tu*, *eu contra ti* ou *eu sobre ti* (ou, nas palavras de Benjamin, 2018, o modo *Doer / done to*), enquanto modalidade psíquica e relacional de "poder e submissão" (ou "Tirania e submissão", como diria Meltzer, 1968), onde experienciamos a ruptura da capacidade de mutualidade e reconhecimento mútuo (Benjamin, 1990). Vejo-a bem presente nos discursos populistas, nacionalistas, fascistas, nas lógicas capitalistas desreguladas, nas desigualdades sociais, na deificação da tecnologia e das redes artificiais, e, como expressão máxima, nas guerras, no limite, no genocídio. Creio que a psicanálise, sobretudo as psicanálises que mais importância dão aos contextos socio-culturais que envolvem o psiquismo, como a psicanálise relacional (e a grupanálise, creio) tenham uma particular responsabilidade na discussão sobre como fazer face a estas realidades "clivadas", tão preocupantes quanto são manifestação de dificuldades/perturbações psíquicas, como são veículo de opressão e violência, que (re)produzem experiências traumáticas, individuais e colectivas, numa espiral que se.[4]

O que me proponho aqui é, sobretudo, seguir uma reflexão sobre as possíveis respostas que ajudem e enfrentar o funcionamento que Bollas descreveria como "Estados fascistas da mente" (1992) e a interromper aquela espiral. Uma reflexão exploratória e de carácter geral, que nos possa talvez inspirar, quer no contexto social[5] quer no contexto clínico, uma reflexão que procuro fazer a partir das grandes linhas da história do pensamento psicanalítico, considerando três dos "modelos psicanalíticos" mais

[4] Afirmo-o individualmente, como cidadão e psicanalista, mas também como Presidente da PsiRelacional, uma organização implicada nesta reflexão: veja-se, por exemplo, a organização das Jornadas sobre "Psicanálise, Política e Poder", com e na Universidade de Évora, a 15 de Novembro de 2025. É fundamental continuarmos estas reflexões no sentido de, espero, ampliarmos um movimento cultural e psicanalítico para fazermos face às clivagens e às suas lógicas opressoras e destrutivas.

[5] Um bom exemplo é a questão recorrente no espaço público: "Como lidar com o Chega?", um partido com matizes fascistas ("Por Dentro do Chega", Miguel Carvalho, 2025. Lisboa: Penguin). Ou como fazer face a Trump?

relevantes na forma como concebem a resposta psicanalítica aplicada, isto é, o que cada um desses modelos mais valoriza na abordagem clínica como factor de mudança.

Nesta reflexão reencontraremos o "Amor" do título do Encontro. Amor como "antídoto", como proposta clínica e cultural. Mas não só o Amor, também aqui, como na vida, sabem-no os amantes, pelo menos os amantes maduros e sábios, o amor não é suficiente.

Comecemos então pelo amor. O título deste Encontro evocou-me a obra memorável de Gabriel Garcia Marquez, o "O Amor nos Tempos de Cólera" (1985), uma obra onde os amantes se separam, não são livres de se amar, no contexto de uma sociedade em tumulto e de uma moral conservadora, que oprime o amor e a liberdade de se Ser. Na obra de Garcia Marquez o amor chega no fim, por fim, foi suspenso, mas não eliminado. Há esperança em Garcia Marquez, como há esperança no título deste Encontro da SPG. Talvez não tenhamos de esperar pelo amor tanto tempo como os amantes de Marquez, talvez possamos, em conjunto, abreviar essa espera, fazer prevalecer e expandir o amor. Na obra, essa espera foi de 51 anos 9 meses e 4 dias (ainda mais do que a "noite escura" da ditadura militar em Portugal: 47 anos, 10 meses e 28 dias).

Na acepção freudiana, podemos distinguir, creio, dois tipos de Amor. Aquele que Freud identificou na relação do bebé com a Mãe, protótipo de todos os outros "Há, porventura, algo mais natural do que persistirmos na busca da felicidade do modo como a encontramos pela primeira vez?" (Freud, 1930), um Amor assente em Eros e no registo primário da experiência pulsional gratificada e do encontro com o Objecto. E, depois, uma segunda acepção, já no registo evoluído e civilizado do ser humano capaz de se desenvolver, temos outro tipo de Amor, o Amor que foi capaz de sublimar a pulsão sexual, transformando-a em Amor maduro e em vínculos criativos e cooperativos. O amor freudiano tem força originária, uma força de Vida, e é um contraponto às forças destrutivas da Pulsão de Morte, mas é também uma expressão evoluída, cultural e civilizada. Para Freud, o Amor adulto é, sobretudo, um amor civilizado[6]. Para Freud, esse Amor é um compromisso maduro e evoluído psiquicamente, que se constitui com base na repressão ou na sublimação pulsional.

Em Freud, teríamos então, que os fenómenos daquilo a que estamos a chamar de "clivagens", seriam uma expressão primária, incivilizada, da pulsão, nomeadamente, da pulsão agressiva ou, mais propriamente, da pulsão de morte (que separa, divide, destrói as ligações). O amor como resposta possível, em Freud, seria a de um amor civilizado, um resultado da sublimação de Eros, e uma sua expressão, nomeadamente, uma expressão cultural. Embora Freud não desmereça a força essencial do Amor, inscreve-o na Cultura, é a Cultura que pode fazer face à pulsão e elevar o ser humano a um ser civilizado. Sabemos que, para ele, o amor, inclusive o amor pelo paciente, era um amor que ganhava dimensão terapêutica na busca pelo conhecimento, no desvelamento analítico do inconsciente, em oferecer ao paciente um saber mais amplo sobre si próprio, que o libertasse dos desejos infantis, de base

[6] Embora de uma civilização patriarcal, mas não vou desenvolver essa questão aqui, deixo só a nota.

amorosa ou agressiva, em relação ao outro. Conhecer é a via para a Cultura, um acto de Cultura.[7] É o que se pode opor à guerra (Carta a Einstein, 1933a). Expressões representativas desta forma de amor, que é também uma proposta terapêutica, encontramo-las em expressões como "Onde estava o Id deve advir o Ego", acrescentando, logo a seguir: "É uma obra de cultura" (Freud, 1933b), ou "Ele [o ego] é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo" (Freud, 1923), ou ainda, por exemplo, na conhecida ideia de Bion de "apresentar o paciente a si mesmo" ("O objectivo disso [de uma qualquer interpretação] é introduzir o paciente à pessoa mais importante com que ele jamais poderá lidar, ou seja, ele mesmo", Bion, 2020, p.26).

Na psicanálise posterior a Freud o Amor ganhou outras expressões, tendo sido fundamentalmente vinculado à necessidade emocional. O ser humano precisa de amor, cuidados, atenção, reconhecimento, apreciação, por parte da mãe (ou dos cuidadores), para desenvolver um self único, com vitalidade e capacidade de viver a vida (autores como Fairbairn, Winnicott, Spitz, Mahler, Bowlby, Kohut inscrevem-se neste registo, que remonta a Ferenczi). Para esta geração de psicanalistas, o Amor é uma função importante dos cuidadores e desdobra-se em capacidades diferenciadas do cuidar, um cuidar assente na conexão emocional. O primeiro autor a referi-lo e a introduzir esse cuidar no léxico do analista foi Ferenczi, desde logo com a ideia da "Ternura", a linguagem infantil que os adultos devem [re]aprender a falar, para cuidarem das crianças. Winnicott, que. foi talvez o autor que mais se dedicou à diferenciação dessas funções amorosas da Mãe e que sintetizou no termo "Mãe suficientemente boa", incluindo "funções" tão sensíveis como o "holding" e o "handling" associados à experiência emocional primitiva, ou ainda a função de "sobrevivência" aos ataques destrutivos do self em desenvolvimento, para mencionar apenas algumas. Noutros autores, este Amor poderia ser representado pela ideia de "continente", "rêverie" ou "função alfa" em Bion, "espelhamento", "idealização" ou "empatia" em Kohut, ou a "base segura" de Bowlby, por exemplo.

O amor, nestes autores, está também associado a uma capacidade psíquica, a integração da experiência vivida, que aportaria ao sujeito/ao paciente uma capacidade de articular a experiência, nomeadamente, o ódio. Um ódio que, para a generalidade destes autores, já não resulta de uma expressão pulsional primária, é antes uma resposta à frustração derivada da "privação" - ou das frustrações e dificuldades vividas nas relações iniciais da vida.

Como se refere no texto de apresentação do Encontro "o amor exige a capacidade de sustentar a ambivalência, de tolerar a frustração sem recorrer à clivagem" e está associado, na intersubjectividade winnicottiana, à aquisição da diferenciação self/outro, e, portanto, à capacidade da alteridade. Nesta linha, Jessica Benjamin, uma autora relacional contemporânea, enfatiza que a capacidade da intersubjectividade, no seu grau mais sofisticado (isto é, na capacidade de reconhecer o outro como um centro de experiência equivalente, o outro como um ser ontologicamente equivalente a mim), é a base do vínculo amoroso (1990). Esta capacidade de reconhecimento do Outro, quando recíproca (que a

[7] É curioso como hoje uma boa parte dos líderes autocráticos parecem desprezar a Cultura, revelando-se tantas vezes de uma ignorância cultural e histórica, desconcertantes. Uma ignorância grosseira ou voluntária, que despreza a Cultura enquanto criação humana e lugar de comunhão humana. Um fenómeno que parece dar razão a Freud.

autora designa como reconhecimento mútuo), é o que permite o vínculo amoroso e cooperativo. Sem esta capacidade, quando ela não é adquirida ou quando se perde, ficamos aquém da capacidade amorosa e os nossos vínculos estabelecem-se então, predominantemente, no registo do poder. "Eu tenho poder sobre ti", de que são expressão todas as formas de domínio e submissão, abusador e vítima – e será esse o modo predominante nas clivagens sociais actuais - e, creio, o modo predominante também, na nossa cultura quotidiana[8]. Talvez também por isso, sejamos tão permeáveis a certos discursos polarizados, são registos que nos são mais familiares do que o que gostamos de admitir. Estamos, portanto, nesta linha de Benjamin, perante duas possibilidades no vínculo com o Outro: a do Amor entre equivalentes, num registo de reconhecimento mútuo e troca, ou a do Poder entre desiguais, num registo auto-referenciado com dinâmicas de opressão/submissão.

Quer em Winnicott quer em Benjamim, a capacidade de Amor não é definitiva, está sempre sujeita a perder-se, sendo o maior desafio à sua sustentação a sua ausência no Outro, ou à presença do ódio, no outro e em mim (o Outro que não me ama ou me ataca "destrutivamente" – no sentido winnicotianno - o que desafia a minha própria capacidade de suportar essa realidade e de sustentar o amor, também sinto ódio e quero destruir quem me ameaça). Esta é a maior exigência para a clínica e também a das lógicas clivadas da sociedade contemporânea: sustentar a capacidade de amar (no limite, a capacidade de "não retaliar"), quando a linguagem predominante no Outro é a do poder ou da força – uma linguagem que, afinal, todos conhecemos, no passado da nossa experiência psíquica, mas também na sua actualidade, mesmo a de um psiquismo evoluído, pois no fundo desse psiquismo permanecem dinâmicas e funcionamentos primários (esta é uma segunda razão para lhes sermos tão permeável) – uma ideia bem explanada por Fairbairn, 1940. Uma linguagem que a todos tenta quando nos sentimos angustiados e, sobretudo, atacados.

Importa aqui reflectir mais um pouco sobre a capacidade de Amar. Quer no sentido Winnicottiano quer em Benjamim, o amor não é o oposto do ódio, amor é a capacidade de reconhecer o Outro, integrando, no vínculo, o Amor e o Ódio - neste sentido, o oposto do Amor é a ausência do Outro. A dissociação entre amor e ódio leva, ou à vivência do ódio sem amor (a submeter ou a destruir o outro) ou à vivência do amor sem ódio (a uma posição parcial e passiva, bondosa ou sentimentalista, mas inconsequente). Winnicott mostrou-nos que não há amor sem ódio (por exemplo, 1947[9]), Benjamin recordou-nos que é fundamental aceitar uma tensão dinâmica entre estas duas motivações, e temos de recuperar essa tensão quando se desequilibram as forças do amor ou do ódio dentro de nós e nas relações (1990).

Neste sentido, o problema da alteridade tem duas camadas, que importa diferenciar. A primeira, mais essencial, tem a ver com o reconhecimento do Outro enquanto sujeito equivalente. Abre-se aí espaço para o reconhecimento das suas diferenças, diferenças que podem inclusive tornar-se interessantes e

[8] A clínica mostra-nos, diariamente, como estamos distantes ainda de uma cultura democrática e igualitária, nas famílias, nas relações amorosas, nas empresas, nas associações, nas escolas, e, claro, nas redes sociais.

[9] Creio que o texto de Winnicott "O Ódio na Contratransferência" (1947) exprime bem que o Amor, nomeadamente o Amor de um psicanalista (ou de uma mãe, de um pai, de um parceiro amoroso) precisa de vivenciar e integrar o ódio, que emerge do que é ou do que se faz, para nós, odioso no outro.

delas usufruirmos (podem chegar a cativar-nos, a inspirar-nos, a mobilizar o nosso desejo). Mas há uma camada mais profunda da alteridade, mais difícil: tem a ver com a relação com o que eu não gosto no outro, com o odioso no Outro, com o que me ataca, me ameaça, me angustia, me causa aversão. É aqui que a alteridade é abalada e pode soçobrar. E é aqui que o meu próprio ódio é inevitável e essencial, é aqui que é mais difícil e importante não dissociar. E, desejavelmente, poder sentir e reconhecer o próprio ódio e articulá-lo, sem ruptura psíquica e sem perda da capacidade de reconhecimento (por exemplo, não perdermos a capacidade de reconhecer as motivações ou as esperanças latentes mesmo em movimentos que sejam odiosos[10]). Ao ódio responde-se com amor, estou de acordo, mas um amor que precisa de ser feito de ódio também, todavia um ódio integrado e não destrutivo na acção. Sabemos isso na clínica psicanalítica, desde Winnicott.

Creio que Freud estava certo ao propor a Cultura, envolvida em Eros, como uma contraforça em relação à Guerra (1933). Mas creio que Freud estava errado ao atribuir à nossa natureza animal (pulsional) as motivações da agressividade ou do ódio (veja-se, por exemplo, a crítica de Fairbairn, 1944) e, consequentemente, descarto essa tese como base de compreensão das clivagens actuais.

Uma análise histórica da evolução e da destrutividade da nossa própria espécie parece apontar noutro sentido (Harari, 2011). A eliminação de outras espécies humanas pelo Homo Sapiens (houve um tempo, entre 100mil e 300mil anos atrás, em que várias espécies humanas coexistiram na terra; todas foram extintas excepto a nossa, e foram extintas provavelmente pela acção do homo sapiens) e a eliminação de outros animais (não restam dúvidas na ciência de que a expansão geográfica do homo sapiens coincide com a extinção significativa de espécies animais nessas áreas, sobretudo animais de grande porte), essa destrutividade (a que acresce uma infindável destruição sobre a própria espécie, até ao presente), parece não ter sido movida pelo ódio, mas por aquilo que podemos designar como "Possibilidade". A revolução cognitiva (c. 70mil anos a.c.), e depois social, cultural, instrumental, científica e tecnológica, ofereceram-nos possibilidades novas de domínio sobre a natureza, que usámos porque ficaram disponíveis. Usámo-las, inclusive, para modificar radicalmente as nossas condições de vida na terra: usámo-las na revolução agrícola (c. 10mil anos a.c.), quando passámos ao sedentarismo, usámo-las na revolução industrial (séc. XVIII-XIX), transformando os meios de produção, a demografia humana e a organização social, usámo-las a ponto de podermos hoje providenciar recursos alimentares a todos os humanos (o que não se concretiza, não pela escassez, mas pela distribuição desigual - outra clivagem) ou usámo-las a ponto de podermos aniquilar a vida na Terra, temos hoje esse poder. Estamos, hoje, perante novas possibilidades derivadas do desenvolvimento tecnológico, como a inteligência artificial, sem sabermos bem para onde vamos. Não parece ser o ódio que nos move, pelo menos não como factor primário ou "pulsional" -as motivações podem ser múltiplas, da sobrevivência à segurança, do conforto ao poder, do narcisismo ao controlo: o que parece oferecer espaço para o movimento é a possibilidade em si, isto é, o ser humano avança aonde pode. Talvez algo inscrito em nós desde a origem da espécie, vamos na esperança de melhores condições, vamos. Muitas vezes, obtemos melhores

[10] Uma outra questão tão frequente no debate público: O que motiva os eleitores do Chega?

condições, outras maiores problemas, mas continuamos a ir, desde sempre, talvez no sentido da nossa própria extinção, dados os potenciais destrutivos actuais, se não abrandarmos, consciencializarmos e modificarmos essa tendência. O ódio será não um factor primário mas um factor subsidiário, até instrumental, desse movimento, é um activo contra os obstáculos, contra o outro que se opõe à nossa vontade e movimento. Os movimentos discriminatórios, opressores e bélicos, criam e exploram possibilidades, detectam fraquezas e expandem-se nas brechas, na ausência de resposta, na ausência de limites, aumentando o seu poder, explorando as possibilidades, criando movimento. Temos todos que acordar deste pesadelo, deste nosso pesadelo, mas já uma realidade de tantos.

Os psicanalistas conhecem esta realidade na clínica, as áreas tirânicas expandem-se se não forem contidas.

Voltando ao curso da reflexão psicanalítica, vou evidenciar uma tradição psicanalítica que se aplica ainda à actualidade: desde sempre, a psicanálise concebeu a função analítica a partir das suas teorias do desenvolvimento e das suas concepções sobre a função parental (Figueirôa, 2019):

- Freud, com base no modelo pulsional, concebeu um analista que incorporava a dualidade do conflito intrapsíquico: o analista objecto das pulsões e da transferência (o analista neutral, a "tela em branco") e o analista representante da realidade e interditor (o analista "autoridade", o analista interpretativo, fundamentalmente "paterno").

- Os primeiros autores relacionais, como Ferenczi, e depois, por exemplo, Fairbairn e Winnicott, a partir da descoberta da importância real da mãe, conceberam um analista que incorporava a dualidade da relação real com a "mãe" (emergindo um analista fundamentalmente "materno"): o analista objecto das necessidades emocionais (também por via da transferência, em particular, da "regressão à dependência") e o que chamámos de "analista função" (o analista que deve prover ao paciente as funções parentais em falta, para que este possa retomar o desenvolvimento psíquico suspenso no passado).

- Os autores relacionais contemporâneos, com base no modelo relacional e intersubjectivo, concebem então o analista-sujeito (Benjamin, 1990), não só *inevitavelmente* um sujeito, mas também, *desejavelmente*, um sujeito (Orange, Atwood e Stolorow, 1997). A desconstrução da "neutralidade" e a assunção da subjectividade do analista face à do paciente, portanto, num campo intersubjectivo caracterizado pela influência mútua entre duas pessoas, dá expressão a uma "psicologia de duas pessoas" (Aron, 1990). A questão nova aqui é a da "presença" da subjectividade do analista (a pessoa que é) na relação intersubjectiva com a pessoa-paciente, influenciando-se reciprocamente, numa "mutualidade assimétrica" (no feliz modelo de Aron, 1996).

Estas diferentes modalidades devem ser encaradas, hoje, a meu ver, como não exclusivas, isto é, são modalidades que se complementam na psicanálise contemporânea e que podem ser activadas em função das dinâmicas relacionais na sessão. Momentaneamente, o foco analítico pode ser alterado, qualquer modalidade pode ser provisoriamente "suspensa" (mas não anulada ou esquecida; por

exemplo, qualquer uma das duas primeiras modalidades não pode, a partir do momento em que se reconheça a terceira modalidade - que se estabeleceu mais recentemente na história do pensamento psicanalítico – deixar de se inscrever num campo intersubjectivo), para uma delas ganhar dinâmica e prevalecer sobre as demais enquanto útil para o trabalho clínico[11].

É nesta linha de complementaridade que sugiro uma resposta à questão anterior, valorizando o conhecimento acumulado na história do pensamento psicanalítico, que referenciámos antes, nomeadamente, a psicanálise freudiana, a psicanálise relacional clássica[12] e a psicanálise relacional contemporânea.

Concluímos então que, para fazer face às clivagens contemporâneas, podemos conjugar:

- Uma atitude defensora e promotora de Conhecimento e Cultura, como diria Freud, que conheça o passado para compreender o presente e perspectivar o futuro, um futuro civilizado, onde possamos viver juntos na comunidade humana e neste mundo, procurando não repetir os erros dos nossos antepassados e usufruir do que toda a linhagem humana construiu. Nesta abordagem, todos os humanos importam, como co-criadores de Cultura, assumindo-se a conflitualidade (forças e contraforças e equilibrar) como factor potencial de desenvolvimento e progresso.

- Uma atitude fundada em Amor e cuidados, como diriam tantos outros psicanalistas e humanistas, que prevaleça sobre a falta, sobre o sofrimento e sobre o ódio. Nesta abordagem, todos os humanos importam, como diria Winnicott, “todos somos responsáveis por todos as crianças”, ou, actualizando-o: todos somos responsáveis por todos os humanos, incluindo os humanos do futuro.

- Uma atitude assente no envolvimento relacional e intersubjectivo, com presença própria na relação com o Outro e implicação na esfera social e cultural. Relações sempre complexas, sobretudo perante o diferente, sobretudo perante o opressor, que se fazem também de resistência, limites e determinação, na regulação das relações disfuncionais ou perante as clivagens. Nesta abordagem todos os humanos importam, porque somos todos humanos. Que no lugar da indiferença, do desmentido ou do silêncio complacente, se ergam vozes e acções que protejam quem mais sofre, nos contextos clínicos e também sociais, acrescentamos aqui, em homenagem aos homens e mulheres que resistem e não abdicam da dignidade humana, aonde ela esteja ameaçada.

Podemos:

Contrapor à mentira sustentando o conhecimento e a realidade histórica
Contrapor ao ódio construindo uma alternativa fraterna, sem retaliar
Contrapor ao abuso afirmando a regulação com limites claros e firmes

[11] Esta atitude de “suspensão” selectiva talvez tenha paralelo psicanalítico na atitude paradoxal preconizada por Bion quando propõe a suspensão da “memória, do desejo e da ânsia de compreensão”.

[12] Designo “psicanálise relacional clássica” em referência aos autores que, antes da conceptualização da psicanálise relacional (1983), trabalhavam com modelos alternativos ao modelo freudiano, sob premissas fundamentalmente relacionais (em contraponto ao modelo pulsional).

Importa colocar limites e resistir à expansão de movimentos actuais que têm um enorme efeito traumatizante, que se expandem porque têm essa possibilidade. Precisamos de contraforças que os limitem e recuperem a possibilidade reflexiva e a defesa do bem comum. Numa actualidade marcada pela desvalorização de valores comuns civilizados e de neutralização das instituições internacionais, criadas para a defesa do bem comum, que funcionavam como limite ou como um "terceiro", como dizemos em psicanálise, o mundo parece estar a voltar à lei do mais forte, e é preciso pôr limites ao mais forte. Regular esta relação desregulada.

Limites que também se colocam por contraste, criando e ampliando espaços psicológicos, sociais e culturais civilizados, mais integrados, fraternos e saudáveis, como o que nos propuseram aqui hoje.

Referências Bibliográficas

Aron, Lewis (1996). *A Meeting of Minds: Mutuality in Psychoanalysis*. London & NY: Routledge.

Aron, Lewis (1990). One Person and Two Person Psychologies and the Method of Psychoanalysis. *Psychoanalytic Psychology*, 7(4), 475.

Benjamin, Jessica (2018). *Beyond Doer and Done To: Recognition Theory, Intersubjectivity and the Third*. US & UK: Routledge.

Benjamin, Jessica (1990). Recognition and Destruction: An Outline of Intersubjectivity.Relational Psychoanalysis. *Relational Psychoanalysis: The Emergence of a Tradition* (ed. Mitchell, S. e Aron, L.). NY: Routledge, 1999.

Bion, Wilfred (1976). Primeira Conversa. *Quatro Conversas com W.R. Bion*. São Paulo: Blucher, 2020.

Bollas, Christopher (1992). The Fascist State of Mind. *Being a Character: Psychoanalysis and Self Experience,* 193-217. US & UK: Routledge.

Bromberg, Philip (2011). *The Shadow of Tsunami and the Growth of the Relational Mind*. US & UK: Routledge.

Fairbairn, Ronald (1944/1952). Estrutura Endopsíquica Considerada em Termos de Relações de Objecto. *Estudos Psicanalíticos da Personalidade*. Lisboa: Vega, 2000.

Fairbairn, Ronald (1940/1952). Factores Esquizóides da Personalidade. *Estudos Psicanalíticos da Personalidade*. Lisboa: Vega, 2000.

Ferenczi, Sandor (1933/1955). Confusion of Tongues Between Adults and The Child: The Language of Tenderness and of Passion. *Final Contributions to the Problems and Methods of Psycho-Analysis*. London & NY: Karnac, 2002.

Figueirôa, David (2019). Evolução das Representações do Feminino e do Materno em Psicanálise: Dois Paradigmas Clássicos e um Emergente. *Clínica e Investigación Relacional*, 13 (1): xcvii-cviii. [www.ceir.info]

Freud, Sigmund (1933a). Porquê a Guerra? *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* Vol.XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, Sigmund (1933b). Novas Conferências Introdutórias Sobre de Psicanálise – Conferência XXXI. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, Sigmund (1930). O Mal-Estar na Civilização. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, Sigmund (1923). O Ego e o Id. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Greenberg, J., Mitchell, S. (1983). *Relações de Objecto na Teoria Psicanalítica*. Lisboa: Climepsi, 2003.

Harari, Yuval Noah (2011). *Sapiens: História Breve da Humanidade*. Lisboa: Elsinore, Penguin, 2013.

Meltzer, Donald (1968). La Tyrannie, in *Psychanalyse du Lyen Tyrannique* (Ciccone et al). Paris: Dunod, 2003.

Mitchell, Stephen (1993). Self in Psychoanalysis. *Hope and Dread in Psychoanalysis*, 93-172. US: Basic Books, HarperCollins.

Mitchell, Stephen (1991). Contemporary Perspectives on Self: Toward an Integration. *Psychoanalytic Dialogues*, 1, 121-147. US & UK: Routledge.

Orange, Donna; Atwood, George; Stolorow, Robert (1997). *Working Intersubjectively: Contextualism in Psychoanalytic Practice*. Hillsdale, NJ: Analytic Press.

Winnicott, Donald (1947/1958). O Ódio na Contratransferência. *Da Pediatria à Psicanálise*. Imago, 2000.

Identificação e identidade dos grupanalistas e outros psicoterapeutas psicanalíticos. Como escolher um psicoterapeuta? O padrão grupanalítico integra o factor T

Isaura Manso Neto

Resumo

Claro que a Psicanálise e a Grupanálise poderão ser antídotos contra qualquer tipo de clivagem. Quando conhecemos alguém profundamente, incluindo nós próprios, deixamos de recorrer à clivagem e a outros mecanismos mais primitivos para comunicar e compreender o Todo/o Outro; os fenómenos de identificação intensificam-se, as cumplicidades geram-se, o diálogo discordante e os conflitos perderão a dimensão assustadora da morte do Amor e ou mesmo da Vida. A Grupanálise, mais que a Psicanálise, tende a favorecer o Amor em sentido lato. Mas, é preciso que o padrão do analista/psicoterapeuta estimule a liberdade, usando uma técnica essencialmente mediada pela empatia (empatia não é empatismo (Bolognini, 2004) ou concordância sedutora incondicional, mais ou menos consciente) e pela não intrusão, pelo respeito autêntico pela diferença entre cada membro, pela não confusão entre analista/terapeuta e analisando/paciente/doente/cliente.

Tudo isto implica uma verdadeira e autêntica adesão à importância do inconsciente não só no analisando, mas também no analista. Assim, Identificação e Identidade dos terapeutas psicanalíticos foram os temas que escolhi para partilhar convosco uma das minhas actuais preocupações: cada vez mais me confronto com a importância do factor humano na nossa profissão, ou seja, da personalidade dos terapeutas, do seu saber e da forma como estão na relação. Cada vez mais me é óbvia a importância do conceito de Padrão introduzido por Cortesão (1989). Aplica-se a qualquer forma de psicoterapia. Nesta reflexão pretendo explicitar a importância de clarificar, discriminando os vários factores que intervêm num processo analítico, da responsabilidade dos terapeutas/analistas quanto à sua atitude básica a executar uma determinada técnica; neste caso a Psicoterapia Analítica em geral e a Grupanálise em particular. Dito de outro modo, pretendo enfatizar a importância do conceito de padrão que considero ter o Factor T (Wampold, 2015; Norcross, 2018) integrado.

Palavras-chave: psicoterapeutas psicanalíticos; grupanalistas; conceito de Padrão, Factor T.

Abstract

Of course, psychoanalysis and group analysis can serve as antidotes to any kind of splitting. When we know someone deeply—including ourselves—we no longer resort to splitting and other more primitive

[13] Médica psiquiatra, Grupanalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo.
Artigo adaptado a partir da sua conferência apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

mechanisms to communicate with and understand the Whole/the Other; phenomena of identification intensify, bonds of complicity are formed, and discordant dialogue and conflicts lose the terrifying dimension of the death of Love or even of Life itself. Group Analysis, more so than Psychoanalysis, tends to foster Love in the broadest sense. However, the analyst's or psychotherapist's approach must encourage freedom, using a technique essentially mediated by empathy (empathy is not "empatism" (Bolognini, 2004) or seductive, unconditional agreement, whether more or less conscious) and by non-intrusion, by authentic respect for the differences between each member, and by avoiding confusion between the analyst/therapist and the analysand/patient/client.

All of this implies a genuine and authentic commitment to the importance of the unconscious—not only in the analysand but also in the analyst. Thus, "Identification and Identity" among psychoanalytic therapists were the topics I chose to share with you one of my current concerns: I am increasingly confronted with the importance of the human factor in our profession—that is, the therapists' personalities, their knowledge, and the way they engage in the therapeutic relationship. The importance of the concept of "Pattern" introduced by Cortesão (1989) is becoming increasingly obvious to me. It applies to any form of psychotherapy. In this reflection, I aim to highlight the importance of clarifying—by distinguishing the various factors involved in an analytic process—the responsibility of therapists/analysts regarding their basic attitude toward implementing a specific technique; in this case, Analytic Psychotherapy in general and Group Analysis in particular. In other words, I intend to emphasize the importance of the concept of "pattern," which I believe incorporates Factor T (Wampold, 2015; Norcross, 2018). (Translated with DeepL.com (free version))

Key Words: psychoanalytic psychotherapists; group analysts; the concept of the Pattern, T-Factor.

I - Introdução

A escolha de um psicoterapeuta poderá sobrepor-se ao tipo de psicoterapia? Há estudos que pretendem demonstrar que, mais importantes que a técnica são a personalidade e a forma de estar na relação que são eficazes.

Penso que não; até porque a identidade profissional dá algumas indicações sobre a personalidade / o padrão do psicoterapeuta. Contudo, todos sabemos que mesmo dentro das mesmas sociedades há talvez demasiadas diferenças teórico-técnicas que não estão suficientemente explícitas nos estatutos de cada uma. Seria importante que estivessem? Quais as razões para esta resistência a explicitar o que fazemos, como e porquê e a avaliar os resultados? Penso que esta indefinição é em parte responsável pela crise que tem assolado a Psicanálise e a Grupanálise abrindo caminho à desvalorização e descredibilização da nossa identidade profissional. Como exemplo, proponho-me apresentar-vos um documento da Organização Mundial de Saúde (WHO) de 2024, de 96 páginas, com o título: "*Psychological interventions implementation manual WHO 2024 – Integrating evidence-based psychological interventions into existing services*". Nele defende-se que os agentes destas intervenções

podem ser não especialistas. Esta forma de pensar tende em minha opinião a desvalorizar a importância dos terapeutas, do seu treino e forma de veicular a técnica.

Penso que as sociedades psicanalíticas de que a SPGPAG faz parte, deverão dar respostas a este tipo de atitudes e decisões que deverão ser criticadas, mas sem esquecer a nossa responsabilidade nestas evoluções em relação à compreensão e tratamento do sofrimento mental e psicossomático.

Sugiro uma maior definição do padrão dos psicoterapeutas psicanalíticos em geral e dos grupanalistas em particular que facilitaria a escolha de quem se pretende conhecer e tratar.

II – Como definimos a nossa Identidade?

Sabemos como é difícil, complexo, exigente em esforço de tempo e financeiro o nosso treino, exigindo uma constante actualização para que possamos ser profissionais competentes. E o que é ser competente? Quem o define? Como definimos a nossa identidade?

- A nossa formação universitária? As notas? Apenas indicadores.

- Os locais onde exercemos a nossa profissão? Importantes, mas muito insuficientes. Penso que é muito útil a experiência psicoterapêutica com doentes psiquiátricos e psicossomáticos graves.

- Os resultados que vamos obtendo do nosso trabalho? Vamos construindo novas identificações com os nossos mestres e connosco próprios à medida que vamos conseguindo ser eficazes; sem dúvida, importantes.

- Os trabalhos teórico-práticos que apresentamos publicamente, bases de uma formação contínua credível? Sim, claro.

- As sociedades a que pertencemos? Sem dúvida muito importante ser-se credenciado por Sociedades Psicanalíticas e Grupanalíticas credíveis, que ofereçam formações exigentes, motivantes e contínuas.

E quem e como se definem essas características de credibilidade das sociedades/associações de psicoterapia?

- Pertencermos a Associações nacionais de psicoterapia? Termos reconhecimento pelas Ordens? Estou a pensar na Federação Portuguesa de Psicoterapia (FEPPSI) e nas Ordens dos Médicos, Ordens dos Psicólogos Portugueses e Ordens dos Enfermeiros. Sim, mas dada a heterogeneidade imensa que estes organismos contêm, não me parece que sejam muito explícitos sobre a nossa identidade. Indicam critérios mínimos.

- Fazermos parte de Associações internacionais congéneres? Na área da nossa competência específica, a SPGPAG faz parte da *European Federation for Psychoanalytic Psychotherapy* (EFPP) e da *European Group Analytic Training Institutions Network* (EGATIN) e muitos dos nossos sócios são sócios da *Group Analytic Society International* (GASi). Sim, sem dúvida que esta pertença é uma garantia contra o isolamento evitante de novos conhecimentos e de comparação crítica.

Sabemos a **heterogeneidade que estas Associações contêm!** Em termos de formações mínimas exigidas, e mesmo de conceptualizações teóricas sobre as quais se estrutura a prática. Em todas se exige a formação tripartida de fazer parte de grupos terapêuticos, curso de formação teórico e supervisão. Mas a formação pode ser em 4 ou 5 blocos de fins de semana anuais ou contínua, em grupos só de formandos ou mistos, de durações mínimas muito variadas. Necessariamente haverá consequências. Ou não fará assim tanta diferença? Estou na EFPP desde 1999 como delegada e tenho vivido intensamente as diferenças entre as associações dos vários países. Para além dos estatutos que indicam os critérios mínimos exigidos e que são comuns também aos da EGATIN, as diferenças saltam constantemente nas conversas informais e nas apresentações de material clínico.

Recentemente 1 colega de há anos afirmava numa reunião online que a Grupanálise Foulkesiana nada tem a ver com a Psicanálise!!! Nada mais diferente do que fazemos e consta nos sites da GASi, da EGATIN e da EFPP!

As diferenças existem claramente nas perspectivas teórico-técnicas e na formação ao ponto de, na mesma federação, não serem reconhecidas e outorgadas equivalências entre membros dessa mesma federação. Contudo, nos Estatutos este problema está encoberto/omisso. Por exemplo: no site da EGATIN, os estatutos no subcapítulo *Essential Training Standards in Group-Analytiv Psychotherapy* parecem-me bem estruturados ao contrário dos Estatutos da EFPP e mesmo da GASi. As diferenças (sobretudo na Formação) estão claramente expostas, mas as equivalências estão omissas, a menos que as consideremos implícitas o que sabemos não ser a realidade através do relato dos nossos colegas que ocuparam cargos nas direcções da EGATIN. mas não há uma palavra sobre a importância do inconsciente, da contratransferência do grupanalista.

O mesmo se passa nos estatutos da GASi. No **site da GASi,** a definição de Group Analysis vem bastante clara, mas no que concerne à função dos grupanalistas vem definida de modo muito vago: *"Group Analysts work in a wide range of contexts with a wide range of difficulties and problems. Group Analysis explores the theory, practice and experience of analytical group psychotherapy, embracing concepts derived from psychoanalytic psychology, social psychology, group dynamics, sociology and anthropology*.

Groups begin with a relatively high level of leadership activity, referred to as dynamic administration. This approach integrates important aspects of group as a whole and individually-oriented models. The conductor (therapist) is encouraged to address individuals as well as the whole group. This concept is developed by an integrated set of concepts of structure, process and outcome." (fim de citação).

Dizem muito pouco sobre a importância dos grupanalistas, sobre o padrão, sobre a interferência decisiva da personalidade e formação dos grupanalistas sobre os processos terapêuticos.

E quanto à Psicanálise? Que importância tem? Muita, porque nos estatutos das sociedades de Grupanálise há muitas referências às bases teóricas da Grupanálise remetendo para as definições das conceptualizações psicanalíticas.

David Zimerman, no seu Vocabulário de Psicanálise de 2001 diz haver 7 escolas de Psicanálise; hoje, se fosse vivo, acrescentaria a da Psicanálise Relacional.

As diferenças são muitas, como aponta Ian Miller (2016) no seu livro "Defining Psychoanalysis- achieving a vernacular expression": *"Defining psychoanalysis in the present moment, 2014-2015, might seem a relatively simple task";* contudo, consultando a Wikipedia),*"psychoanalysis is a set of psychological and psychotherapeutic theories and associated techniques with at least twenty-two different theoretical orientations, after the foundational work of Sigmund Freud* (http://en.wikipedia.org/wiki/Psychoanalysis).

Site da IPA: ***What is Psychoanalysis?*** *At its simplest,* ***psychoanalysis is*** *both a clinical treatment method and an experiential study of the mind. It utilizes the moment-to-moment experience of the analyst and the analysand to gain new knowledge about unconscious wishes and fears. These unconscious manifestations in a person's life are influenced by various factors unique to each individual, such as childhood experiences, relationships, and early traumatic events, and often have a repetitive quality over the lifespan.*

During a psychoanalytic treatment, ***the psychoanalyst*** *acts as a compassionate companion on the intricate journey of self-exploration. Using their knowledge, expertise, and personal qualities, they help us to explore the depths of the unconscious mind, repressed feelings, unresolved conflicts and the meanings of dreams. With their guidance, we are able to connect our past experiences to our present behaviours and emotions. The* ***psychoanalyst's role*** *during this process is to create a safe and supportive environment for us to explore our innermost thoughts and feelings. Additionally, the* ***psychoanalyst*** *helps us to develop insight into our defence mechanisms and coping strategies, allowing for a more authentic and fulfilling life, and preparing us to find future challenges less stressful and easier to cope with" (fim de citação).* Aqui está mais clara a noção da função do Padrão, mas sem qualquer menção à contratransferência.

Site da PsiRelacional: "**Que são a Psicanálise e a Psicoterapia Relacionais?**

O **terapeuta "relacional**", face ao "clássico", tende a ter uma atitude mais envolvida e implicada nas dinâmicas relacionais em curso, a ser menos interpretativo e mais vivencial, a dar mais atenção aos contextos externos (familiares, sociais, culturais, políticos) e ao seu impacto no mundo interno, a ser menos fechado e silencioso (o valor do silêncio é importante, mas contextual e não uma postura "típica") e mais "parceiro" no trabalho a dois, co-construído entre duas pessoas. Apesar dos diferentes papeis e responsabilidades em curso, psicoterapeuta e paciente são duas pessoas. E uma pessoa a fazer a sua psicoterapia ou psicanálise precisa de saber, de sentir e experienciar que o seu terapeuta é, também, uma pessoa real – e não só um "terapeuta".

O **terapeuta relacional** assume uma "ética da responsabilidade" face ao paciente e uma "confiança" básica nele e na sua sensibilidade e perspectiva. Mas não perde de vista a importância das dinâmicas inconscientes e do seu impacto na vida psíquica e relacional, e a importância de conhecer e compreender o "mundo interno", as configurações relacionais implícitas e os "princípios organizadores" profundos de cada pessoa – no sentido de uma clarificação conducente à constituição de uma maior coesão e liberdade interiores e da fruição relacional e da vida.

O **terapeuta relacional,** ao pôr ao serviço do paciente a sua experiência, saber, sensibilidade e a sua própria e inerente subjectividade, não as sobrepõe às do paciente e à responsabilidade deste pelo seu

próprio percurso, no sentido de se desenvolver como queira e possa. Mas este, ao escolher fazer uma psicoterapia psicanalítica ou uma psicanálise, tem direito a fazê-la bem acompanhado.

Aqui está mais clara função do padrão, mas também sem mencionar a contratransferência.

E na SPGPAG?

Nos Estatutos não há referências em relação à definição concreta de Grupanálise. Há definição de objectivos da Sociedade, estando implícitas algumas das suas características. No capítulo I, artigos 1 e 3, vêm referências demasiado básicas e gerais:

Artigo 1– A S.P.G.P.A.G. - Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, de ora em diante e abreviadamente S.P.G.P.A.G., é uma Associação sem fins lucrativos, com atividades científicas, de investigação, divulgação, ensino e formação de grupanalistas e psicoterapeutas analíticos individuais e de grupo, com duração por tempo indeterminado.

Artigo 3- A S.P.G.P.A.G. propõe-se à realização dos seguintes objetivos:

a) Estudo e investigação do desenvolvimento psicológico e da psicopatologia individual e grupal;

b) Estudo e investigação da teoria e técnicas da Grupanálise e da Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo;

c) Estudo e investigação da teoria psicanalítica e as suas implicações na Grupanálise e na Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo;

d) Realização de sessões científicas, cursos, colóquios e seminários com fins informativos e também a formação nos aspetos técnicos, teóricos e práticos ligados à Grupanálise e à Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo;

e) Divulgação e publicação da sua atividade científica em revistas da especialidade e outras;

f) Colaboração com serviços oficiais e outros para investigação e estudo de problemas científicos, teóricos e aplicados, relacionados com a Grupanálise e a Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo;

g) Definição de padrões de treino e do exercício profissional da Grupanálise e da Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo, assegurando o treino de novos grupanalistas e psicoterapeutas, organizando e mantendo atualizada uma lista de grupanalistas com funções didáticas;

h) Organização e manutenção atualizada de uma lista de indivíduos reconhecidos para o exercício da Grupanálise e da Psicoterapia Analítica Dual e de Grupo;

i) Promoção e desenvolvimento das aplicações terapêuticas e não especificamente terapêuticas da Grupanálise.

Nos estatutos não há referências em relação à definição concreta de Grupanálise, Há definição de objectivos da Sociedade, estando implícitas algumas das suas características.

No livro que editámos em 2021, Neto e Centeno (2021) preocupadas com a falta de clareza dos conceitos na profissão, o que parece contribuir para um certo desprestígio da Grupanálise e das Psicoterapias Psicanalíticas no geral, definimos **Grupanálise:**

Em sentido estrito, a **grupanálise** é uma forma de **psicoterapia psicanalítica/dinâmica do indivíduo** no grupo e através do grupo, utilizando as múltiplas interacções e relações que o *setting* grupal proporciona

É **um método de investigação e terapia** com bases teóricas comuns à psicanálise, mas com **procedimentos operatórios diferentes** que se relacionam com o novo *setting* – ***setting* grupal** – tendo por base uma teoria e técnica grupanalíticas. Conceptualização de Foulkes (1898-1976) - modificada por E. Cortesão (1919-1991) e muitos outros.

Em sentido lato, é um espectro grupanalítico (Neto IM e Centeno MJ, 2021) incluindo oito formas de usar a conceptualização e as técnicas grupanalíticas. A distinção entre elas está nas diferenças dos objectivos/resultados expectáveis e nas características do processo grupal, tendo em conta o foco, a matriz e o padrão.

1 – Grupanálise terapêutica.
2 - Psicoterapia Grupanalítica: ambulatório institucional e privado; em internamento completo e parcial (Neto, 2010);
3 - Grupanálise multifamiliar (Neto, 2017a; Neto & Centeno, 2014; Centeno e Neto, 2016; Centeno et al, 2009, 2017, 2023);
4 - Grupos Terapêuticos Baseados na Mentalização (Allen & Fonagy, 2006); (Kartrud, 2015);
5 - Grupos na *internet* (Weinberg, 2014, 2016);
6 - Coaching grupanalítico (Teixeira, 2012; Thornton, 2010);
7 - Grupos experienciais/de demonstração/T-groups;
8 - Grupos de trabalho/Operativos/centrados na tarefa/grupos Balint/equipas (Fernandes, Svartman, & Fernandes, 2003; Zimerman, 2001a).

Características comuns ao espectro grupanalítico

1. Importância decisiva dos processos inconscientes nos indivíduos e nos grupos.
2. Importância da relação.
3. São desenvolvidos em grupo.
4. Os membros estão em círculo ou, nos casos dos grupos grandes, em círculos concêntricos. Consideramos que os grupos *on-line* se dispõem em círculos virtuais.
5. Condução não intrusiva e mediada pela empatia.
6. Ambiente de suporte e contenção, baseado na autenticidade, coerência, empatia, confidencialidade, pontualidade e constância.
7. Criação da oportunidade de desenvolvimento de novas aprendizagens e capacidades.
8. Serem conceptualizados por Grupanalistas.

9. poderem ser desenvolvidas online e num contexto híbrido. (Martins, Vieira & Neto, 2018); (Neto, 2022); (Weinberg and Rolnick, 2020), (Weinberg, Rolnick, and Leighton, 2023).

III – Padrão Grupanalítico e Factor T

O conceito de **Padrão** foi introduzido por Cortesão (1989,2008) e desenvolvido posteriormente por vários grupanalistas (Filipe, 1992), (Brito 1992), (Neto e Dinis, 2021). Tem sido definido como contendo três dimensões: **natureza, função e objectivos.**

A **natureza** refere-se ao grupanalista no que se refere à sua personalidade, processo grupanalítico pessoal, supervisão e formação contínua.

A **função** refere-se à selecção dos membros do grupo, ao conjunto de regras e condições necessárias para a realização das sessões, e ao conjunto de atitudes clínicas veiculando a actividade interpretativa; esta perspectiva da função do padrão é equivalente ao que Foulkes apelidava de "*dynamic administration*" e "*therapeutic activity*" e Malcolm Pines apelidava de "*the functions of the therapist*" (Neto e Dinis, 2021).

Os **objectivos** são constituídos pelo estabelecimento e desenvolvimento do processo grupanalítico, pelo conhecimento profundo dos fenómenos inconscientes que permitem a compreensão do significado dos sintomas, abrindo caminho para a cura/benefícios terapêuticos e para o conhecimento profundo dos padrões relacionais; dito de outro modo, os objectivos são o desenvolvimento do processo analítico com aquisição de insight e reconstrução do self.

Estamos, pois, também a entrar nas equivalências entre a **Natureza e Função** do **Padrão** com o conceito de **Factor T (*Therapist effect*)** e de ***Effective Therapists*** (Wampold, 2011 in Neto e Dinis, 2021, p.96-97). Wampold sumariza que os os terapeutas deverão ser autênticos, confiáveis, não evitando material difícil, coerentes, reconhecer as capacidades dos seus pacientes e monitorizar os progressos dos processos terapêuticos. Devem também estar permanentemente atentos à sua contra-transferência e promover uma actualização de formação permanente. Em termos de investigação, Wampold argumenta que:

- as diferenças entre terapeutas são consistentes e mensuráveis;
- o efeito do terapeuta é frequentemente maior do que as diferenças entre escolas de psicoterapia;
- os terapeutas mais eficazes obtêm melhores resultados em diferentes tipos de clientes e problemas, e não apenas numa técnica específica.

Norcross e Lambert (2018) lideraram uma *task-force* da *American Psychological Association* dedicada a identificar quais os aspetos da relação terapêutica que têm melhor suporte científico. As suas conclusões mostram que há forte evidência para a importância de:

- aliança terapêutica;
- empatia;

- colaboração;
- consenso sobre objetivos;
- adaptação da terapia às características, preferências e cultura do cliente;
- obtenção sistemática de feedback do cliente ao longo do tratamento.

Conclusões desta *task-force*: A relação psicoterapêutica dá uma contribuição substancial e consistente para o evoluir dos processos terapêuticos independentemente do tipo de tratamento. ... A relação é eficaz!....

IV - Quanto ao Padrão dos grupanalistas na SPGPAG,

Já referi à falta de explicitação do que é o processo grupanalítico em termos do modelo conceptual no ponto II desta reflexão. Não vêm referências nem nos Estatutos nem nas Normas de Aplicação. Quanto aos factores da natureza e função do padrão, vêm referidas no Código de Ética algumas funções que não são específicas da Grupanálise como forma de Psicoterapia Psicanalítica, mas que deveriam pertencer às funções de qualquer psicoterapia. O mesmo se passa com outras sociedades de psicoterapia psicanalítica, mencionadas no ponto II Vejamos:

No Código de Ética da SPGPAG

A prática da Grupanálise, como processo terapêutico e como método de investigação, tem por base uma relação especial entre várias pessoas num contexto de grupo: o grupanalista e os grupanalisandos. A proximidade e a natureza dessas relações, bem como a dinâmica e os afetos gerados no grupo impõem um posicionamento ético rigoroso, necessariamente orientado pelos valores da dignidade humana, e da correta observância dos direitos de cada um.

Princípios Gerais

1. A atividade dos grupanalistas é regulada pelas leis gerais do País, nomeadamente no que diz respeito a direitos humanos, cidadania, democracia, liberdade, justiça e igualdade. Esta atividade assenta numa **formação de base** e numa **graduação posterior específica** previamente definidas pelos estatutos da S.P.G.P.A.G. assim como na **experiência clínica**.

2. **É dever do grupanalista** atuar apenas no **interesse dos pacientes**.

3. **É dever do grupanalista** trabalhar de forma **competente** e **responsável**, evitando quebras de funcionalidade ou instabilidade de presença, assim como continuar a **atualizar os seus conhecimentos e desempenho**.

4. **É dever do grupanalista** trabalhar de forma discreta e na mais estrita **confidencialidade**, aspetos que devem ser bem explícitos no início do processo.

5. **É dever do grupanalista** não desacreditar a Grupanálise, a S.P.G., os colegas ou a si próprio, para o que deverá conhecer e respeitar os respetivos **estatutos**, as **normas formativas** e os processos administrativos nacionais e internacionais.

6. **É dever do grupanalista** não se envolver nem de qualquer forma dar cobertura a atividades de pessoas ou grupos que, sem formação adequada, se intitulem de grupanalistas.

Relação do Grupanalista com os Grupanalisandos

1. O grupanalista não pode aproveitar as posições de **poder** que o estatuto profissional e o processo transferencial na relação com os grupanalisandos e o grupo lhe conferem, para obter lucros ou

vantagens para si próprio ou terceiros.

2. Não pode, na sua prática profissional **discriminar género, orientação sexual, etnia, religião, classe social** ou qualquer outra diferença, prevalecendo sempre o critério do grupanalista em relação à indicação.

3. Os termos do **contrato grupanalítico** com os grupanalisandos ou com terceiros que os representem (pais ou tutores no caso de menores) devem ficar bem explícitos no início do processo.

4. O grupanalista não pode exercer a sua atividade, quando, por efeito de substâncias tóxicas, idade ou doenças, não dispuser das **capacidades** que lhe são exigidas para o exercício da mesma.

5. O grupanalista não pode seguir em Grupanálise, simultaneamente, no mesmo grupo ou grupos diferentes, pacientes que tenham entre si **vínculos familiares ou afetivos próximos** ou com contactos profissionais ou sociais de proximidade. Do mesmo modo evitará seguir em Grupanálise pacientes que tenham familiares próximos com ex-pacientes que suspenderam ou terminaram a sua Grupanálise há menos de um ano.

6. Devem ser **evitados contactos sociais com os grupanalisandos** e as pessoas que lhes são próximas.

7. É **vedada a criação de falsas expectativas** quanto a possibilidades terapêuticas, não devendo o processo grupanalítico ser interrompido, finalizado ou prolongado sem que tal seja discutido com o paciente e os restantes membros do grupo.

8. É eticamente muito grave e incompatível com a prática grupanalítica ter **contactos sexuais** com pacientes e seus familiares próximos.

9. Em **situações de enquadramento criminal** o grupanalista poderá cessar o processo grupanalítico da pessoa em causa consultando a **comissão de ética**.

10. **Não pode quebrar o segredo profissional** ou de qualquer forma revelar aspetos que só ao paciente dizem respeito, mesmo após o seu falecimento, é proibido e considerado muito grave. É igualmente vedado a qualquer outro elemento do grupo revelar aspetos dos restantes de que tomou conhecimento no processo grupanalítico.

11. Quando por **questões científicas ou pedagógicas**, for necessário a divulgação escrita ou oral de material clínico, devem ser assegurados a **confidencialidade** dos dados e o rigoroso anonimato dos grupanalisandos recomendando-se a obtenção prévia do consentimento dos vários elementos constituintes do grupo

12. Quando em consultadorias ou em idênticas situações se tiver de prestar informações clínicas deverá ser garantida a **confidencialidade** de todos os envolvidos.

13. O grupanalista, quando atuando como **formador** deve, na sua relação com candidatos, alunos e supervisandos guiar-se pelos mesmos princípios éticos inerentes à sua função de grupanalista.

Com tão pouca convicção das sociedades psicanalíticas na explicitação clara dos nossos modelos e importância decisiva das nossas funções e resultados nos processos psicoterapêuticos, como encarar, então, um documento vindo da Organização Mundial de Saúde com 95 páginas.

IV – Directrizes da OMS sobre a Implementação de Intervenções Psicológicas em 2024

"Psychological interventions implementation manual WHO 2024

Integrating evidence-based psychological interventions into existing services?

The emphasis here is not conventional psycho- therapy delivered by specialists but rather manualized psychological interventions that can be delivered by trained and supervised non-specialists and are more likely to be scalable.

Evidence-based psychological intervention manuals for mental health conditions are informed by and make intentional use of techniques from established psychological treatments such as behavioral activation, stress management, problem-solving therapy, cognitive behavioural therapy (CBT) and interpersonal therapy (IPT)."

Estes não especialistas terão de ser supervisados por indivíduos com mais conhecimentos; idealmente conhecedores dos modelos de intervenção psicológicos em que se baseiam os manuais, mas também podem não ser especialistas requerendo-se nestes casos que sejam eles próprios supervisados por "expert" supervisores especializados!

Embora se evite a palavra tratamento, aparece no ponto 5.4: "*Follow up treatment*". Nem uma palavra sobre Psicanálise ou qualquer Psicoterapia Psicanalítica. Só uma indicação de Psicoterapia Dinâmica Breve para Adultos Deprimidos.

Parece-me ser um documento altamente exclusivo para as sociedades em que as populações têm mais meios de instrução e financeiros. Não me parece uma atitude científica organizar terapêuticas sem regras ideais de execução. Posso ter de tratar diabéticos ou outras doenças com meios rudimentares. Mas isto tem de ser dito e criticado e não defendido. Posso fazer intervenções cirúrgicas sem os cuidados mínimos de assepsia?! Afinal as doenças mentais são uma espécie de transtornos acessíveis a meras intervenções radicadas no poder decisivo da consciência?! Afinal o preconceito de que as doenças

mentais são evitáveis pelo próprio está mais vivo que nunca. A clivagem aumenta na OMS em 2024 entre as doenças somáticas e as mentais!!!! A ciência, os técnicos bem qualificados não são assim tão necessários nas doenças mentais!!!! Será?

Numa fase do conhecimento em que cada vez mais se confirma que a maioria da nossa actividade/comportamentos/motivações é inconsciente, a OMS defende que a única forma de psicoterapia credível baseada na evidência é a CBT!!!!

Como é que ficará a nossa identidade se e quando a União Europeia implementar estas directrizes?

Poderemos pensar que estas recomendações não são para nós... Talvez seja preferível sabermos com o que contamos para podermos fazer a profilaxia possível. Penso que a identidade analítica está duplamente ameaçada por esta teia racionalizante supostamente baseada na evidência e a IA. Será pessimismo meu?

Para evitar clivagens talvez possamos também pensar no que possa ter sido a nossa contribuição para aqui chegarmos. Penso que a força inovadora e libertadora introduzida por Freud se acomodou num isolamento quase arrogante face ao aporte de outras ciências, à importância da observação e atenção aos resultados e das suas variáveis, prolongando a quase total dependência da ortodoxia Freudiana a par e passo da ausência de confronto científico crítico com outras perspectivas de psicoterapia.

Vale a pena recordarmos o artigo de Otto Kernberg (1996) sobre as 30 maneiras de destruir a criatividade dos candidatos a psicanalistas: "*The author explores formal aspects of psychoanalytic education relevant to the fostering or inhibiting of creativity in the work of candidates. He refers to thirty features of psychoanalytic institutes that inhibit candidates' creativity and, by implication, illustrate problems in psychoanalytic education that require our attention. These features include systematic slowing down of institutional progression of candidates, repetitive and unquestioning teaching of key papers by Freud, monolithic tendencies regarding theoretical approaches, isolation of candidates from the professional and scientific activities of the psychoanalytic society, accentuation of the hieratical relations among the psychoanalytic faculty, graduation rituals, discouragement of original contributions by candidates, intellectual isolation of institutes, lack of full presentation of clinical work by senior members of the faculty, neglect of studies of controversies regarding psychoanalytic technique, 'paranoiagenic' features of the relationship among faculty and regarding requirements for candidates, the 'convoy' system, neglect of exploration of the scientific and cultural boundaries and applications of psychoanalysis and the effects of institutional conflicts around the appointment of training analysts. "*

Tal como Steinar Lorenzten (2011, pp.43-44), faz-me sentido perguntar: *'Does a 'main-stream' Group Analysis (GA) exist? What is GA today? What necessary elements must be present to call a therapy GA? How does Group Analysis differ from other psychodynamic group approaches? How can they be distinguished? How may Group Analysis be modified working with different patient categories?'*

Também Harold Behr se preocupa (2008, p.55): *'the problem for group analysis is compounded by confusion in the public mind between the different forms of psychotherapy. There is a lack of definition which lends itself to the myth that group therapy, whether analytic or any other kind, is not a particularly*

specialized field of practice, that it can therefore be practiced by almost anybody who works in a clinical setting' (…).

In 2009 the Institute of Group Analysis, London (IGA) together with The Group Analytic Society (GAS) commissioned to the Sheffield's University a study (Blackmore *et al, 2009*) *that apart from having revealed the evidence for the efficiency and effectiveness of GA and Analytic/Dynamic Group Psychotherapy (A/DGP) as well as the factors that influence the outcome of group therapy, called the attention to the need for further methodological quality studies, using outcome psychometric measures, and a better defined terminology when describing therapeutic interventions.*

Foi o que tentámos através do livro que fomos convidados a editar, em 2021: "*The Portuguese School of Group Analysis – towards a unified and integrated approach to theory research and clinical work*". E hoje proponho-me a dar mais algum contributo, expondo as minhas reflexões e sugestões que expressam a importância do Factor T e da técnica utilizada, explicitando-os por escrito com a consciência da dificuldade de regulamentar este tipo de matérias.

V - Reflexões sobre as funções dos psicoterapeutas psicanalíticos

V.1 - Princípios gerais, básicos, que devem reger a conduta analítica, para além dos já mencionados no nosso Código de Ética que deverão ser comuns a qualquer forma de psicoterapia:

- Um analista tem essencialmente de facilitar a liberdade de pensamento e de expressão de emoções e conflitos.

- Um analista trata, facilitando a descoberta dos pacientes sobre as suas vidas e personalidades.

- A empatia e o desejo de compreender são as atitudes básicas dos analistas.

- Um analista deve formular hipóteses de compreensão para as ocorrências patológicas ou geradoras de sofrimento de quem o procura. Deve estar preparado para as confirmar ou infirmar com alguma frequência e sempre que necessário

- Deve avaliar o que foi o sofrimento infantil com os objetos primários e introspetivamente antecipar se está ou não disposto/a e capaz de suportar a inevitável transferência.

- Um analista não se pode confundir com os seus pacientes.

- Um analista não se pode envolver emocionalmente com os seus pacientes fora do contexto e da atitude analítica.

- Um analista tem de avaliar o que tem de idêntico e ou diferente dos seus pacientes, antecipando áreas de incompreensão e eventual conflito

- Um analista tem de tentar discernir em cada momento o que é predominantemente projectivo e defensivo, em sentido geral, do que é real na narrativa e sofrimento dos pacientes.

- Estabelecer o equilíbrio entre a valorização relativa da realidade interna e externa.

- Estar atento aos sinais da CT em sentido estrito e que tem a característica de pertencer ao domínio do inconsciente.

- Tudo o que o analista diz ou faz é importante. Inclui-se o silêncio.

V.2 - Princípios gerais, básicos, que me parece deverem reger a conduta grupanalítica na instituição e no privado:

- Deve-se estar atento ao grupo e a cada membro.

- O grupo está sobretudo ao serviço do indivíduo.

- Teremos de estar atentos à comunicação verbal e não-verbal. «Ver-se» e «ser visto» Neto (2002) é uma mais-valia dos processos face a face em que se incluem os grupos, mesmo online.

- Os grupos variam, de acordo com muitos factores: o condutor, selecção dos membros, frequência das sessões, fechados, abertos. As indicações para a inclusão de um novo membro em cada grupo devem ter em conta estas variáveis.

- Os grupanalistas devem estar atentos a formas não imediatamente identificáveis de agressividade.

- Os grupos navegando sozinhos, com demasiada passividade do grupanalista fazem os seus membros correr vários riscos, essencialmente decorrentes do ciúme e inveja, que estão na base do espelhar maligno.

- Os grupanalistas devem dar particular atenção às assimetrias entre os vários membros do grupo, incluindo as determinadas pela contratransferência.

- O grupo tem também uma função de supervisão do grupanalista que deve ser integrada.

VI – Reflexões Finais

Pensarmos na importância do conceito de Padrão que integra o factor T é uma forma de pensar na importância de ambos os factores: as capacidades dos terapeutas e as capacidades da conceptualização dos modelos.

A explicitação da formação e treino dos terapeutas e da caracterização dos modelos poderá ser tentada, facilitando até à escolha da forma de psicoterapia tal como a escolha dos analistas.

A análise pessoal que inclui a análise dos traços de carácter ego-sintónicos é condição *sine qua non* para o sucesso das transformações curativas dos que nos procuram para alívio do seu sofrimento.

A actualização constante será o seu complemento. E não será que esta actualização não deveria incluir a participação em grupos terapêuticos de X em X anos? Recordemos a sugestão de Freud (1937): “Todo o analista deveria periodicamente – com intervalos de aproximadamente 5 anos – submeter-se mais uma vez à análise, sem se sentir envergonhado por tomar esta medida. Isso significaria, portanto, que não

seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas a sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável".

Referências Bibliográficas

Behr, H., & Hearst, L. (2005) The group in action. In *Group-Analytic Psychotherapy - A Meeting of Minds*. London: Whurr Publishers.

Bolognini, S. (2004). Empathy and Empathism. In *Psychoanalytic Empathy.* Free Association Books, pp: 118-135.

Cortesão, E. L. (1989). Capítulo 2 - Matriz grupanalítica e Padrão grupanalítico. In *Grupanálise – Teoria e Técnica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Reprinted 2008. Lisbon: SPG), pp: 93-126.

Freud, S. (1937). Análise Terminável e Interminável. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXIII 1937-1939. Imago Editora, pp: 239-287.

Kernberg, O.(1996). Thirty Methods To Destroy The Creativity Of Psychoanalytic Candidates. *International Journal of Psycho-Analysis*, 77: 1031-1040.

Lorentzen, S. (2011). One Group Analysis or many? Does a 'main-stream group analysis' exist? (Introduction to a workshop at the London Symposium in Group Analysis, August 30th). *Context, December 2011*, 54: 43-44.

Marques, P. M. (2025). Ética em Psicoterapia Analítica de Grupo: Reflexões e Diálogo. XVII Encontro Luso-Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo, XV Congresso Brasileiro de Psicanálise das Configurações Vinculares: Grupalidade, (im)pacto social e ética: o caleidoscópio dos Vínculos. *Conferência*. Guarujá, 15-18 de Maio de 2025.

Miller, I. (2016). "Defining Psychoanalysis- achieving a vernacular expression". Karnac. (p.1).

Neto, I. M. (2025). Ética em Psicoterapia Analítica de Grupo: Reflexões e Diálogo. XVII Encontro Luso-Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo, XV Congresso Brasileiro de Psicanálise das Configurações Vinculares: Grupalidade, (im)pacto social e ética: o caleidoscópio dos Vínculos. *Conferência.* Guarujá, 15-18 de Maio de 2025.

Neto, I. M., & Centeno, M. J. (2021). Group Analysis: A cluster identity - Redefining/Rethinking group analysis. In Isaura Manso Neto, & Margarida França (Eds.), *The Portuguese School of Groupanalysis: Towards a unified and integrated approach to theory, research and clinical work.* London: Routledge, pp: 28-52.

Neto, I. M. (2002). Ver e ser visto: um «valor acrescentado» em Grupanálise. *Revista Portuguesa de Grupanálise*, 2012: 77-86.

Norcross, J.C.; Lambert, M. J. (2018). Psychotherapy Relationships That Work III. Psychotherapy 2018. Vol. 55. Nº 4.3

Racker, H. (1988). Estudo V - A Neurose de Contratransferência. In *Estudos sobre Técnica Psicanalítica*. Porto Alegre:Artes Médicas (3ª. edição)

Sites:IPA, EFPP, EGATIN, GASi, PSIRELACIONAL, SPP, SPGPAG.

Wampold, B. E. (2011). Qualities and actions of effective therapists. American Psychological Association Education Directorate. Retrieved from http://www.apa.org/education/ce/effective-therapists.pdf

Wampold, B. E. (2015). The Great Psychotherapy Debate: The Evidence for What Makes Psychotherapy Work (2.ª ed., 2015). Routledge.

WHO (2024) Psychological interventions implementation manual: integrating evidence-based psychological interventions into existing services ISBN 978-92-4-008714-9 (electronic version)

Zimerman, D. E. (2001). Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise. Porto Alegre: Artmed.

Comentário à Conferência de Isaura Manso Neto:
"Identificação e identidade dos grupanalistas e outros psicoterapeutas psicanalíticos. Como escolher um psicoterapeuta? O padrão grupanalítico integra o factor T"

José de Abreu Afonso

*C*omeço por agradecer aos editores o amável convite para publicar o comentário – que fiz com muita satisfação - à conferência da Dra. Isaura Manso Neto, conferência que constitui um exercício de pensamento corajoso e necessário num tempo de fragmentações - sociais, políticas, científicas e institucionais, que vão acontecendo, também, na comunidade analítica.

Propõe-nos a autora que o amor, entendido como força de ligação, reconhecimento e empatia, possa funcionar como antídoto para as clivagens que dominam o mundo contemporâneo. Uma proposta inspiradora: ver na grupanálise e na psicanálise não apenas métodos terapêuticos, mas actos de resistência simbólica, modos de restaurar o diálogo, a escuta, e a possibilidade de compreensão. Esta força poética e ética pareceria até idealista se não conhecêssemos que as mesmas clivagens que Isaura Neto denuncia existem inevitavelmente nos próprios dispositivos analíticos e nas sociedades científicas que os representam. Nenhum grupo, nenhum analista e nenhuma instituição são imunes à fragmentação, à ideologia ou à rigidez.

A conferência faz-nos reflectir sobre a identidade profissional do psicoterapeuta psicanalítico e do grupanalista. A revalorização do conceito de *padrão*, introduzido por Eduardo Cortesão, é um contributo importante que a Dra. Isaura Neto traz muitas vezes nas suas reflexões públicas. Ao sublinhar que a eficácia clínica depende da estrutura ética, pessoal e inconsciente do analista, devolve a centralidade do fator humano e pessoal à terapia - um contraponto necessário ao tecnicismo e à manualização das intervenções psicológicas propostas pela OMS (2024). Identificamo-nos com essa crítica, legítima e pertinente, à ideia de que a saúde mental pode ser tratada por não especialistas - ou mesmo por especialistas - mediante protocolos uniformes, o que representa uma desvalorização da complexidade subjectiva e relacional do sofrimento.

Com contundência a autora sublinha que o discurso da "ciência baseada na evidência" pode converter-se numa nova forma de clivagem: uma separação entre o mensurável e o humano, entre o dado empírico e a experiência subjectiva. A experiência na clínica e na academia permite-me ter esperança. Assistimos a uma era de subjugação àquele paradigma e ao modelo médico, mas estamos em tempo de mudança.

[14] Psicólogo Clínico, Psicoterapeuta, Grupanalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. Doutorado em Psicologia Clínica. Professor auxiliar de psicologia no ISPA e formador em vários seminários sobre psicoterapia, psicanálise e grupanálise.
Artigo adaptado a partir do seu Comentário apresentado no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

Alinhamo-nos com Isaura Neto na defesa da psicanálise e da grupanálise como saberes da complexidade e da escuta, como um gesto de resistência importante - desde que não caiamos na tentação de nos isolar do diálogo com a ciência empírica e as novas formas de investigação em psicoterapia.

A defesa da nossa "identidade analítica" não deve fazer esquecer que também dentro do campo analítico existem zonas de indefinição, dogmatismo e resistência à autocrítica. A autora evoca com justeza Otto Kernberg e a sua crítica à formação psicanalítica excessivamente hierarquizada e repetitiva, texto que apesar de ter sido escrito há trinta ainda nos dá que pensar. Mas receio que por vezes, quando se fazem referências à "psicanálise clássica", se possa estar a operar uma clivagem simétrica: contrapondo um modelo "fechado" e freudiano a um "relacional" aberto e ético. Creio que esta é uma simplificação a que devemos resistir. O movimento psicanalítico pós-freudiano, desde a teoria da relação de objeto até às abordagens inter-subjectivas contemporâneas, tem vindo a integrar progressivamente as dimensões relacionais, dialógicas e co-construtivas do processo analítico. Reduzir o relacional à "ética da parceria" pode empobrecer o alcance dessas transformações internas do movimento psicanalítico internacional.

É um facto que as tensões entre modelos - freudiano, kleiniano, bioniano, intersubjetivo, realcional e outros - não são apenas teóricas, mas formas distintas de lidar com a alteridade, com a transferência e com a verdade emocional. As divergências, contudo, não têm de significar clivagem, mas pluralidade viva; o desafio é institucionalizar a diferença sem a converter em seita, tarefa difícil para qualquer escola psicanalítica, relacional ou não. A autora toca nesse ponto ao questionar a heterogeneidade das formações e dos critérios em muitas sociedades europeias de psicoterapia analítica, mas, mais uma vez, não nos esqueçamos que aquela diversidade também é expressão da vitalidade do campo.

Isaura Neto reflete sobre o respeito autêntico pela diferença, a empatia e a não intrusão como fundamentos da ética grupanalítica. Temas que me são muito caros. Ideais nobres e, por isso mesmo, perigosos se tomados como garantidos. O respeito autêntico é sempre um trabalho em curso, constantemente ameaçado pelos vieses teóricos, pelas identificações narcísicas, pelas noções de seleção e de alta, por exemplo. O próprio grupanalista, ao exercer poder simbólico sobre o grupo ou sobre o sujeito, precisa de reconhecer a sua contra-transferência, a resistência à escuta e as ideologias internalizadas no seu modo de compreender o outro.

Se como Isaura Neto sublinha a empatia - que do nosso ponto de vista é um pré-requisito - é uma das formas que a contratransferência pode assumir, a necessidade do analista cultivar a auto-reflexão e expandir a capacidade de escutar destaca a importância da análise pessoal e dos traços de carácter ego-sintónicos.

A actualização constante surge assim como um complemento ético e formativo indispensável. Permitam-me falar de actualização não apenas teórica, mas também do acompanhamento das transformações históricas e sociais que já não encontram explicação cabal nas velhas teorias. O mundo mudou. A teoria psicanalítica não pode ir atrás da sociologia, e muito menos do activismo político e social, mas tem de ultrapassar a resistência a uma escuta livre, que permita compreender a contemporaneidade e as suas

pessoas, ultrapassando aquilo que dava por adquirido como normalidade, herdeira que é do modernismo que acabou por cair, como sabemos, em modelos de pensamento único.

Na clínica, estamos para tentar compreender, pensar e lutar contra a resistência ao pensamento. Não podia concordar mais com a naturalidade do recurso a novas experiências analíticas proposta por Freud em 1937 - e que bom podermos falar das coisas extraordinárias que Freud nos ensinou sem preconceitos - prática que ajudaria a manter viva a capacidade de escuta e o trabalho interminável sobre si próprio.

E voltamos a uma das tensões mais difíceis do exercício analítico e da formação clínica: a do poder nas próprias sociedades científicas. O narcisismo dos analistas, os seus pontos cegos e as dinâmicas de autoridade institucional, a noção de pertença - podem facilmente cair em doutrinação e perverter o que a psicanálise e a grupanálise defendem. As lógicas de exclusão, rivalidade e idealização repetem-se transgeracionalmente - por vezes com disfarces teóricos - e comprometem o espírito crítico e libertador que a autora reivindica. Reconhecer essa dimensão de poder e de sombra é parte integrante da ética analítica e condição da autenticidade dos vínculos individuais e grupais.

Referindo a ética e a relação com os grupanalisandos a autora partilha um código de princípios que traduz o melhor da tradição psicanalítica: confidencialidade, abstinência, responsabilidade, não abuso de poder. Como sabemos a enunciação desses deveres não assegura a sua realização. O que os garante é uma cultura viva de autocrítica, de supervisão e intervisão, sustentada pelo próprio grupo de pares. Precisamos, mesmo, de aprofundar as condições institucionais que tornam a ética algo vivido e não apenas prescrito.

Essa vigilância ética é enfatizada pela autora. Será proveitoso pensar o que acontece quando tais princípios falham - quando a contratransferência é negada, a empatia se torna condescendência, ou a análise é cúmplice de normalização ou de exclusões. Reconhecer e trabalhar falhas de toda a natureza é parte essencial do ofício psicanalítico e grupanalítico. A ética não é um código exterior à técnica: é o seu coração vivo. Esta é uma articulação, que constitui um dos eixos centrais da responsabilidade analítica.

Em suma, *Amor em tempo de clivagens* de Isaura Neto é uma conferência que nos desafia a pensar a psicanálise e a grupanálise não apenas como métodos, mas como actos clínicos, éticos, políticos e de ligação, num mundo que tende à dissociação. O texto combina paixão teórica e experiência clínica. Um dos seus méritos - que são muitos - está em recolocar o “amor” - entendido como reconhecimento do outro e compromisso com a verdade da relação - no centro da prática analítica. Amor que, para não se tornar ideal, precisa nascer do confronto lúcido com as divisões em nós próprios, no nosso modelo de referência e nas nossas organizações - campos de histórica polarização e integração.

Assim, mais do que antídoto, a psicanálise - individual ou grupal - é o espaço onde a clivagem pode ser vista, pensada e, quem sabe, temporariamente reconciliada. Dentro e fora da sessão, porque esta é outra clivagem que pode florescer no nosso meio.

Agradeço à Isaura Manso Neto pelo material rico que me permitiu pensar.

A vinculação do indivíduo ao grupo: uma teoria clássica com uma abordagem recente

João Justo

Resumo

O estudo da vinculação humana constituiu um passo fundamental para a psicanálise e, também, para a psicologia científica, nomeadamente na sua vertente clínica. Entre os inúmeros desenvolvimentos proporcionados por aquele conceito, surgem as questões ligadas à vinculação ao grupo. O presente artigo baseia-se e pretende apenas constituir-se como um convite aos leitores de esta revista para a leitura e a reflexão acerca da obra *The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective* (Ezequerro & Cañete, 2025a). Este trabalho articula a vinculação do indivíduo ao seu grupo social com o conhecimento sobre a aurora criadora da humanidade. Esta articulação coloca problemas importantes não só para o entendimento psicológico do fenómeno humano como também para o desenvolvimento das intervenções clínicas daí derivadas.

Palavras-chave: vinculação, grupo, vinculação ao grupo, evolução, vinculação segura, vinculação insegura, vinculação desorganizada

Abstract

The study of human attachment was a fundamental step for psychoanalysis and also for scientific psychology, particularly in its clinical dimension. Among the innumerous developments provided by that concept, questions related with attachment to the group emerge. This paper is based and aims to serve as an invitation for the readers of this journal to read and to reflect on the work The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective (Ezequerro & Cañete, 2025a). This book connects the attachment of the individual to his social group with the knowledge about the creative dawn of mankind. This connection raises important issues not only for the psychological understanding of the human phenomenon but also for the development of the clinical interventions derived from it.

Key Words: attachment, group, group attachment, evolution, secure attachment, insecure attachment, disorganized attachment

[15] Psicólogo, Doutorado em Psicologia Clínica, foi investigador e professor na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa até 2025. Membro Aderente da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e de Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). jjusto@psicologia.ulisboa.pt

Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, 7-8 novembro 2025.

Gostava de agradecer o contributo dos colegas que aceitaram discutir comigo alguns dos conteúdos centrais de este artigo: Professor Doutor Manuel Matos, Professor Doutor Paulo Mota Marques e Professora Doutora Maria de Jesus Candeias.

A contribuição seminal de John Bowlby (1958) acerca do fenómeno da vinculação abriu inúmeras portas, quer no domínio da investigação quer no domínio da clínica. Graças à sua contribuição pioneira, assistiu-se ao desenvolvimento das técnicas de observação da vinculação do bebé à cuidadora (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978) e, também, da avaliação das representações da vinculação ao longo da infância, da adolescência e da idade adulta (para uma revisão, veja-se o trabalho de Benavente, 2005). Como consequência, os estudos longitudinais (Grossman, Grossman & Waters, 2005) tornaram-se uma referência preciosa para a compreensão do papel desempenhado pela vinculação na organização psicológica do sujeito humano. Em simultâneo, a investigação sobre as crianças não classificáveis de acordo com o sistema clássico (Main & Solomon, 1986, 1990) permitiu a concretização de intervenções clínicas devotadas ao problema da vinculação desorganizada (Brisch, 1999). Mais recentemente, a vinculação do indivíduo ao grupo foi discutida por Ezequerro e Cañete (2025a) no contexto das teorias e das terapias grupanalíticas. Inspirados no trabalho de estes dois autores e a convite da Comissão Editorial da Revista Portuguesa de Grupanálise, redigimos estas linhas com o intuito de alargar a reflexão sobre a vinculação ao grupo entre os membros da SPG-PAG.

Ao contrário do que é habitualmente suposto, a importância da vinculação ao grupo começa por ser sublinhada exatamente por John Bowlby nos seus frequentes contatos com os criadores da grupanálise no Reino Unido (Ezequerro & Cañete, 2025b). A partir desse esforço teórico, tornou-se imperioso discutir, no contexto das relações grupais, as vantagens de essa força de ligação humana que usualmente designamos por vinculação.

Uma primeira visão básica sobre as vantagens da vinculação ao grupo é a leitura Darwiniana acerca das caraterísticas das espécies; as caraterísticas da nossa espécie existem porque sobreviveram ao processo da seleção natural. Nessa abordagem, aceita-se que, muito provavelmente, aquilo que sobrevive a esse processo oferece alguma vantagem aos portadores da caraterística. Avançando um pouco mais, a vinculação ao grupo humano deve, por exemplo, contribuir para a sobrevivência dos elementos desse grupo.

Pode perguntar-se por que razão é indispensável sublinhar a vinculação ao grupo relativamente à sobrevivência do indivíduo humano? Afinal de contas, a vinculação do bebé à mãe deveria ser capaz de produzir esse benefício. A este propósito, é útil recordar que, ao longo dos últimos três milhões e meio de anos, os nossos antepassados atravessaram vicissitudes evolutivas capazes de justificar o contributo coletivo nesta questão.

Numa visão Darwiniana, os antepassados da nossa espécie protagonizaram uma mudança comportamental notável, quando assumiram o bipedalismo exclusivo. Daí, advieram alterações corporais

igualmente notáveis. Entre outras, a aproximação da junta acetábulo-femoral à coluna vertebral induziu um estreitamento do canal de parto que, na nossa espécie, se cruzou com outro aspeto evolutivo muito importante. Os nossos recém-nascidos apresentam um volume craniano cada vez mais acentuado, nomeadamente nas zonas pré-frontal e parietal. Desse encontro, surgiu uma crescente dificuldade em nascer que, conjugada com a ampla massificação humana do planeta, obriga a reconhecer que os humanos conseguiram construir inúmeros processos adaptativos para escaparem às exigências da seleção natural. Entre estes processos, a prematuridade é talvez o mais mobilizador. Mas estes processos não nos ajudaram a fugir das consequências mais penalizadoras de esta evolução. Entre as consequências que nos preocupam, a mais trágica dá pelo nome de mortalidade materna perinatal. É reconhecido que a gravidez, o trabalho de parto e o pós-parto sempre constituíram espaços temporais onde era fácil adoecer, sofrer e perecer.

Do ponto de vista da vinculação do bebé à mãe, a mortalidade materna constitui um ponto final. Ou talvez não, se conseguirmos jogar com dois trunfos igualmente poderosos. Um de esses trunfos é a possibilidade de os grupos humanos oferecerem figuras de vinculação substitutas para os bebés cuja mãe faleceu durante, depois ou mesmo antes do nascimento do seu filho. Outro trunfo é a flexibilidade vinculativa dos nossos recém-nascidos; provavelmente são capazes de se vincularem a alguém que lhes é estranho, mesmo depois de perderem a mãe biológica à qual se vincularam.

Complementar ao aumento da mortalidade materna, ocorreu um aumento da fragilidade dos nossos recém-nascidos. É que, dispondo de menos espaço para nascer, os bebés humanos passaram a nascer mais cedo; quer dizer, o trabalho de parto na nossa espécie passou a ser desencadeado antes de atingida a maturidade do futuro bebé. Esta opção evolutiva arrastou consigo algumas outras estratégias adaptativas. Hoje, os humanos nascem: a) com um crânio incompleto (logo, mais flexível), b) com um cérebro onde o neocórtex ainda não está completamente constituído (logo, mais resistente) e c) realizando uma rotação ao atravessarem o canal de parto (logo, nascer ficou mais fácil). No fim de estas notáveis adaptações, é forçoso reconhecer que os humanos passaram a nascer cada vez mais prematuros e, portanto, cada vez mais necessitados de cuidados durante cada vez mais tempo. Este é um dos argumentos que faz supor a importância da vinculação ao grupo nos primeiros tempos de vida; sem o apoio do grupo nos cuidados ao recém-nascido, a viabilidade da nossa espécie seria facilmente posta em causa.

Portanto, estamos a supor que existe uma alternativa à vinculação do bebé à mãe. Essa alternativa dá pelo nome de vinculação ao grupo. No grupo, enquanto espaço social, podem existir várias figuras humanas capazes de suprir as funções vinculativas que habitualmente encontramos na figura materna. Sobretudo, tendo em conta que o início da espécie humana foi particularmente ameaçado por perigos naturais de todos os tipos, é fácil aceitar que a vinculação ao grupo desempenhou um papel crucial na sobrevivência dos recém-nascidos, das crianças e dos jovens.

Uma das perguntas inevitáveis nesta temática diz respeito à organização da vinculação ao grupo, em comparação com a organização da vinculação do bebé à mãe. Na vinculação individual, habitualmente, captamos duas grandes áreas: a vinculação segura e a vinculação insegura. E percecionamos a primeira

como oferecendo uma resposta adequada às necessidades da criança (… tendo em conta as sociedades modernas em que os investigadores vivem). Na segunda, percecionamos dificuldades que contrariam as possibilidades de desenvolvimento das crianças (… mais uma vez, com base nas sociedades habitadas pelos investigadores). No âmbito das vinculações inseguras, conhecemos crianças que se ligam às suas mães evitando-as enquanto outras se ligam de forma ansiosa ou resistente. Finalmente, uma terceira realidade, a vinculação desorganizada mostra-nos que algumas crianças não conseguiram conquistar um estilo de ligação organizado ou consistente. E as perguntas concretizam-se: A vinculação ao grupo também pode ser de tipo seguro? Também pode ser insegura, assumindo uma faceta evitante ou ansiosa? E desorganizada? A vinculação ao grupo pode não conseguir organizar-se de uma forma definida?

Talvez ainda seja cedo para responder às questões em causa. Apesar disso, pode parecer que, nos primeiros tempos da humanidade, o contributo do grupo para a sobrevivência infantil decorreu da segurança que ofereceu aos humanos mais pequeninos. O problema é que a vinculação segura é um dos mais importantes indutores da exploração do ambiente. Esta propriedade só pode ser benéfica se o ambiente a explorar estiver organizado de forma a responder à realidade biológica e psicológica da criança. De facto, na aurora dos grupos humanos mais arcaicos, o ambiente circundante era fértil em perigos de todo o tipo. Não faltavam predadores carenciados de presas que pudessem alimentar as suas crias. Num contexto tão particular, é provável que a vinculação ansiosa fosse a mais protetora, tanto na vinculação do bebé à mãe como na vinculação do bebé ao grupo. Não temos certezas, mas imaginamos que os primeiros contributos da vinculação ao grupo foram eficazes graças à manipulação da ansiedade infantil.

Tendo em conta a arqueologia dos primórdios da humanidade, tem sido defendido que existe uma correspondência entre a dimensão do cérebro humano e a dimensão dos grupos humanos primitivos: ou seja, grupos humanos mais numerosos eram constituídos por indivíduos com cérebros de maior dimensão. Embora seja difícil interpretar esta correlação em termos de causa-efeito, é razoável admitir que grupos humanos cada vez mais numerosos implicam relações sociais progressivamente mais complexas. Esta complexidade, por sua vez, requer competências psicológicas mais exigentes em termos cerebrais; e a convicção atual é que, desde o princípio da humanidade até ao presente, o cérebro humano tem crescido em dimensão e, também, em complexidade.

A marcha evolutiva da complexidade humana trouxe consigo algumas realidades que não são observadas noutras espécies. Embora em primatas não humanos seja observada a criação e o uso de ferramentas simples, esse esforço criativo é limitado quer no tempo (geralmente, a ferramenta é abandonada depois de usada) quer na diversidade (a ferramenta criada hoje é idêntica à ferramenta abandonada ontem). Pelo contrário, na nossa espécie, os instrumentos tendem a ser utilizados repetidas vezes e tendem a ser aperfeiçoados à medida que são refabricados. Para esta conjugação entre persistência e aperfeiçoamento, é forçoso atribuir um lugar de destaque à vivência em grupo. O grupo humano conserva o instrumento e, também, o conhecimento acerca do instrumento, transmitindo um e outro ao longo das gerações. Em simultâneo, o instrumento e o conhecimento que lhe é inerente podem complexificar-se.

A complexificação dos artefactos humanos e do respetivo conhecimento dentro do grupo humano, possivelmente, conduzem à complexificação do próprio grupo; nomeadamente, induzindo a criação de estruturas grupais. Estas estruturas, ao longo do tempo, evoluíram paredes-meias com a evolução dos símbolos quer sonoros quer visuais. A realidade atual de grupos humanos de vários níveis que comunicam permanentemente utilizando, em simultâneo, sistemas simbólicos de naturezas diversas, não pode deixar de ser o resultado de um esforço colaborativo; intra e intergrupos. É forçoso reconhecer que a espécie humana é prodigiosamente colaborativa e, nesse sentido, deve a sua evolução às competências que desenvolveu para além das que observamos no indivíduo. O grupo possui recursos que o indivíduo não tem.

Decorrendo da complexificação dos grupos humanos (mais numerosos, mais estruturados, etc.), os indivíduos humanos precisaram de desenvolver competências que lhes permitissem adaptar-se face às alterações que enfrentavam no ambiente humano circundante. Uma dessas competências implica a capacidade de compreender ou partilhar os estados emocionais vividos pelo outro relacional. Esta competência é vista hoje como um recurso inato que permite ao recém-nascido criar um espaço de intersubjetividade com o cuidador; intersubjetividade primária do tipo “pessoa-pessoa” (Trevarthen & Aitken, 2001). Ao longo do desenvolvimento do bebé, torna-se possível criar um espaço de intersubjetividade secundária do tipo “pessoa-pessoa-objeto” (Trevarthen & Aitken, 2001). Ao ganhar autonomia psicomotora, o bebé vai recriar estas competências com um número cada vez mais vasto de humanos. Se a criança cresce num grupo social numeroso e estruturado, é indispensável que tanto o ser em crescimento como o grupo estejam aptos à vivência grupal da intersubjetividade. A verdade, é que tal só é possível se a criança conseguir proceder à vinculação ao grupo.

A possibilidade de os bebés e de as crianças captarem e descodificarem as mensagens emocionais (sobretudo faciais) dos adultos é essencial para a economia da sobrevivência dos humanos mais pequeninos. Quando uma situação de perigo se apresenta, é indispensável que o bebé ou a criança saibam qual é o adulto que pode oferecer proteção. De forma complementar, dentro do grupo humano numeroso e diversificado, é igualmente importante saber de quem nos devemos afastar. Concluindo, o contexto grupal é particularmente favorável ao exercício comportamental da vinculação.

Outro aspeto fundamental na evolução dos grupos humanos é a sua capacidade para emigrar e explorar novos enquadramentos. Hoje em dia, é consensual que a espécie humana, depois da sua alvorada africana, optou, talvez mais do que uma vez, pela emigração em direção a outros continentes. A adaptação subsequente só pôde ocorrer graças a comportamentos coletivos de exploração. Acontece que o comportamento de exploração é uma manifestação típica das crianças que estabeleceram padrões de vinculação atualmente designados por vinculação segura. É defensável que as aventuras exploratórias que transportaram os nossos antepassados para novos continentes só foram bem-sucedidas graças à vinculação ao grupo. Particularmente, a exploração de esses novos contextos dependeu, pelo menos em parte, da segurança que o grupo ofereceu aos seus membros; sobretudo aos mais vulneráveis. Especificamente sobre este ponto, Ezequerro e Cañete (2025b) defendem que a emigração é uma parte integrante do processo de construção da resiliência na espécie humana.

Toda esta visão da vinculação ao grupo é apoiada na possibilidade de a vinculação em geral ser fruto ou, pelo menos, apoiar-se na seleção natural. Paralelamente, tem sido defendido que, ao longo da história da humanidade, os grupos humanos têm protagonizado um outro tipo de seleção; a seleção grupal. Sendo aceitável que os grupos humanos primordiais sobreviveram aos ambientes mais hostis graças ao seu potencial cooperativo, é forçoso aceitar que os mesmos grupos humanos geraram regras intragrupo de forma a reforçarem o comportamento cooperativo em detrimento do comportamento desviante. Quer dizer, os elementos menos colaborativos ou menos altruístas foram alvo de penalizações capazes de mitigarem o comportamento mais desviante e, em simultâneo, capazes de estimularem o comportamento colaborante. Este aspeto mais seletivo da vida grupal é particularmente importante se pensarmos que, os grupos humanos, mais tarde ou mais cedo, têm de competir entre si.

Além de todas as considerações acerca das origens e das possíveis evoluções protagonizadas pela vinculação ao grupo, é importante considerar as consequências de este conceito relativamente aos contextos clínicos onde a matriz humana subjacente é uma matriz grupal.

Tal como Ezequerro e Cañete (2025b) referem, se é verdade que os grupos humanos originais sublinharam a sua importância pelo contributo que ofereceram à sobrevivência da espécie, não é menos verdade que, na atualidade, os grupos terapêuticos humanos protagonizam a sobrevivência psíquica de muitos dos seus elementos. Neste sentido, devemos referir algumas das conclusões relativas à articulação da teoria da vinculação com a prática clínica dos grupos psicoterapêuticos.

Em primeiro lugar, em condições adequadas, os pacientes conseguem relacionar-se com o seu grupo terapêutico enquanto figura de vinculação. Neste sentido, foi defendido que os grupos podem atuar como organismos que contribuem para a vivência da segurança que o indivíduo necessita. Esta vivência da segurança gerada pelo grupo pode, inclusivamente, apresentar benefícios ao nível neuronal (Gantt & Agazarian, 2011). Mais interessante ainda é a possibilidade de estes benefícios neuronais ocorrerem, não só quando os participantes dos grupos terapêuticos recebem apoio, mas também quando oferecem apoio. A este propósito, Ezequerro e Cañete (2025b) sublinham que esta vivência dupla de receber e oferecer apoio é uma caraterística comum a diversas modalidades psicoterapêuticas de grupo.

Partindo agora para a especificidade da vinculação individual, é obrigatório observar como o estilo de vinculação de cada participante pode influenciar o funcionamento dos grupos terapêuticos. Tem sido observado que as pessoas cujo estilo de vinculação é do tipo evitante-ansioso ou do tipo desligado têm dificuldades notórias no estabelecimento de relações com os outros membros do seu grupo; por arrastamento, têm mais dificuldade em beneficiar da experiência psicoterapêutica de grupo (Rom & Mikulincer, 2003). Em sentido oposto, regista-se que pacientes cujo estilo de vinculação é do tipo preocupado-ansioso ou ambivalente se integram com mais facilidade na dinâmica do seu grupo terapêutico (Holtz, 2005), além de beneficiarem mais facilmente com a experiência terapêutica grupal (Tasca & Balfour, 2014), quando comparados com pacientes evitantes.

Passando à relação entre intervenção psicoterapêutica de grupo e resultados ao nível da vinculação, é de realçar a conclusão obtida no domínio das perturbações alimentares de tipo compulsivo. Em pacientes afetadas por estas dificuldades, a experiência terapêutica de grupo favorece a construção de uma

vinculação suficientemente segura ao grupo, por sua vez, relacionada com o incremento de vinculações seguras na relação diádica após o término da relação terapêutica (Keating et al., 2014; Maxwell et al., 2014).

Quando se investiga sobre a relação entre estilos de vinculação e psicoterapia de grupo, é importante distinguir dois conceitos diferentes. Um deles é o estilo de vinculação do indivíduo na relação diádica (por exemplo, na relação conjugal), o outro é o estilo de vinculação do indivíduo relativamente ao grupo. Além de serem realidades diferentes, é necessário relembrar que as respetivas representações são avaliadas com instrumentos diferentes (habitualmente, questionários). Além disso, embora a vinculação diádica e a vinculação ao grupo tenham pontos de contato e, por vezes, se sobreponham, podem divergir entre si.

Tendo em conta esta distinção, por exemplo, podemos pensar nas representações dos psicoterapeutas de grupo face aos seus grupos terapêuticos. Marmarosh e colaboradores (2006) observaram que os terapeutas com representações mais ansiosas de vinculação ao grupo percecionavam os seus pacientes como possuindo representações mais negativas acerca da psicoterapia de grupo, quando comparados com terapeutas com representações menos ansiosas de vinculação ao grupo.

Outra possibilidade é a articulação do estilo de vinculação diádica com a vinculação ao grupo. Na proposta de Markin e Marmarosh (2010), os participantes nos processos psicoterapêuticos de grupo podem ser considerados como: seguros-seguros (tanto na relação diádica como na relação com o grupo, a vinculação é de tipo seguro); inseguros-inseguros (em ambas as relações, a vinculação é insegura); seguros-inseguros (vinculação diádica segura e vinculação ao grupo insegura); inseguros-seguros (vinculação diádica insegura e vinculação ao grupo segura). Na opinião de estes autores, esta articulação é importante, uma vez que ajuda a explicar como alguns pacientes conseguem contrariar eficazmente as tendências negativas originadas em estilos de vinculação não seguros.

Para finalizar este artigo, não queria perder a oportunidade de sublinhar a surpresa com que recebi a mensagem dos autores do livro *The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective* (Ezequerro & Cañete, 2025a), relativamente à combinação de procedimentos terapêuticos diversos. Tendo começado a minha formação em psicologia nos anos setenta do século passado, guardei sempre uma recordação bastante nítida acerca da sobreposição de psicoterapias; nunca se fazem duas psicoterapias ao mesmo tempo com o mesmo paciente! Esta interdição não diz respeito à possibilidade de uma pessoa poder beneficiar com terapias diferentes em períodos de tempo distintos. O problema de que estamos a falar diz respeito a uma mesma pessoa se encontrar em relacionamentos terapêuticos diferentes, com terapeutas diferentes, durante o mesmo período de tempo.

Pois, daquele ponto de vista, a mensagem de Ezequerro e Cañete (2025b, pp. 46) é altamente inovadora. Os autores aqui citados afirmam que, relativamente aos pacientes mais problemáticos, a associação em simultâneo da psicoterapia de grupo psicanalítica com a terapia individual ou familiar pode ser a resposta às circunstâncias psicoterapêuticas mais difíceis. A este propósito, abordei já vários psicanalistas e grupanalistas portugueses. As respostas que obtive foram positivas. Inclusivamente, alguns dos psicoterapeutas abordados sobre este tema manifestaram conhecer situações clínicas que apoiam a

sobreposição em simultâneo de abordagens psicoterapêuticas diversas. De estes contatos informais, conservei a ideia de que a intervenção terapêutica de grupo e a intervenção terapêutica individual desempenham papeis complementares. Mais concretamente, a experiência de Ferenczi com os pacientes dificilmente analisáveis que vieram a designar-se como *borderline* impõe-se aqui por vários motivos.

Inovador e polémico, Sandor Ferenczi conseguiu abrir um caminho psicoterapêutico para os pacientes *borderline* ao considerar as suas dificuldades em lidar com a frustração experimentada entre sessões terapêuticas. Diz-se que este psicanalista se colocou numa situação de disponibilidade permanente para os seus pacientes poderem organizar-se face às suas vivências mais problemáticas. Diz-se, também, que no fim da sua vida, por motivos de saúde, esta disponibilidade permanente deixou de ser possível, razão pela qual os pacientes que dela beneficiavam acabaram por evidenciar os sinais resultantes de essa privação. Nesta sequência, somos levados a pensar que a proposta de Ezequerro e Cañete (2025b) pode estar a colocar em termos contemporâneos aquilo que foi proposto por Ferenczi antes de falecer nos anos trinta do século XX.

Referências Bibliográficas

Ainsworth M., Blehar M., Waters E. e Wall S. (1978). Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale. New Jersey. https://openlibrary.org/search?q=patterns+of+attachment&mode=everything

Benavente R. C. S. (2005). Maus tratos e negligência na infância: efeitos sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/2dbbf945-9d22-4b9a-a9bc-e1f0fc329942

Bowlby J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. International Journal of Psycho-Analysis, 39, pp. 350-373.https://psychology.psy.sunysb.edu/attachment/online/Bowlby_1958_childs%20tie.pdf

Brisch K. E. (1999). Treating attachment disorders: From theory to therapy. The Guilford Press. New York City.https://books.google.pt/books/about/Treating_Attachment_Disorders.html?id=AXSJBAAAQBAJ&redir_esc=y

Ezequerro A. e Cañete M. (2025a). The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited From a Group-Analytical Perspective. Routledge, Taylor and Francis Group. Milton Park, Oxfordshire. https://www.routledge.com/The-Power-of-Group-Attachment-John-Bowlby-Revisited-from-a-Group-Analytic-Perspective/Ezquerro-Canete/p/book/9781032222943

Ezequerro A. e Cañete M. (2025b). Group attachment created humankind. IN Arturo Ezequerro e Maria Cañete M. (Eds.) The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytical Perspective (pp. 15-64). Routledge, Taylor and Francis Group. Milton Park, Oxfordshire.

https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003271956-2/group-attachment-created-humankind-arturo-ezquerro-maría-cañete

Gantt S. P. e Agazarian Y. M. (2011). The group mind, systems centred functional subgrouping, and interpersonal neurobiology. IN E. Hopper e H. Weinberg (Eds) The Social Unconcious in Persons, Groups, and Societies (pp. 99-123). Karnac Books. London. https://psycnet.apa.org/record/2011-23589-005

Grossman K. E., Grossman K. e Waters E. (2005). Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies. Guilford Press. New York City. https://psycnet.apa.org/record/2005-08055-000

Holtz A. (2005). Measuring the therapy group attachment in group psychotherapy: A validation of the social group attachment scale. Dissertation Abstracts International, Section B, The Sciences and Engineering, 65(9-B), 4832. https://psycnet.apa.org/record/2005-99006-326

Keating L., Tasca G. A., Gick M., Ritchie K., Balfour L. e Bissada H. (2014). Change in attachment to the therapy group generalizes to change in individual attachment among women with binge eating disorder. Psychotherapy, 51(1), pp. 78-87. https://research.ebsco.com/c/ci7lbm/viewer/pdf/ljlylwxfav

Main M. e Solomon J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized / disoriented attachment pattern. IN T B Brazelton e M Yogman (Eds.), Affective development in infancy (pp. 95-124). Ablex Publishing Corporation. New York. https://psycnet.apa.org/record/1986-97821-005

Main M. e Solomon J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. IN M. Greenberg, D. Cicchetti e E. Cummings (Eds.), Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention (pp. 121-160). University of Chicago Press, Chicago. https://psycnet.apa.org/record/1990-98514-004

Markin R. D. e Marmarosh C. L. (2010). Application of adult attachment theory to group member transference and the group therapy process. Psychotherapy, Research, Clinical Practice and Training, 47(1), pp. 111-121. https://doi.org/10.1037/a0018840

Vínculos fraternos e formação da identidade - seu enquadramento na terapia grupanalítica

Francisco Salgado

Resumo

O autor parte do princípio de que um processo grupanalítico ou de psicoterapia analítica de grupo se desenrola com base em dois subsistemas: um ligado à relação pais/filhos (Complexo de Édipo), o outro ligado às relações fraternas (Complexo Fraterno); um promove a identificação às figuras parentais, o outro uma comunhão identitária e uma identificação por similaridade ao irmão.

Considera o complexo fraterno uma estrutura intrapsíquica que se manifesta mesmo nos filhos únicos, à semelhança do complexo de Édipo, cuja manifestação surge, quer o indivíduo cresça na presença ou ausência de pais.

No complexo fraterno e de acordo com Kaës (2011) diferencia-se a estrutura intrapsíquica dos vínculos/relações fraternas. Estes são organizações intersubjetivas e, como tal, objeto privilegiado de intervenção psicoterapêutica.

Tendo como referência este enquadramento, o presente artigo centra-se na importância dos vínculos fraternos para a compreensão e transformação da identidade do indivíduo como um todo.

Palavras-chave: Vínculos Fraternos, Identidade, Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo

Abstract

As a starting point, the author assumes that a group analytical process, or a group analytical psychotherapy process, develops upon the support of two subsystems: one is connected to the relation parents/children (Oedipus Complex); the other one is connected to brotherly (or sibling) relations (Sibling Complex); the former promotes one's identification with the parental characters, the latter promotes an identity communion and an identification as similarity with one's sibling.

The Sibling Complex considers an intrapsychic structure, which is shown even in only children, similar to the Oedipus Complex; its expression occurs whether the person's growth takes place with or without parents.

[16] Psicólogo Clínico, Psicoterapeuta, Grupanalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. franciscosalgado@sapo.pt
Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

In the Sibling Complex, according to Kaës, the intrapsychic structure is different from siblings' bonds/relations. These ones are intersubjective organizations and, as such, a privileged object of psychotherapeutical intervention.

Supported by this framework, the present paper focuses upon the importance of the sibling bonds towards the understanding and transformation of an individual's identity as a whole.

Keywords: Sibling Bonds, Identity, Group Analysis, and Analytical Group Psychotherapy

I – Nota Introdutória

Inicio este artigo com um breve texto à memória do meu irmão Fernando, falecido este ano:

"Fernando tu és o exemplo claro e lúcido de como é importante e bom ter irmãos.

Contigo aprendi e vivi muita coisa. Aprendi a gostar e a respeitar a música de intervenção: foste tu que trouxeste os primeiros álbuns do José Mário Branco e do Sérgio Godinho, semiclandestinos, ainda antes do 25 de abril, ouvidos em casa dos nossos pais num ato religioso e conspirador; foi contigo que aprendi a gostar da música brasileira (Maria Bethânia, Chico Buarque de Hollanda, Vinícius e muitos outros) e também a música popular anglo-saxónica que dava na rádio em dois programas fundamentais: o "Em Órbita" e o "Pêndulo" que eu, tu e o nosso irmão Manel ouvíamos em marcha lenta, silenciosa e meditativa, cada um entregue a si próprio, num verdadeiro ritual de adoração à música, num círculo pedonal que ficou marcado para sempre na alcatifa da nossa salinha.

No bairro onde vivíamos, o futebol era rei e eu era um guarda-redes elogiado pelos teus amigos, elogios que tu fazias questão em me transmitir; não imaginas Fernando, o orgulho que isso me dava.

Foi contigo que iniciei as lides desportivas, no CDUL onde fizemos atletismo e depois ténis, paixão que ficou para sempre.

Contigo e com a morte do nosso irmão João revoltei-me contra a guerra colonial, amei a liberdade que o 25 de abril trouxe e fomos de uma esquerda moderada; não me esqueço do 1º de maio após o 25 de abril, que eu, tu e o Manel vivemos com tanta alegria nas ruas de Lisboa.

Houve sempre em ti preocupações sociais, humanas que foram um grande estímulo para mim; as leituras que fazias e que relatavas, algumas delas nas áreas que vieram a ser as da minha profissão; o interesse recente pelos livros do João Carlos de Melo, temas sobre os quais falávamos nos intervalos do ténis.

Também nesses intervalos falávamos da família (lembras-te das reuniões gerais de irmãos, no quarto da nossa irmã mais velha, as célebres RGIs, em que conspirávamos contra o nosso pai?) eu era muito crítico, "desbocado" e por vezes agressivo, mas senti sempre que me ouvias com atenção e até, diria eu, com alguma tolerância. Eram sessões catárticas fantásticas. Dava-nos imenso gozo.

Também nunca me esqueci como cuidaste do nosso pai nos seus últimos dias de vida, ultrapassando de forma exemplar os conflitos que tinhas tido com ele.

Sempre foste um grande sedutor; com a Maria do Carmo (a nossa cozinheira) conseguias, com o consentimento dela, tirar as batatas fritas acabadinhas de fazer, missão que era impossível para mim e, com as minhas colegas do ISPA, tinhas um sucesso que me irritava.

Tivemos férias em conjunto e sabes bem como os meus filhos gostavam de ti. O ténis, a piscina e os jantares são memórias que ficarão para sempre.

Quanto ao ténis, a conta que temos em conjunto no Jamor ficará sempre com o teu nome e quero que saibas que quando jogo tu estás sempre comigo.

Obrigado, Fernando"

Trata-se de um testemunho pessoal, demonstrativo da importância dos vínculos fraternos na minha formação identitária.

II – Conceito de vinculação

De acordo com Ainsworth, (1979) e Bowbly, (1980) a vinculação é uma relação emocional profunda e duradoura que liga uma pessoa à outra no tempo e no espaço. Bowlby defende que os seres humanos nascem com um sistema psicobiológico (sistema comportamental de vinculação) que os motiva a procurar proximidade com outros (figuras de vinculação). Encara a vinculação como uma ligação afetiva íntima e próxima, de dependência mútua, que se prolonga no tempo, isto é, com impacto nas relações futuras.

W. Fernandes (2003, p. 29) define vínculo como "…uma estrutura relacional em que ocorre experiência emocional entre duas ou mais pessoas ou partes da mesma pessoa. Tem espaço ou dimensão intra-subjetiva, intersubjetiva e trans-subjetiva."

Mas, como afirma W. Fernandes, é no espaço interpessoal ou intersubjetivo que ocorre o relacionamento do sujeito com os outros. Nesse espaço, experimenta o amor, o ódio e o conhecimento. É também neste espaço intersubjetivo que se desenvolve o sentimento de pertença, experiência emocional que se desenrola na consequência de um duplo movimento: o de nós para os outros e o dos outros para nós. Estes processos de relação interpessoal tendem a padronizar-se e a reproduzir-se como padrões habituais de comportamento noutros contextos relacionais.

A psicanálise tradicional dá enfase a dois vínculos: o vínculo do amor e o vínculo do ódio, diretamente relacionados com as pulsões de vida e de morte; o enfoque do trabalho analítico desenvolve-se assim com base no conflito entre estas duas pulsões e suas respetivas emoções.

Como sabemos, Bion (cit. in: Zimerman, 2000) introduziu um terceiro vínculo a que chamou vínculo K – Vínculo do conhecimento.

Para este autor, este vínculo dá sentido e significado às experiências emocionais. O eixo do conflito psíquico sofre uma mudança, sendo enfatizada a relação do indivíduo com a verdade, contida nas relações amorosas e agressivas.

Assim, com Bion, temos três tipos de vínculos: o do amor (vínculo L) o do ódio (vínculo H) e o do conhecimento (vínculo K). A esta estrutura Zimerman (2000;2010) acrescentou um quarto vínculo: o vínculo do reconhecimento que compreende:

1 – Reconhecimento de si próprio, isto é, o reconhecimento dos vínculos intra-subjetivos, que se traduzem numa maior consciência de si;

2 – Reconhecimento do outro, ou seja, o reconhecimento dos vínculos intersubjetivos, com consciência de que o outro é um ser autónomo, diferente de si;

3 – Ser reconhecido aos outros, ou a capacidade de expressar consideração e gratidão pelo outro;

4 – Ser reconhecido pelos outros, aceitando elogios e atribuições de valor, num registo de promoção da sua autoestima.

III – Vínculos fraternos no contexto grupanalítico.

Parte-se do princípio de que um processo grupanalítico ou de psicoterapia analítica de grupo se desenrola com base em dois subsistemas: um ligado à relação pais/filhos (Complexo de Édipo) o outro, ligado às relações fraternas (Complexo Fraterno); um promove a identificação às figuras parentais, o outro uma comunhão identitária e uma identificação por similaridade ao irmão.

À semelhança do complexo de Édipo, considera-se o complexo fraterno como uma estrutura intrapsíquica que se manifesta mesmo nos filhos únicos, quer o indivíduo cresça na presença ou ausência de pais.

No complexo fraterno e de acordo com Kaës (2011) a estrutura intrapsíquica diferencia-se dos vínculos ou relações fraternas. Estes são organizações intersubjetivas, e como tal, objeto privilegiado de intervenção psicoterapêutica.

Desde logo interessa destacar o "Complexo fraterno" como um conceito, cuja estrutura e função, segundo Kaës, são formuladas no espaço psíquico inconsciente. Este inclui em si, o complexo do intruso proposto por Lacan e todas as dimensões ligadas ao amor, ao ódio e à inveja, à ambivalência e às identificações com o semelhante a si.

A especificidade do complexo fraterno está assim na sua organização e na sua função.

Zimerman (2000) a este propósito destaca a influência recíproca entre irmãos num duplo investimento: o primeiro, associado às reações ambivalentes de amor e amizade com as de inveja, ciúme e rivalidade; o segundo, associado ao deslocamento defensivo para os irmãos, de pulsões libidinais e agressivas, que tinham como alvo, as figuras parentais.

Neste contexto, Zimerman dá exemplos de funções que os irmãos podem desempenhar entre si: a função de guardião dos amores da irmã mais velha, a função maternal desta em relação aos mais novos; a "substituição" de um irmão falecido procurando satisfazer as expetativas dos pais.

Efetivamente no quadro familiar, os filhos assumem diferentes papeis, alguns deles bem identificados, como é o caso do "bode expiatório", do "filho-orgulho", correspondente às expetativas idealizadas dos pais, do "filho-solidão" que assegura o futuro incerto dos pais, permanecendo com eles; e ainda do "paciente identificado" portador dos aspetos doentios de cada um dos membros da família.

Coimbra de Matos (2008) fala-nos do Amor fraterno ou amizade, como uma relação simétrica, horizontal, interdependente e biunívoca. Predomina a comunhão identitária e a identificação por similaridade. É uma relação de filia, não de erotismo.

Benghozi e Féres-Carneiro (2001) consideram a fratria uma entidade sincrónica, com um aparelho psíquico específico, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos, e que se constitui como continente grupal.

O vínculo fraterno é considerado uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria, que lhes permite distinguir-se, como subgrupo dentro do grupo familiar.

O vínculo fraterno, por pertencer à mesma geração, é próximo, igual e simétrico.

Esta simetria, já anteriormente referida por Coimbra de Matos, permite uma maior liberdade dos seus membros, facilitando assim o seu relacionamento.

De acordo com o Goldsmid e Féres -Carneiro (2007) e em sintonia com o nosso testemunho, os irmãos aprendem entre si coisas da vida e do mundo, adquirem novos referenciais linguísticos, escutam histórias familiares, elaboram angústias, desenvolvem a criatividade através de jogos e brincadeiras, exploram domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. Segundo estes mesmos autores, a fratria pode estabelecer laços de cumplicidade que permitem criar situações para "enganar os pais". Unidos pela liberdade conferida pelo grupo, os irmãos desafiam a autoridade e o poder atribuído à figura paterna, de que é exemplo o testemunho apresentado na nota introdutória, relativo às reuniões gerais de irmãos (RGIs) de conspiração contra o pai.

De uma forma geral, os irmãos têm um conhecimento consciente e inconsciente do funcionamento psíquico uns dos outros. Cada irmão guarda na sua memória, uma imensidão de acontecimentos familiares. Mesmo que com o crescimento venham a ter percursos diferentes, a experiência partilhada desses acontecimentos familiares, deixa "marcas" no inconsciente de cada um. O conhecimento da intimidade do irmão continuará a ser património de referência para a sua própria identidade.

Czernikowski (2003) caracteriza a evolução do vínculo fraterno desdobrando-o em três tempos, não rigorosamente cronológicos:

1 – Tempo da rivalidade, do confronto "eu ou o outro", em que os irmãos rivalizam numa tentativa de "destruir" o outro, face ao amor do pai (Caim/Abel)

2 – Tempo de união ou de conjunto, representado no mito do Totem e Tabu (Freud, 1913), em que o conjunto fraterno estabelece uma ilusão grupal pela eliminação das diferenças.

3 – Tempo de desunião ou separação, que dará lugar a outras conjunções e abertura a outros vínculos. As diferenças entre irmãos emergem, mas os laços não se rompem, estabelecendo-se uma

aliança fraterna, um vínculo horizontal que permite a evolução para o estabelecimento de outras relações, nomeadamente de conjugalidade.

Também no que se refere à evolução no processo grupanalítico, pode-se constatar que ao concluir a sua grupanálise ou a sua psicoterapia analítica de grupo, o analisando termina uma relação assimétrica com o seu psicoterapeuta, para entrar num mundo supostamente de interpares.

Nesse sentido, o grupo de grupanálise ou de psicoterapia analítica de grupo é o lugar da transição do confronto edipiano para a paridade fraterna.

Assim, o grupo analítico pode ser entendido como um *setting* vocacionado para a consolidação dessa paridade, assente no direito à liberdade e à igualdade, num exercício pleno de democracia.

IV – Notas finais

Em síntese podemos concluir que:

1 – O vínculo fraterno é um processo profundamente enraizado no desenvolvimento da identidade do indivíduo;

2 – A relação fraterna é um processo de fácil visibilidade em contextos de grupanálise e de psicoterapia analítica de grupo;

3 – Nesse sentido, a manifestação da relação fraterna e respetivos vínculos em grupanálise e psicoterapia analítica de grupo é um excelente meio de observação e de manejo terapêutico da identidade dos diferentes elementos do grupo;

4 – A pessoalidade do psicoterapeuta e o seu "amor à verdade" alargada ao contexto da relação fraterna, confere-lhe autenticidade, contribuindo assim para a reconstrução e/ou criação de verdadeiras identidades, verdadeiros "*Selfs*" nos seus analisandos.

Referências Bibliográficas

Ainsworth, M.D.S. et al., (1979) *Patterns of Attachment*- A Psychological Study of the Strange Situation, Psychology Press, New York.

Benghozi, P. e Féres-Carneiro, T. (2001). Laço frátrio e continente frátrio como sustentação do laço genealógico. In: Casamento e família: do social à clínica, pp. 112-118, Nau Editora, Rio de Janeiro: Brasil.

Bowlby, J. (1980). Attachment and Loss. Vol. 3 Loss. London: Hogarth Press.

Czernikowski, E. e Col. (2003). Entre Hermanos: Sentido y Efectos Del Vínculo Fraterno, (Ed.) Lugar Editorial, Buenos Aires: Argentina.

Goldsmid, R.; Féres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. Psicologia em Revista, Vol.13, Belo Horizonte.

Kaës, R. (2011). O Complexo Fraterno. Editora Ideias & Letras, Aparecida-SP, Brasil.

Matos, A.C. (2008). O jogo do amor na psicanálise e na vida. Se…, Não! Revista de Psicanálise, Psicoterapia e Desenvolvimento Humano, Vol.1 julho/dezembro (2010) pp. 115-124.

Salgado, F. (2023). O Complexo Fraterno e Terapia Grupanalítica, Edição de autor, Lisboa.

Waldemar, F. (2021). Conceitos introdutórios sobre grupalidade e Psicanálise Vincular, in: Santeiro, T.; Fernandes, B.; Fernandes, W. (Org.). Clínica de grupos de inspiração psicanalítica: teoria, prática e pesquisa, Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina

Zimerman, D. (2000). Fundamentos Básicos das Grupoterapias, Porto Alegre, Artes Médias Editores.

Zimerman, D. (2010). Os quatro vínculos, Porto Alegre, Artmed.

Vertigem psicanalítica: Para além das palavras no amor e no sublime

Rita Sousa Lobo

Resumo

Diante dos desafios modernos de cisão e das abordagens terapêuticas que reivindicam ubiquidade e omnipotência, propomos uma perspetiva temeraria que revisita as raízes revitaliza nossa prática psicanalítica. É essencial lembrar que a psicanálise sempre ocupou uma posição desafiadora, refletindo a condição existencial humana. *A este lugar chamamos vertigem psicanalítica*. As tendências adulatórias das estruturas psicanalíticas frequentemente obscurecem o confronto com essa vertigem da mudança contínua. Recordemos por isso o potencial crítico da mesma, para examinar questões humanas, como a fuga do desamparo, as cisões e as identificações confusas, que recorrem a reparações maníacas como soluções ilusórias. Este fenômeno é particularmente visível na nossa era, pelo incremento do neofascismo, pela prevalência da desinformação e dos excessos. Portanto, recolocamos a psicanálise em seu lugar de origem: nos limites da linguagem. Selecionamos o amor e o sublime como fenômenos exemplares que demonstram como os limites da linguagem podem atuar como modos de reparação profunda. Numa época marcada pela dor, onde a depressão não é elaborada e a posição esquizo-paranoide nos trai, a experiência do sublime e do amor são os eixos transformadores por nos afetarem profundamente, pois escapam à captura das palavras mortas. Na psicanálise, os limites da linguagem não representam um obstáculo, mas sim um espaço para o desconhecido, onde é possível contestar vida perdida.

" Nos psicanalistas temos de encetar caminhos mais abertos, ouvir comunidades e descobrir o que o povo quer de nós, em vez de nos mantermos arreigados às nossas convicções, ainda que válidas e inalienáveis."
"A função de um psicanalista numa sociedade em evolução"
Eduardo Luís Cortesão, 1975

Palavras-chave: vertigem-psicanalítica; matriz-de-informação (MI); linguagem; amor; sublime

Abstract: Faced with modern challenges of fragmentation and therapeutic approaches claiming ubiquity and omnipotence, we propose a bold perspective that revisits our roots and revitalizes our psychoanalytic practice. It is essential to remember that psychoanalysis has always occupied a challenging position, reflecting the human existential condition. We call this place "psychoanalytic vertigo." Tendencies within psychoanalytic structures to pander to expectations often obscure the confrontation with this vertigo of

[17] Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta e Psicanalista de grupo.
Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

continuous change. We must therefore recall its critical potential for examining human issues—such as the flight from helplessness, fragmentation, and confused identifications—that resort to manic reparations as illusory solutions. This phenomenon is particularly visible in our era, marked by the rise of neo-fascism and the prevalence of disinformation and excess. Thus, we restore psychoanalysis to its place of origin: the limits of language. We single out love and the sublime as exemplary phenomena demonstrating how the limits of language can act as modes of profound reparation. In an era marked by pain—where depression remains unelaborated and the schizoid-paranoid position betrays us—the experience of the sublime and of love serves as a transformative axis; by deeply affecting us, they escape capture by dead words. In psychoanalysis, the limits of language do not represent an obstacle, but rather a space for the unknown, where it is possible to reclaim lost life.

Keywords: psychoanalytic vertigo; information matrix (IM); language; love; sublime

1. Introdução

Face aos desafios contemporâneos de cisão e fragmentação e das abordagens terapêuticas que prometem estar em todo o lado, e resolver tudo, propomos uma perspetiva ousada para revitalizar a prática psicanalítica recordando que a psicanálise sempre teve um papel provocador e de reflexão da condição humana. Neste sentido propomos chamar vertigem psicanalítica ao lugar em que o sujeito e a própria psicanálise se encontram diante de um excesso que já não é contido pelo simbólico, isto é, quando o que é vivido excede o que pode ser dito, figurado ou dominado por enquadramentos técnicos ou dogmáticos. A vertigem psicanalítica não é um acidente clínico nem um "fracasso" da linguagem, mas um lugar-limite que convoca a psicanálise a reencontrar o seu carácter ético e crítico: não eliminar a vertigem, mas ensinar a habitá-la.

Este trabalho defende que, na contemporaneidade marcada por hiperconectividade, excesso de positividade, neofascismos, desinformação e patologias de desempenho, a psicanálise só se mantém viva se aceitar esse lugar limite entre palavra e silêncio, entre sentido e indizível, articulando-se com a fenomenologia, o existencialismo e a uma epistemologia crítica (Battersby, 1989). Neste sentido reativamos o carácter de questionamento das construções do pensamento abertas à discussão, à reformulação, a correções (Battersby, 1989). A busca da razão com capacidade do negativo, onde não se perde a necessidade vital das crenças, metáforas, ambiguidades, ilusões ou fantasias (Eliade, 1971; Keats, 1917/2024).

2. Da invenção da psicanálise à "modernidade líquida"

A psicanálise não poderia ter surgido antes da crise radical de fundamentos que caracteriza a passagem do século XIX para o XX: morte de Deus (Nietzsche, 1882/1974), erosão das certezas metafísicas, emergência do existencialismo (Sartre, 1943/2011), deslocamento do sujeito centrado para um sujeito cindido (Merleau-Ponty, 1999), atravessado por inconsciente, pulsão e conflito (Freud, 1957).

Nesse contexto, a psicanálise torna-se um dos motores de expansão das figuras de eu, ego e mais tarde

self ao longo do século XX, problematizando a ilusão de um sujeito soberano e contínuo (Metzinger, 2003). Foulkes mais tarde (1964) debate-se contra a centralidade do eu, remetendo o processo grupanalítico para a matriz e para o grupo (Foulkes, 1964). Influenciado, entre outras, pela noção de "persona-Eu" de Trigant Burrow, que destacava a desastrosa obsessão humana pela identidade e pelo eu, Foulkes adere entusiasticamente à ideia de que na origem de muitas patologias psíquicas estaria a insistência do homem num Eu solipsista, contrário àquilo que se oferece como natural ao homem: o nascimento do indivíduo no grupo (Foulkes, 1964). Desenvolve a teoria grupanalítica como campo de potencialidades no que diz respeito à constelação relacional, à rede de comunicação, à influência tanto a nível consciente como inconsciente, aos fenómenos de espelho e à possibilidade de fomentar o treino do ego em ação e como promotor de experiências vivenciais no aqui e agora (Foulkes, 1964).

Ao criticar o "eu solipsista", Foulkes retoma e radicaliza intuições de Burrow: a obsessão pela identidade individual fixa aparece como uma patologia cultural, enquanto a condição "natural" do humano é o nascimento no grupo, na matriz social (Burrow, como citado em Foulkes, 1964). A grupanálise torna-se assim, uma clínica da vertigem relacional onde o sujeito sai do seu lugar de monada isolada.

Mas o século XX acabou. A matriz social transformou-se. Como escutar hoje "o que o povo quer de nós", como sugeria Cortesão (Cortesão, 2004)

"Nos psicanalistas temos de encetar caminhos mais abertos, ouvir comunidades e descobrir o que o povo quer de nós, em vez de nos mantermos arreigados às nossas convicções, ainda que válidas e inalienáveis" (Cortesão,2004)

O século XXI é o século das redes, onde os blocos (por exemplo, blocos Leste-Oeste) e muros (por exemplo, muro de Berlim, hospícios, instituições religiosas) desaparecem (Bauman, 2000/2001). É o século da hiperconectividade onde o limite, a ação proibitiva declina (Bauman, 2000/2001). O século XXI é caracterizado por doenças neuronais (doenças de rede) (Han, 2010/2015). Estes são estados patológicos devido a um exagero de positividade, ou o excesso de estímulos, informações e impulsos (Han, 2010/2015). Esta positividade é um excesso do mesmo, dos dados (big data), onde a obesidade dos sistemas (informação, comunicação e produção) cresce (Han, 2010/2015). É também uma sociedade de desempenho que já habita, naturalmente, o inconsciente social (Ehrenberg, 1998). É a era tanto da depressão como da hiperatividade ou do burnout (Ehrenberg, 1998; Han, 2010/2015). Onde a sociedade disciplinar produziu loucos e delinquentes (Foucault, 1975/1995) a sociedade performativa produz depressivos e falidos (Ehrenberg, 1998; Han, 2010/2015).

3. Do disciplinar ao desempenho: depressão, cansaço e redes

A transição da sociedade disciplinar descrita por Foucault para a sociedade do desempenho foi analisada, sob registos distintos, por Ehrenberg e Byung-Chul Han (Ehrenberg, 1998; Foucault, 1975/1995; Han, 2010/2015). Ehrenberg mostra que a depressão se torna a patologia paradigmática quando a norma social deixa de se organizar por proibições e disciplina e passa a apoiar-se na iniciativa

e responsabilidade individuais: já não é "não podes", mas "deves tornar-te tu mesmo" (Ehrenberg, 1998).

"A carreira da depressão começa no instante em que o modelo disciplinar de controle comportamental, que, autoritário e proibitivamente atribuía seu papel às classes sociais e a ambos os gêneros, foi abolido em favor de uma norma que impele cada um à iniciativa pessoal: em que cada um se compromete a tornar-se ele mesmo. (...) O depressivo não está cheio no limite, mas se esgota com o esforço de ter de ser ele mesmo" (Ehrenberg, 1998).

Nesse regime, o depressivo não é o sujeito oprimido por um Outro proibitivo, mas alguém exaurido pela tarefa interminável de autoproduzir-se (Ehrenberg, 1998). Han aprofunda esse diagnóstico ao descrever a "sociedade do cansaço" como uma mutação da sociedade disciplinar em sociedade de desempenho, onde o poder opera por autoexploração: o sujeito é simultaneamente empresário de si e explorador de si, capturado pelo imperativo da positividade que conduz ao burnout, à fadiga, à incapacidade de suportar a dor e o negativo (Han, 2010/2015).

Essa mutação é inseparável do uso de redes de comunicação: as antigas fronteiras (muros, blocos geopolíticos, instituições totais) cedem lugar a uma arquitetura de conexões ubíquas, de fluxos digitais que atravessam espaço e tempo quase instantaneamente (Bauman, 2000/2001). Do ponto de vista psíquico, a hiperconectividade reforça um modelo de sujeito permanentemente disponível, performativo, autoexposto, vulnerável a comparações incessantes e à obesidade de informação (Han, 2010/2015). Nesse cenário, emergem patologias "neuronais" e de rede, mais ligadas ao excesso de estímulos e positividade do que à repressão (Han, 2010/2015; Zwart, 2016).

4. Não-localização, descentralização e Matriz de Informação (MI)

No plano epistemológico, a física do século XX desestabiliza o imaginário de um universo ordenado por posições fixas num espaço absoluto (Musser, 2015). O debate sobre o emaranhamento quântico, desde o artigo de Einstein, A (1935), conduz à noção de não-localidade (Augé, 1992). As posições de espaço-tempo não têm significado intrínseco, e não há mais lugar para um "olho de Deus" que observaria o mundo de fora, a partir de um centro absoluto (Musser, 2015).

Essa deslocalização física ecoa em deslocalizações culturais e subjetivas. A matriz social descrita por Foulkes, esse fundo compartilhado por sujeitos da mesma espécie e cultura, passa a integrar, de modo crescente, princípios de não-localização e descentralização (Foulkes, 1973). A identidade deixa de ser concebida como núcleo essencial e estável para ser vivida como conjunto de posições, papéis, avatares, perfis, narrativas em trânsito (Hall, 1992).

Musil (1930-1943/2008-2010) já antevê o "homem sem qualidades" como sujeito sem identidade fixa, capaz de assumir configurações diferentes em contextos distintos, sem unificação num eu coerente. Bauman (2000/2001) nomeia esse cenário de modernidade líquida: mudança como única permanência, incerteza como única certeza, identidades flutuantes e desvinculadas de ancoragens estáveis de tempo, lugar e tradição.

A Matriz de Informação (MI) surge como figura dessa nova matriz social: um oceano virtual compartilhado de palavras, imagens e sons, alimentado por dispositivos tecnológicos, que molda perceções de espaço (globalização, turismo massivo, colapso de fronteiras entre territórios), de tempo (urgência, esquecimento rápido, erosão da história), de relações (vínculos frágeis, experimentação identitária, rearranjos familiares e sexuais) e de valor.

A MI eleva o grau de incerteza afetiva, amplificando sentimentos de impotência, medo e ansiedade, e estimulando a busca de tranquilização imediata (Han, 2010/2015). Nesse terreno, proliferam convicções acríticas, pós-verdades, movimentos neofascistas e fanatismos que prometem pseudo-segurança por meio de verdades absolutas e inimigos claros (Marimaa, 2011). O fanático, como lembra Hoffer (1951), é o "Crente na Verdade": alguém disposto ao autossacrifício em nome de uma certeza inabalável, seduzido por soluções totais para a complexidade humana.

5. Psicanálise, linguagem e máquinas: viver na vertigem contemporânea

Na era da MI, a própria linguagem deixa de ser exclusivamente humana: grandes modelos de linguagem e agentes virtuais produzem textos, diálogos, pseudo-respostas, simulando compreensão e presença (Zwart, 2016). A palavra torna-se ainda mais abundante, mais disponível e mais desconectada de corpo e experiência direta (Han, 2010/2015; Zwart, 2016).

Se a psicanálise tentar ocupar o lugar da "ciência dos dados", buscando legitimar-se apenas como tecnologia baseada em evidências quantificáveis, corre o risco de perder a sua especificidade. A psicanálise é uma fenomenologia da vivência: investiga como o sujeito experimenta o mundo, o tempo, o corpo, o outro, o próprio pensar (Merleau-Ponty, 1999). A sua vocação não é competir com a máquina em eficiência informacional, mas perguntar pelo que escapa à equivalência entre linguagem e cálculo: o sentir, o sentido, o sofrimento, o desejo, a responsabilidade.

Encontrar-se na vertigem é reconhecer que a linguagem é compartilhada com máquinas, mas o impulso que nos leva à fala, o enigma de sofrer, desejar, amar e odiar é humano. A linguagem automatizada pode reforçar a tentação fanática de respostas prontas; a psicanálise, se se mantiver fiel à vertigem, insiste no trabalho paciente de elaborar o que não se deixa resolver em algoritmos (Han, 2010/2015).

"A angústia pode ser comparada à vertigem. Quando o olhar imerge num abismo, existe uma vertigem, que nos chega tanto do olhar como do abismo, visto que nos seria impossível deixar de o encarar. Esta é a angústia, vertigem da liberdade, que surge quando... a liberdade emerge o olhar no abismo das suas possibilidades e agarra-se à finitude para não soçobrar" (Kierkegaard, 1844/2014).

6. A vertigem como condição psíquica e a vertigem psicanalítica

Kierkegaard (1844/2014) fornece a imagem clássica da vertigem: a angústia como vertigem da liberdade. Diante do abismo das possibilidades, o sujeito experimenta simultaneamente atração e horror, poder

lançar-se e medo de cair. A vertigem não vem apenas do abismo, mas também do olhar que não consegue deixar de o encarar.

Nietzsche (1884/1974) descreve outra forma de vertigem: aquela que surge após a "morte de Deus", quando os fundamentos tradicionais se dissolvem e o horizonte de sentido se obscurece. O sujeito é lançado a um vazio de referências que é ao mesmo tempo ameaça de niilismo e possibilidade de criação de novos valores.

Através do conceito de *vertigem epistêmica* conceptualizamos a experiência em que as garantias racionais colapsam: não se trata apenas de uma dúvida pontual, mas da suspensão das estruturas que sustentavam o discurso lógico, o sujeito racional e o regime de evidência (Wittgenstein, 1921/1987). O limite da linguagem lógica é vivido como paralisia diante do indizível, como impossibilidade de integrar o excesso de real em narrativas estabilizadoras.

A vertigem epistêmica é, assim, o ponto em que a perda de fundamentos e a crise do sujeito racional se encontram com o mar do desconhecido e do sem forma (Camus, 1951/1996). É ameaça de desintegração, mas também reserva de criação: lugar em que o desejo e o sofrimento só podem ser enunciados à beira do que escapa ao dizer.

Mas, como Wittgenstein escreveu no seu segundo período filosófico, o indizível, em vez de dar origem ao silêncio, é dissolvido pela análise dos "jogos de linguagem" e da multiplicidade de formas de vida (Wittgenstein, 1953/2002). Assume-se a dimensão social, contextual e flexível da linguagem e o seu sentido passa a ser pensado como dependente do uso, não de uma moldura lógica única (Wittgenstein, 1953/2002). Há verdades, sentidos e experiências que ultrapassam o discurso lógico, podendo ser apenas mostrados ou vividos, nunca plenamente ditos (Wittgenstein, 1953/2002; Merleau-Ponty, 1999). O indizível, nos limites da linguagem lógica, articula-se então com os discursos da ética, da estética e acrescentamos da psicanálise, que fala do sofrimento humano.

"a verdade subjetiva só pode ser vivida na existência" (Kierkegaard, 1884/2014).

7. Vertigem psicanalítica: a resposta do amor e do sublime

A vertigem psicanalítica é o espaço entre o indizível e o ser, onde se torna possível reconhecer-se justamente naquilo que ameaça dissolver o sujeito. É a tensão entre a necessidade de narrar e a impotência diante do que não se pode nomear; entre a insistência da palavra e o testemunho do que permanece como trauma ou enigma.

Quando a psicanálise se instala nesse ponto-limite, reconquista o seu potencial ético: em vez de curar o sujeito da vertigem, convida-o a aprender a habitá-la. A vertigem deixa de ser tratada como patologia a ser neutralizada e passa a ser concebida como espaço ontológico de criação, onde o sujeito pode reencontrar vivências perdidas, recompor sentidos, inventar novas formas de laço (Bion, 1962/1994).

Neste quadro, a vertigem psicanalítica designa uma dupla condição:

-No plano clínico, a experiência em que o sujeito se vê diante de um excesso, afetivo, traumático, relacional, que não pode ser totalmente simbolizado e onde a linguagem fica aquém do vivido.

-No plano da própria psicanálise, o lugar em que a disciplina se confronta com as transformações sociais, tecnológicas e epistemológicas contemporâneas, perdendo a ilusão de soberania teórica ou de universalidade atemporal. Nestes contextos de incerteza, tanto sujeitos quanto instituições tendem a refugiar-se em convicções rígidas e fanatismos (Hoffer, 1951; Marimaa, 2011). As próprias instituições psicanalíticas não estão imunes a esse movimento: podem transformar teorias em dogmas, práticas em ortodoxias, identidades profissionais defensivas. A vertigem epistêmica é então mascarada por certezas técnicas ou por jargões que funcionam como talismãs.

A psicanálise, pensada a partir da vertigem, reinscreve-se como prática aberta à revisão, à correção, ao debate com outros campos (ciências, filosofia, artes), sem abdicar da especificidade da experiência analítica. A neutralização da vertigem por meio de "respostas para tudo" aproxima a psicanálise dos sistemas fanáticos que critica; acolher a vertigem é preservar o seu núcleo ético.

Aqui, a função do analista não é a de porto seguro definitivo, nem a de especialista que normaliza a experiência segundo protocolos. O analista é testemunha e parceiro na travessia: alguém que sustenta a escuta e a presença quando o chão conceptual oscila e que recusa o apaziguamento dogmático (Bion, 1962/1994). Criar é lançar-se à maior das vertigens e pensar é expor-se ao risco.

Neste caminho da vertigem selecionamos duas experiências humanas que consideramos exemplares, de um modo construtivo e criativo, do lugar do excesso contemporâneo: o amor e o sublime (Kant, 1790/2000; Platão, 385 a.C./2010).

8. Sublime kantiano: excesso que repara

O sublime em Kant (1790/2000) oferece uma figura privilegiada para pensar esse tipo de excesso. Pelo sentimento de sublime, algo se apresenta como grande demais para ser adequadamente representado pela imaginação: a imensidão do cosmos, a força de uma tempestade, a ideia de infinito, a morte. A imaginação fracassa em formar uma imagem total, e é nesse fracasso que se revela a presença de uma faculdade organizadora: a racionalidade. O sublime é, portanto, um choque entre limite e excesso: limite das faculdades sensíveis, excesso do que nelas se apresenta. A faculdade da razão permite o pensamento e a procura de sentido perante este excesso.

Transposto à psicanálise, o sublime exprime o instante em que o sujeito sente uma duplicidade do que é temível, mas também libertador. Ao acolher o inominável (Bion, 1962/1994), o sujeito transcende a paralisia melancólica. A capacidade humana de viver o sublime é segundo Kant a prova de que é no sujeito que está a capacidade de olhar para o mundo e de se espantar. O espanto não está no mundo. O espanto está no sujeito e por isso é também no sujeito que está a capacidade de reparação profunda: uma reorganização interna que devolve ao sujeito a capacidade pensar o vazio. O sublime torna-se, assim, uma modalidade de reparação profunda, que reorganiza internamente a relação com o vazio, de

modo que ele possa ser suportado como espaço de liberdade para o pensamento e não apenas como ameaça ou medo.

9. Amor platónico: vertigem da alteridade

No Banquete, Platão (385–370 a.C /1991) O banquete, pela voz de Diotima, descreve o amor (eros) como movimento ascendente: da atração por um corpo belo particular à contemplação da Beleza em si. A "escada do amor" vai do sensível ao inteligível, da paixão a uma forma de sabedoria que não renuncia ao desejo, mas o transfigura.

Esse amor não se confunde com o amor maníaco descrito por Klein e Segal, que tenta neutralizar a dor e controlar o objeto, transformando o vínculo em defesa contra o desamparo (Klein, 1937/1998; Segal, 1964/2019). O amor platônico autêntico habita o espaço entre corpo e ideia, presença e ausência, finito e infinito. Ele é vertigem porque arranca o sujeito de si, expõe-no à alteridade radical e à própria incompletude, sem promessa de fusão plena.

Na perspetiva platónica (Platão, 385 a.C./1991) o amor é fonte de autotransformação: ao desejar o belo, o sujeito é convocado a tornar-se ele mesmo mais belo, não no sentido narcisista, mas na direção de uma existência mais verdadeira, mais justa, mais atenta à forma do bem. O amor faz o sujeito experimentar a insuficiência de qualquer particular e, nesse movimento, abrir-se para algo que o ultrapassa.

Assim como o sublime, o amor platônico é uma experiência de excesso: desejo que nada satisfaz inteiramente, tensão constante entre o que se tem e o que falta, entre o visível e o ideal. Ele não elimina a vertigem: organiza-a como caminho.

10. Amor e Sublime: quando o excesso inspira a elevação

Há um ponto em que amor e sublime convergem: ambos nascem do excesso e desenham formas de o habitar (Kant, 1790/2000; Platão, 385 a.C./1991). O amor, em Platão, é a sede insaciável pelo Belo. O amor é o desejo de dizer o indizível: ele tenta dar forma ao infinito por meio de palavras, gestos, narrativas, obras, sabendo-se sempre aquém. O sublime é o espanto diante do que excede toda medida. O sublime é o silêncio que circunda o excesso do dizer: ali o olhar permanece diante do que não cabe num conceito, impulsionando o sujeito a usar a razão em direção a novas formas de pensar. Um se figura como fazer ascender o sujeito a novas formas de sentir, o outro como um impulsionador do pensamento; ambos são o encontro do sujeito com aquilo que o ultrapassa, mas que elevam e estendem o sujeito para além de si mesmo.

A vertigem psicanalítica ocorre precisamente nesse cruzamento: quando, no *setting* analítico, o amor (transferencial, erótico, parental, fraterno) e experiências afins ao sublime (trauma, morte, perda, beleza extrema, horror) emergem como excessos de sentido e de afeto que desafiam tanto o paciente quanto o

analista a conter essas experiências em palavras e pensamento (Bion, 1962/1994). A tarefa não é reduzir o amor a mecanismo nem o sublime a categoria estética, mas escutar neles modos de reparação que passam pelo reconhecimento da própria vulnerabilidade e a transformação da mesma em crescimento.

Assim, amor platônico e sublime kantiano se tornam, na clínica, duas vias complementares para trabalhar a vertigem epistêmica humana: somos seres que sentem mais do que podem expressar, desejam mais do que podem possuir, pensam mais do que podem compreender. Essa desproporção não é apenas fonte de sofrimento; é também condição da criatividade psíquica (Bion, 1962/1994).

11. Conclusão: habitar a vertigem

Recolocada no seu lugar de origem, nos limites da linguagem, entre o amor e o sublime, a psicanálise reencontra a sua condição de prática arriscada e crítica. Em vez de prometer omnipotência terapêutica, assume-se como trabalho de acompanhamento da vertigem: estar com o sujeito no ponto em que o excesso ameaça o sentido, mas também o cria.

Nesse horizonte:

- A vertigem não é um desvio, mas o lugar mesmo da condição humana num mundo líquido, não local e saturado de informação (Bauman, 2000/2001; Musser, 2015; Zwart, 2016).
- A psicanálise e a grupanálise não devem tentar ocupar o lugar do discurso lógico ou da ciência dos dados, mas afirmar-se como práxis que trabalha o hiato entre viver e dizer, entre experiência e palavra, entre excesso e forma (Merleau-Ponty, 1999).
- O amor e o sublime aparecem como dois modos privilegiados de reparação que não anestesiam a vertigem, mas lhe dão figura e respirabilidade (Kant, 1790/2000; Platão, 385 a.C./1991).

Como repto final propomos aceitar que a psicanálise é um saber-fazer com a vertigem, nem a venerando, nem a extinguindo, e que a sua relevância ética, numa época de fanatismos e técnica, depende de continuar a perguntar: como é, hoje, ser sujeito nesse abismo entre o real e o virtual, entre o humano e a máquina, entre o dizível e o que insiste em exceder toda palavra?

Referências Bibliográficas

Augé, M. (1992). Non-places: Introduction to an anthropology of supermodernity. Verso. Battersby, M. (1989). Reason and rhetoric: An introduction to critical thinking. Broadview Press.

Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida (C. A. Medeiros, Trad.; Obra original publicada em 2000 sob o título Liquid modernity). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Bion, W. R. (1994). Learning from experience (Orig. pub. 1962). Karnac.

Camus, A. (1996). O homem revoltado (V. Rumjanek, Trad.; Obra original publicada em 1951). Rio de

Janeiro, RJ: Record

Cortesão E.L. (2004). Um psiquiatra na revolução. Editora Climepsi

Ehrenberg, A. (1998). La fatigue d'être soi: Dépression et société. Odile Jacob.

Einstein, A., Podolsky, B., & Rosen, N. (1935). Can quantum-mechanical description of physical reality be considered complete? Physical Review, 47, 777–780.

Eliade, M. (1971). The myth of the eternal return: Cosmos and history. Princeton University Press.

Foucault, M. (1995). Discipline and punish: The birth of the prison (A. Sheridan, Trans.). Vintage. (Original work published 1975).

Foulkes, S. H. (1964). Therapeutic group analysis. Allen & Unwin.

Freud, S. (1957). Repression. In J. Strachey (Ed. & Trans.), The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud (Vol. 14, pp. 141–158). Hogarth Press. (Original work published 1915).

Han, B. C. (2015). Sociedade do cansaço (2. ed.). Vozes. (Original work published 2010). Hoffer, E. (1951). The true believer: Thoughts on the nature of mass movements. Harper & Row.

Kant, I. (2000). Crítica da faculdade de julgar (V. Rohden & A. Marques, Trads.). Forense Universitária. (Original work published 1790).

Keats, J. (2024). Negative capability. In Selections from Keats's letters. Poetry Foundation. (Original work written 1817).

Kierkegaard, S. (2014). O conceito de angústia (A. C. Sampaio, Trad.). Vozes. (Original work published 1844).

Klein, M. (1937/1998). Amor, culpa e reparação. In M. Klein, Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921–1945) (A. M. Cardoso, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Marimaa, K. (2011). Fanaticism and the history of ideas. Journal of the Philosophy of History, 5(1), 53–74.

Merleau-Ponty, M. (1999). Fenomenologia da perceção. Martins Fontes Editora. Metzinger, T. (2003). Being no one: The self-model theory of subjectivity. MIT Press.

Musil, R. (2008–2010). O homem sem qualidades (J. Barrento, Trad.; Obra original publicada em 1930–1943). Lisboa, Portugal: Dom Quixote.

Musser, G. (2015). Spooky action at a distance: The phenomenon that reimagines space and time—and what it means for black holes, the big bang, and theories of everything. Scientific American / Farrar, Straus and Giroux.

Nietzsche, F. (1974). The gay science (W. Kaufmann, Trans.). Vintage Books. (Original work published 1882).

Platão. (1991). O banquete (M. T. Schiappa de Azevedo, Trad., introd. e notas; Obra original composta c. 385–370 a.C.). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Sartre, J.-P. (2011). O ser e o nada (P. Perdigão, Trad.). Vozes. (Original work published 1943).

Segal, H. (2019). Introdução à obra de Melanie Klein (J. C. Guimarães, Trad.; Obra original publicada em 1964). São Paulo, SP: Ubu / Imago.

Hall, S., Held, D., & McGrew, T. (Eds.) (1992). Modernity and its futures. Polity Press.

Wittgenstein, L. (1987). Tratado lógico-filosófico (M. S. Lourenço, Trad.; Obra original publicada em 1921). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wittgenstein, L. (2002). Tratado lógico-filosófico; Investigações filosóficas (M. S. Lourenço, Trad.; Obras originais publicadas em 1921 e 1953). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Zwart, H. (2016). The obliteration of life: Depersonalization and disembodiment in the terabyte era. New Genetics and Society, 35(1), 69–89.

Patologia ou adaptação? Uma reflexão sobre o funcionamento borderline na sociedade contemporânea

Carlota Rocha e Cunha

Resumo

A perturbação borderline é caracterizada por instabilidade relacional, identitária e emocional, pensamento dicotómico e medo intenso de abandono. Contudo, estas características parecem aproximar-se cada vez mais de formas de funcionamento normativo na contemporaneidade. Este artigo interroga se estaremos a patologizar individualmente respostas que são também efeitos de condições sociais adversas.

A partir da psicanálise das relações de objeto e da grupanálise, explora-se a hipótese de que a precariedade, a exigência de autonomia constante e a dificuldade em sustentar a ambivalência favorecem modos de funcionamento semelhantes ao borderline. Integram-se contributos de Hopper, ao pensar a incoesão e as oscilações entre fragmentação e fusão nos grupos, e de Nitsun, através da noção de anti-grupo, para compreender dimensões destrutivas da vida coletiva. O conceito de clivagem relacional é articulado com a ideia de matriz e inconsciente social, sugerindo que o sofrimento psíquico emerge sempre em relação com o contexto.

O conceito de paciente identificado permite pensar como certos sujeitos podem concentrar dinâmicas que pertencem ao sistema social mais amplo, invertendo-se a leitura causal entre indivíduo e sociedade. Os espaços grupais são apresentados como lugares privilegiados para sustentar a ambivalência e possibilitar integração psíquica.

Palavras-chave: Funcionamento borderline; Clivagem relacional; Grupanálise; Inconsciente social; Incoesão grupal

Abstract

Borderline personality is characterised by relational, identity and emotional instability, dichotomous thinking, and an intense fear of abandonment. However, these features increasingly resemble forms of normative functioning in contemporary societies. This paper asks whether forms of distress are being individualised as psychopathology while also reflecting adverse social conditions.

Drawing on object relations psychoanalysis and group analysis, the paper explores how precariousness,

[18] Psicóloga Clínica.
Artigo submetido ao XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

constant demands for autonomy, and difficulties in sustaining ambivalence may foster borderline-like modes of functioning. It incorporates Hopper's notion of group incohesion, highlighting oscillations between fragmentation and fusion under social pressure, and Nitsun's concept of the anti-group, addressing destructive dynamics within collective life. Relational splitting is articulated with the ideas of matrix and the social unconscious, suggesting that psychic suffering is inseparable from its social context.

The concept of the identified patient is used to propose an inversion of causality, whereby individuals may come to embody dynamics produced at a systemic level. Group settings are presented as privileged spaces for sustaining ambivalence and enabling psychic integration.

Keywords: Borderline functioning; Relational splitting; Group analysis; Social unconscious; Group incohesion

Introdução: o problema da nomeação

A pergunta que sustento neste artigo nasceu, antes de qualquer aparato teórico, de uma observação repetida na clínica e fora dela. O discurso psiquiátrico contemporâneo designa por *perturbação borderline da personalidade* um padrão difuso de instabilidade nas relações interpessoais, na auto-imagem e nos afetos, associado a impulsividade marcada, funcionamento dicotómico e terror ao abandono (American Psychiatric Association, 2022). Reconheço, na descrição clínica, traços que parecem descrever cada vez mais o funcionamento normativo do sujeito contemporâneo. A inquietação que daí decorre foi a que levei ao congresso: estaremos a patologizar nos indivíduos respostas que são, antes de mais, adaptativas a condições estruturais adversas (Safatle et al., 2021).

Lancei essa pergunta como provocação, sem a sustentação que agora procuro construir e a tranquilidade que me permite apresentá-la. As reações no congresso, e as leituras que se seguiram, levaram-me a perceber que a intuição precisava de um quadro teórico que não a reduzisse a denúncia sociológica nem a diluísse na clínica individual. Entre o registo provocativo da comunicação e o registo argumentativo deste artigo, manteve-se intacta uma convicção que importa explicitar desde já: a clínica que ignora a matriz que a precede perde profundidade no próprio gesto pretendido. O que se segue é o resultado desse percurso: uma reflexão sustentada na psicanálise das relações de objeto, na grupanálise foulkesiana e nos seus desenvolvimentos posteriores, e numa leitura crítica da contemporaneidade. A tese que defendo é simultaneamente clínica e política, ao propor que a sociedade contemporânea produz funcionamentos borderline ao mesmo tempo que os patologiza nos indivíduos que os sustentam.

Importa também precisar o objeto. O artigo não trabalha exclusivamente com a categoria nosológica "perturbação borderline da personalidade", e usa preferencialmente a expressão *funcionamento borderline*, em sentido descritivo: um modo de organização afetiva e relacional caracterizado pela intolerância à ambivalência, pela tendência a dividir os objetos em totalmente bons ou totalmente maus, e pela dificuldade em sustentar a presença simultânea do amor e do ódio na mesma relação (Kernberg,

1992; McWilliams, 2005). Este modo, que se sustenta no que designo por *clivagem relacional*, é mais amplo do que a categoria diagnóstica e atravessa configurações clínicas e não-clínicas.

A categoria "*borderline*" foi produzida no interior de uma medicina biologizante que tende a recortar, nomear e individualizar o sofrimento humano, com pouca atenção às condições sociais e económicas que o atravessam (Safatle et al., 2021). Nomear define quem sofre, como sofre e em benefício de quem se faz essa definição – nomear é, de longe, um ato neutro. A leitura que proponho não substitui a clínica individual nem nega os determinantes biológicos, desenvolvimentais e relacionais do quadro borderline (Kernberg, 1992; McWilliams, 2005). A tese deste artigo pretende ser complementar e não substitutiva, ao argumentar que a leitura individualizante, quando se torna a única lente, deixa por nomear o que a configuração social contemporânea contribui para produzir e amplificar (Kleinman, 2020; Safatle et al., 2021). O sofrimento que chega ao consultório tem história, estrutura e condições materiais. Reconhecê-lo recusa a individualização do intolerável coletivo sem apagar a singularidade de quem sofre. A formação feminista que precedeu a minha entrada na psicanálise exige que o observador se inclua no campo observado (Haraway, 1995). É a partir dessa implicação (clínica, política, situada) que escrevo.

A clivagem: o mecanismo intrapsíquico e a organização do laço social

Clivar significa dividir. A pergunta que raramente se faz, e que é decisiva clínica e epistemologicamente, é: dividir o quê, a que nível, e para quê (McWilliams, 2005)? A literatura psicanalítica distingue, embora nem sempre com rótulos uniformes, dois grandes níveis em que a clivagem opera. No primeiro, a clivagem incide sobre o próprio ego: trata-se de uma operação primitiva, pré-verbal, que precede a capacidade de integrar a ambivalência (Klein, 1991; McWilliams, 2005). A experiência organiza-se em totalmente bom ou totalmente mau, sem espaço para nuance, e funciona como proteção face a uma angústia de aniquilação que as defesas mais maduras não conseguem conter. McWilliams (2005) situa este mecanismo na base do nível psicótico de personalidade.

No segundo nível, que aqui designo *clivagem relacional*, não há divisão do ego, mas divisão dos objetos em totalmente bons ou totalmente maus, sem capacidade de integração da ambivalência (Kernberg, 1992; McWilliams, 2005). É neste nível que se situa o *funcionamento borderline*: a clivagem como defesa face à angústia que o reconhecimento da ambivalência traria, isto é, ao reconhecimento de que o objeto amado e o objeto temido são o mesmo objeto. Manter os estados separados protege o objeto bom da contaminação pelo objeto mau, e protege o sujeito da culpa e do desespero que a integração traria. A pergunta clínica não se esgota em identificar a clivagem; é importante perguntar para quê: que função cumpre, o que protege, o que tornaria intolerável a sua dissolução.

Adoto a expressão *clivagem relacional* por duas razões. Primeiro, porque sublinha que a clivagem em causa opera no campo das relações de objeto e não no da estrutura do ego. Segundo, porque antecipa a transposição argumentativa que este artigo exige: se a clivagem é relacional, pode ser pensada simultaneamente como mecanismo intrapsíquico e como modo de organização do laço social. O seu valor argumentativo está nesta dupla legibilidade.

O trabalho com clivagem ao nível psicótico exige que se evite a confrontação direta; é preferível trabalhar na representação, acompanhar o sujeito até que a dúvida emerja de dentro. O trabalho com clivagem relacional tem como horizonte terapêutico a integração da ambivalência, mas essa integração não pode ser imposta pois requer tempo, presença e uma relação que suporte a ambivalência sem a resolver prematuramente (McWilliams, 2005; Rosenfeld, 1987). Em supervisão clínica, no contexto do meu ano profissional júnior, a orientação recorrente é habituar a pensar o *para quê*. Não apenas o que o paciente faz, mas a função que esse funcionamento cumpre, o que protege, o que tornaria insuportável a sua transformação. É precisamente esta pergunta que permite a transição do plano individual para o plano social.

Esta passagem não pode, contudo, ser feita por analogia; parecido não é igual. As duas tradições que mobilizo neste artigo, a psicanálise das relações de objeto e a grupanálise, oferecem os elementos para explicar essa passagem como continuidade real além da metáfora. Para Foulkes, a distinção entre interno e externo, entre psique e sociedade, é uma distinção artificial: o indivíduo não é uma entidade auto-contida que depois entra em relações; é constituído na e pela rede de relações em que aparece (Foulkes, 1964). A matriz precede o indivíduo, não é apenas o seu contexto. Norbert Elias, central para a filiação teórica de Foulkes, formulou esta intuição em termos sociológicos ao afirmar que os indivíduos só existem enquanto nós de redes de interdependência (Elias, 1990). Se a clivagem relacional é uma operação que organiza relações de objeto, esta não pode ser pensada como propriedade interna isolada do sujeito. É, simultaneamente, um modo do sujeito e um modo da rede em que o sujeito aparece. Pensá-la apenas no plano individual é tão redutor quanto pensá-la apenas no plano social.

A pergunta clínica torna-se, por essa via, uma pergunta política: quem cliva quem? E quando a clivagem opera nos dois planos em simultâneo, como pensar a continuidade entre eles?

A teoria do quarto pressuposto básico de Hopper (2003), que a próxima secção desenvolve, oferece a resposta mais rigorosa de que disponho. Para Hopper, o trauma é, ao mesmo tempo, individual e relacional. As defesas que sujeitos individuais erguem para sobreviver a experiências traumáticas tendem a reproduzir-se, à escala grupal, no mesmo movimento de oscilação entre isolamento e fusão. O grupo personifica o que o sujeito carrega, e o sujeito carrega o que o grupo, ou a sociedade, não conseguiu conter. A clivagem relacional individual e a incoesão grupal são duas formas de presença do mesmo trauma não processado.

Inconsciente social, incoesão e anti-grupo

A psicanálise clássica situou o inconsciente no interior do indivíduo. Foulkes deslocou esse centro de gravidade ao pensar que o ser humano é, desde o início, constituído pela relacionalidade (Foulkes, 1964). O inconsciente, mais que apenas pessoal, é também social, cultural, transgeracional. O conceito de *inconsciente social*, desenvolvido por Foulkes e amplamente elaborado em Hopper e Weinberg (2011), designa o conjunto de restrições sociopolíticas e culturais que estruturam a experiência sem serem reconhecidas como tal, bem como os processos históricos e institucionais que as produzem e

reproduzem. Sob as normas culturais interiorizadas, o inconsciente social abriga o depósito de experiências traumáticas coletivas não processadas: guerras, perseguições, colapsos económicos, violências estruturais. Estas experiências continuam a operar nas dinâmicas de grupo gerações depois, sem serem reconhecidas como tal.

Hopper (2003) estende este quadro com um contributo central para o argumento que aqui defendo. Bion (1962) descreveu três modos básicos pelos quais a vida inconsciente de um grupo regride sob pressão: a dependência, a luta e fuga, e o emparelhamento. Hopper propõe um quarto pressuposto, que emerge quando o grupo é dominado pelo medo de se aniquilar enquanto grupo. Trata-se de um terror mais arcaico do que a culpa que se elabora numa relação é estável, ligado à própria possibilidade de existir como entidade coesa. Este quarto pressuposto designa-se Incoesão: Agregação/Massificação, ou (ba) I:A/M.

Face a este terror, o grupo oscila entre dois pólos defensivos. No pólo da agregação, os membros fragmentam-se, isolam-se, protegem-se atrás de fronteiras rígidas: carapaça dura por fora, vulnerabilidade extrema por dentro. No pólo da massificação, o movimento é inverso: o grupo funde-se numa massa indiferenciada, as individualidades dissolvem-se, o pensamento próprio desaparece numa fusão também defensiva: se o sujeito se dissolve no coletivo, ninguém o pode destruir individualmente. Hopper (2003) descreve as defesas que personificam a agregação como *crustáceas* e as que personificam a massificação como *ameboides*. As imagens são fiéis ao que descrevem: o caranguejo protege-se pela carapaça; a água-viva protege-se pela ausência de fronteira estável. Ambas respondem a um terror primitivo de aniquilação, e nem o isolamento nem a fusão o resolvem. O sujeito que personifica encarna uma dinâmica que o grupo, ou a sociedade, está a produzir e a não conseguir processar.

Esta leitura encontra eco no trabalho de autores portugueses contemporâneos. Salgado (2025) caracteriza a compulsão consumista e a lógica de mercado como forças que corroem os laços de interdependência que tornam possível a vida grupal. Ferro (2025) sublinha que o contexto cultural funciona como incubador de psicopatologias frequentemente narcísicas. Manso Neto (2025), na sua homenagem a Nitsun, recorda que ignorar as forças destrutivas (como o próprio Foulkes tendeu a fazer no seu otimismo fundador) é tornar a teoria menos capaz de responder ao real. Em todas estas leituras, e na que aqui proponho, o sofrimento individual é indissociável da matriz cultural em que aparece.

Nitsun (2015) acrescenta um conceito decisivo. O *anti-grupo*, conjunto de forças negativas e destrutivas que coexistem em qualquer grupo com as forças construtivas, não é apenas um fenómeno clínico; constitui, também, uma dimensão cultural. Quando essas forças não são contidas, isto é, quando não existe um espaço suficientemente seguro para que a hostilidade, a inveja e a agressividade possam ser trabalhadas em vez de agidas, o grupo regride para o estado de incoesão que Hopper descreve. A sociedade contemporânea, enquanto sistema que atomiza os laços, corrói as instâncias coletivas de continência e transforma a atenção humana num recurso a capturar (Friends of Attention, 2026), é um sistema que não consegue conter o seu próprio anti-grupo.

O paciente identificado e a inversão causal

Na lógica da terapia sistémica, o membro da família que apresenta sintomas não é necessariamente o mais doente, mas aquele que carrega o sofrimento do sistema: o *paciente identificado*. O sintoma individual é a expressão visível de uma disfunção relacional que o sistema não consegue reconhecer em si mesmo, e o paciente identificado cumpre uma função homeostática, uma vez que, ao concentrar o sofrimento em si, liberta o sistema de ter de mudar (Minuchin, 2009).

Proponho, assim, pensar à escala social, e assim o conceito ganhar um alcance político. O sujeito com funcionamento *borderline* torna-se um ponto onde se tornam visíveis, de forma muitas vezes desconfortável, dinâmicas que o próprio sistema social produz e dificilmente reconhece como suas. A instabilidade nas relações, a dificuldade em sustentar a ambivalência, o medo de abandono, as oscilações entre idealização e desvalorização: todas estas manifestações deixam de aparecer apenas como características individuais. Podem também ser lidas à luz de um contexto cultural que enfatiza a autonomia, a autorregulação emocional e a produtividade (Bauman, 2000; Han, 2015), ao mesmo tempo que desvaloriza a vulnerabilidade a interdependência. Nesse contexto, o espaço para nuance estreita-se e os discursos organizam-se em torno de posições polarizadas (Friends of Attention, 2026).

Eco (2011) demonstrou que a construção do inimigo é uma necessidade retórica e política: definir o que somos exige definir o que não somos, e o outro, o diferente, o perturbador, o borderline, cumpre essa função de fronteira identitária. Han (2018) radicaliza esta leitura ao argumentar que a sociedade contemporânea expulsa ativamente o outro em favor de uma cultura do igual, que produz narcisismo coletivo e intolerância à alteridade. Patologizar o sujeito borderline é, neste sentido, um ato de memória seletiva: a recusa de reconhecer no outro aquilo que não queremos reconhecer em nós (Goffman, 1959; Kernberg, 1992; Winnicott, 1975). O diagnóstico individual cumpre uma função análoga à do bode expiatório no grupo, ao concentrar a perturbação num ponto, tornando-a nomeável e localizável, e libertando o sistema de se confrontar com a sua própria incoesão (Hopper, 2003). Cumpre, nesse sentido, uma função homeostática à escala social, análoga à que o paciente identificado cumpre no sistema familiar, com a diferença da escala em que opera torna invisível a sua função, porque a categoria diagnóstica naturaliza-se enquanto descrição neutra.

Nestes dias lembrei-me de um precedente cauteloso na história da psicanálise. A tese das *mães frigorífico*, popularizada por Bettelheim (1972) e hoje recusada, atribuiu durante décadas a etiologia do autismo à frieza emocional materna. O que se viria a perceber é que esse aparente afastamento descrevia frequentemente uma resposta exausta à exigência relacional do filho, num contexto sem qualquer suporte clínico ou social, e não a causa do quadro. Inverteu se a causalidade: leu-se como défice individual, ou da díade primária, o que tinha matriz neurobiológica e contextual não reconhecida. O alerta vale para o presente: nomear sem pensar a estrutura que produz o que se nomeia é repetir, com nova linguagem, o mesmo erro. A despatologização da alteridade não consiste em negar o sofrimento de quem recebe um diagnóstico, mas em interrogar quem define os limites do que é a

patologia, em que condições, e com que efeitos (Safatle et al., 2021).

O colapso do espaço potencial e o grupo como condição de possibilidade

Um dos contributos mais relevantes da psicanálise contemporânea passa pela atenção à fronteira, sempre instável, entre realidade interna e realidade externa (Winnicott, 1975). O *espaço potencial* designa esse plano intermédio onde sujeito e mundo se encontram, e onde a experiência pode ser explorada, simbolizada e transformada sem recurso imediato à ação. É aí que a ambivalência pode ser sustentada, que o objeto não precisa de ser reduzido a uma única valência, e que o pensamento ganha tempo antes de se converter em resposta.

O que acontece quando a realidade externa se torna suficientemente ameaçadora para comprometer esse espaço intermédio? Quando a precariedade se impõe como condição (no trabalho, na habitação, nos vínculos) e o horizonte se torna incerto? Nestas circunstâncias, a clivagem ganha um lugar onde pode ser entendida como forma de resposta a um contexto que oferece poucas condições para a integração (Safatle et al., 2021). O recurso a este tipo de funcionamento não se explica apenas por uma estrutura individual, mas também pela instabilidade do meio em que o sujeito se move.

Sob pressão contínua, torna-se mais difícil sustentar processos de simbolização, manter a continuidade do objeto na ausência ou introduzir intervalo entre experiência e reação. O que Bion (1962) descreveu como ataque ao pensamento encontra aqui ressonância mais alargada num contexto em que o tempo para pensar encurta, a atenção se dispersa e são necessárias respostas rápidas e constantes (Friends of Attention, 2026). Bauman (2000) descreve este cenário através da modernidade líquida, marcada por vínculos menos duradouros e referências instáveis. Han (2015) acrescenta a figura de um sujeito permanentemente convocado a produzir e a gerir-se a si próprio, com o desgaste que daí decorre. Em conjunto, estas leituras situam o contexto em que certos modos de funcionamento deixam de aparecer como excecionais para encontrar maior correspondência no quotidiano. A questão não é generalizar o diagnóstico, mas notar que muitas das condições que o sustentam estão hoje disseminadas na experiência comum.

A grupanálise não responde a estas questões com um otimismo fácil. Foulkes (1964) viu o grupo terapêutico como lugar privilegiado de cura e transformação, mas Nitsun (2015) chamou a atenção para o facto de esse mesmo espaço poder ser também lugar de desorganização e destruição antes de qualquer possibilidade de reparação. Um grupo que não reconhece o seu próprio anti-grupo não é um grupo terapêutico: é um grupo que reproduz, em escala mais pequena, a mesma ilusão de coesão que a sociedade reproduz à escala maior. O que torna o grupo terapêutico é precisamente a capacidade de sobreviver ao seu próprio anti-grupo: conter a hostilidade sem se fragmentar, tolerar a diferença sem a expulsar, sustentar a ambivalência sem a resolver prematuramente (Nitsun, 2015; Yalom & Lescz, 2005).

É na presença real do outro que este trabalho acontece, não um outro idealizado nem reduzido a espelho, mas um outro que resiste à assimilação e mantém a sua diferença. Foulkes (1964) chamou a isto o

princípio da *ressonância*: no grupo, as experiências de cada membro atravessam os outros e produzem um campo partilhado onde o que parecia individual pode ser reconhecido como comum. Na perspetiva sistémica, este fenómeno pode ser pensado em termos de circularidade e co-construção relacional, onde os estados emocionais se organizam no sistema e não no indivíduo isolado. Para os sujeitos com funcionamento borderline, aqueles que, na leitura que aqui sustento, condensam de forma visível a incoesão social, o grupo oferece a experiência repetida de que o outro pode ser simultaneamente bom e mau, presente e ausente, amado e perturbador, sem que isso destrua a relação. É uma experiência simultaneamente reparadora, no sentido kleiniano-winnicottiano de reparação do objeto bom danificado pela ambivalência intolerável (Klein, 1991; Winnicott, 1975), e simbolizadora, no sentido de reabertura do espaço potencial colapsado. É a experiência que não aconteceu nas condições de origem porque o próprio contexto não ofereceu continência suficiente. O grupo pode ser, neste sentido, espaço de reparação da matriz (Hopper, 2003).

A grupanálise distingue-se de outras modalidades grupais pela técnica que sustenta este trabalho: a associação livre flutuante, a atenção ao processo grupal mais do que ao conteúdo manifesto, a contenção ao estilo do/a condutor/a (que não dirige nem se ausenta) e a análise da transferência múltipla, não apenas para o/a condutor/a mas também entre membros e para o grupo como um todo. É esta especificidade que torna a grupanálise particularmente apta a responder à incoesão e ao anti-grupo: a matriz é, ela própria, aquilo que se trabalha. Já Foulkes (1964) sublinhara que a posição do/a condutor/a implica uma escolha que é também política, atravessada por uma visão do humano em sociedade. A leitura posterior de Dalal (1998) acentua esta dimensão ao tornar explícitas as relações de poder que atravessam o campo grupal e ao recusar a ideia de neutralidade clínica como posição fora do mundo. Reconhecer estas duas dimensões transforma o que está em causa quando se fala da grupanálise como horizonte clínico para o sofrimento contemporâneo. O grupo terapêutico não é apenas instrumento mais eficaz para tratar este ou aquele quadro, mas também um lugar onde se pratica, à pequena escala, aquilo que o intolerável coletivo dificulta no exterior, isto é, sustentar a ambivalência, conter o anti-grupo, reconhecer a interdependência como condição.

Se a sociedade contemporânea produz funcionamentos borderline ao mesmo tempo que os patologizar nos indivíduos que os sustentam, então o gesto clínico mais radical não é o que melhor diagnostica, mas o que recusa fazer do paciente o suporte solitário de um sintoma que é, em última instância, social. Esta recusa exige um lugar onde a integração da ambivalência seja praticável. A relação, também possível na operacionalização do grupo, é esse lugar.

Conclusão: para quê a pergunta?

A pergunta inicial, *patologia ou adaptação*, era uma falsa alternativa. O funcionamento borderline é simultaneamente as duas coisas: forma de sofrimento que se manifesta no sujeito singular, e resposta inteligível a um contexto que oferece poucas condições para a integração da ambivalência. A questão não é optar por uma das leituras, mas sustentar as duas em simultâneo, e perceber que a clínica que

ignora a segunda perde profundidade na primeira.

O oposto operativo da clivagem é o amor, na acepção psicanalítica de capacidade para manter juntos o bom e o mau, o eu e o outro, sem que um destrua o outro (Klein, 1991; Winnicott, 1975). É nesta linha que Coimbra de Matos (2007) pôde formular, com a economia de palavras que a clínica mais experiente permite, que existimos porque fomos amados. A formulação tem o alcance do aforismo, mas não a sua simplificação, pois o que ela afirma é que a constituição do sujeito depende de ter sido tomado como objeto digno de cuidado por outro, e que essa experiência inaugural condiciona toda a possibilidade futura de tolerar a ambivalência sem a expulsar. O que aqui está em causa é precisamente a possibilidade, social e clínica, de que esse amor (entendido como capacidade de sustentar a ambivalência) continue a ser possível. Trata-se de capacidade intrinsecamente relacional. Não se desenvolve no interior de um sujeito isolado, mas na presença continuada de uma matriz que a torne possível. Sem a matriz não há amor, neste sentido.

Falar do amor como ato de resistência implica recusar duas reduções frequentes. Por um lado, a redução sentimental, que o confunde com afeto agradável e apaga o seu carácter exigente, conflituoso e atravessado por ambivalência. Por outro, a redução individual, que o encerra na esfera privada e familiar, e o trata como virtude pessoal cujo trabalho se privatiza. Contra ambas, o que aqui proponho é que o amor, entendido como capacidade de sustentar a ambivalência, é simultaneamente clínico e político, na medida em que depende tanto de um trabalho singular como de condições coletivas que o suportem.

A prática clínica oferece algo afim ao que a antropóloga Paula Godinho descreve como utopia concreta: a transformação não acontece de uma vez, a integração da ambivalência é processo e não estado, e o trabalho com a clivagem exige precisamente o que a clivagem mais teme, isto é, a continuidade, a presença, o tempo (Dias, 2025). O sofrimento que chega ao consultório tem história, cultura, estrutura e condições materiais (Kleinman, 2020; Safatle et al., 2021). Reconhecê-lo não dilui a singularidade de quem sofre; reforça-a, ao recusar transformar em problema individual o que é estrutural. A grupanálise, enquanto postura clínica e política, é a aposta de que o amor, tal como aqui é pensado, é antes de mais um labor coletivo do que uma tarefa ou virtude individual: os espaços grupais podem ser lugares onde esse trabalho é deliberadamente sustentado, contra a tendência do exterior para o dificultar.

Sair da bolha da psicologia e da psicanálise, recusar a cumplicidade silenciosa com a individualização do intolerável coletivo, é, neste sentido, uma exigência ética e cívica. E, sobretudo, é exigência de amor, amar e ser amado.

Referências Bibliográficas

American Psychiatric Association. (2022). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5-TR* (Fifth edition, text revision). American Psychiatric Association Publishing.

Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Polity Press.

Bettelheim, B. (1972). *The Empty Fortress: Infantile Autism and the Birth of the Self*. Free Press.

Bion, W. R. (1962). *Learning from Experience*. Heinemann.

Coimbra de Matos, A. C. de. (2007). *Vária: Existo porque fui amado*. Climepsi Editores. Dalal, F. (1998). *Taking the group seriously: Towards a post-Foulkesian group analytic theory*. J. Kingsley.

Dias, I. (2025). Paula Godinho: «A palavra igualdade quase se tornou obscena neste tempo estranho em que vivemos». *Público*. https://www.publico.pt/2025/08/26/culturaipsilon/entrevista/paula-godinho-palavra igualdade-quase-tornou-obscena-neste-tempo-estranho-vivemos-2144557 Eco, U. (2011). *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Gradiva. Elias, N. (1990). *O Processo civilizador: Volume 1—Uma História dos Costumes*. Zahar Brasil.

Ferro, S. (2025). O desamparo contemporâneo e a cultura atual (um desafio para a abordagem grupanalítica). *Revista Portuguesa de Grupanálise*, *23*(1), 68–79.

Foulkes, S. H. (1964). *Therapeutic Group Analysis*. Allen & Unwin.

Friends of Attention. (2026). Machinic Attention and Its Adversaries: A Manifesto. *e-flux Notes*. https://www.e-flux.com/notes/6783444/machinic-attention-and-its-adversaries a-manifesto

Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Doubleday. Han, B. C. (2015). *The Burnout Society*. Stanford University Press. Han, B.-C. (2018). *A expulsão do outro*. Relógio d'Água.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, *5*, 07–41.

Hopper, E. (2003). *Traumatic Experience in the Unconscious Life of Groups: The Fourth Basic Assumption: Incohesion: Aggregation/massification or (Ba) I:A/M*. Hopper, E., & Weinberg, H. (Eds.). (2011). *The social unconscious in persons, groups and societies*. Karnac Books.

Kernberg, O. F. (1992). *Borderline conditions and pathological narcissism* (1. softcover ed). Aronson.

Klein, M. (1991). *Inveja e gratidão e outros trabalhos 1946-1963* (B. H. Mandelbaum, Trad.). Imago.

Kleinman, A. (2020). *The illness narratives: Suffering, healing, and the human condition*. Basic Books.

Manso Neto, I. (2025). O Outro também existe dentro de nós: O Antigrupo. Homenagem a Morris Nitsun (11-10-1944 – 10-11-2022). *Revista Portuguesa de Grupanálise*, *23*(1), 33–41.

McWilliams, N. (2005). *Diagnóstico Psicanalítico*. Climepsi Editores.

Minuchin, S. (2009). *Families and Family Therapy*. Harvard University Press. Nitsun, M. (2015). *The anti-group: Destructive forces in the group and their creative potential* (Classic ed., 2. ed). Routledge.

Rosenfeld, H. (1987). *Impasse and interpretation: Therapeutic and anti-therapeutic factors in the psycho-analytic treatment of psychotic, borderline, and neurotic patients*. Tavistock.

Safatle, V., Junior, N. da S., & Dunker, C. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica Editora.

Salgado, F. (2025). A Grupanálise na era do capitalismo do século XXI. *Revista Portuguesa de*

Grupanálise, *23*(1), 59–67.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago.

Yalom, I. D., & Lescz, M. (2005). *The theory and practice of group psychotherapy* (fifth edition). Basic Books - Perseus Group.

O *Virtual* e o *Material: identidade, pertença e clivagens na vida das organizações*

José de Abreu Afonso & Sebastião de Abreu Afonso

Resumo

Este artigo explora a relação entre a virtualização e a vida institucional, recorrendo à análise de grupo, à teoria institucional psicanalítica e à psicologia organizacional. Defende que, embora a comunicação digital tenha garantido continuidade e acessibilidade, também pode ter alterado os fundamentos simbólicos e relacionais das organizações.

Os autores propõem que os espaços institucionais físicos desempenham um papel crucial como receptáculos da identidade coletiva, da memória e dos pactos institucionais inconscientes. Em contrapartida, a interação predominantemente virtual pode contribuir, em certos contextos, para uma coesão mais fraca, uma maior dificuldade na resolução de conflitos e uma maior polarização afetiva.

São analisados resultados empíricos da psicologia organizacional para examinar questões como a confiança, a comunicação, o conflito e a cultura organizacional em equipas virtuais. Estes resultados são interpretados através de conceitos psicanalíticos como a contenção, a coesão de grupo e o espaço de transição.

Em vez de opor as modalidades digitais às presenciais, o artigo defende uma abordagem equilibrada em que as ferramentas virtuais complementam, mas não substituem, a presença institucional incorporada, particularmente em organizações cujo objetivo central é o trabalho relacional, como a formação e a prática em psicoterapia.

Palavras-chave: virtualização; organizações; coesão grupal; psicanálise das instituições; grupanálise; identidade organizacional; pertença; espaço simbólico.

Abstract

This paper explores the relationship between virtualisation and institutional life, drawing on groupanalysis, psychoanalytic institutional theory and organisational psychology. It argues that while digital

[19] Psicólogo Clínico, Psicoterapeuta, Grupanalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. Doutorado em Psicologia Clínica. É professor auxiliar de psicologia no ISPA e é formador em vários seminários sobre psicoterapia, psicanálise e grupanálise.

[20] Psicólogo Clínico.

Artigo adaptado a partir da comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, Lisboa 7-8 novembro 2025.

communication has ensured continuity and accessibility, it may also have altered the symbolic and relational foundations of organisations.

The authors propose that physical institutional spaces play a crucial role as containers of collective identity, memory and unconscious institutional agreements. In contrast, predominantly virtual interaction may contribute, in certain contexts, to weaker cohesion, reduced elaboration of conflict, and increased affective polarisation.

Empirical findings from organisational psychology are reviewed to examine issues such as trust, communication, conflict and organisational culture in virtual teams. These findings are interpreted through psychoanalytic concepts such as containment, group cohesion and transitional space.

Rather than opposing digital and face-to-face modalities, the paper advocates for a balanced approach in which virtual tools complement but do not replace embodied institutional presence, particularly in organisations whose core object is relational work such as psychotherapy training and practice.

Keywords: virtualisation; organisations; group cohesion; institutional psychoanalysis; group analysis; organisational identity; sense of belonging; symbolic space.

I - Introdução e enquadramento epistemológico

A pandemia de 2020 forçou a sociedade e as suas organizações a migrarem para o formato *online*: direcções, comissões, assembleias e formações passaram a depender do digital. Se tal mudança assegurou a continuidade, trouxe também interrogações. Não se pretende aqui opor ideologicamente o digital ao presencial. O *online* democratizou o acesso e ampliou a comunicação. Mas interessa-nos compreender se o virtual, que em muitos casos permaneceu pós-pandemia, terá empobrecido o sentimento de pertença e acentuado fragilidades pré-existentes nos vínculos organizacionais, criando uma sensação difusa de decadência institucional?

A nossa reflexão parte da teoria analítica de grupo, da psicanálise das instituições e de contributos da psicologia organizacional. Embora estas perspectivas assentem pressupostos epistemológicos distintos, teremos em mente que cada uma dessas lentes observa dimensões distintas do mesmo fenómeno - as dinâmicas psíquicas dos grupos, os pactos institucionais inconscientes e o funcionamento empírico das organizações - podendo ser colocadas em diálogo numa leitura integrada. O tom será híbrido: teórico-interpretativo aliado a revisões empíricas. Parte-se da hipótese de que a virtualização, embora tecnicamente aproxime, reconfigura os vínculos e poderá intensificar clivagens - presença/ausência, compromisso/indiferença, amor/ódio - afectando portanto a coesão simbólica. A selecção da literatura privilegiou contributos conceptuais e empíricos que dialogam com este ponto de vista, ao invés de seguir critérios sistemáticos de revisão bibliográfica. Não se trata, portanto, de uma revisão sistemática, mas de um ensaio crítico orientado por uma questão específica.

II - O valor simbólico do espaço físico da instituição

a) A sede como continente institucional

A presença física activa canais de comunicação não verbal - pequenos gestos, olhares, posturas e outros aspectos ligados à proximidade corporal, que representam grande parte do conteúdo emocional das interacções. Um espaço presencial partilhado permite a sincronização mais espontânea entre corpos e emoções. A partilha de objectos, o estar lado a lado tendem a favorecer confiança e empatia.

Os grupos constroem identidade, entre outras coisas, através de rituais e de lugares partilhados que reforçam a sensação de pertença, já que os corpos, tal como os espaços, carregam sentidos que o digital não reproduz inteiramente.

Permitam-nos então começar por falar de lugares - não na sua função logística, mas no que veiculam simbolicamente. A sede - casa - é um lugar simbólico de pertença, um ponto estável que representa a permanência da organização para além das pessoas que a compõem. Não pode ser facilmente substituída por espaços de outras instituições ou espaços pessoais que se confundem com o indivíduo, diminuindo potencialmente a espessura e a profundidade simbólica da organização. A sede é um espaço de mediação e relativa neutralidade que pertence a todos e não a um permitindo que a instituição seja percebida como maior que os seus membros. Esta distinção entre o espaço institucional da sede - espaço da comunidade e do grupo - e o espaço de particular de um dos seus membros, protege - tanto o anfitrião como a organização - da fusão simbólica e da confusão de papéis.

Uma sede é também um sítio de memória colectiva. É ali que se repetem rituais de transmissão, continuidade e reconhecimento mútuo. A sede não constitui apenas um local logístico: pode ser pensada como continente institucional, uma expressão material da sua “pele psíquica” (Anzieu, 1975). Na perspectiva da psicanálise das instituições, estas são sustentadas por pactos inconscientes que organizam a lealdade dos membros, o seu compromisso e os vínculos que os unem (Käes, 1997). Nesta perspectiva a sede é como uma materialização destes pactos ao conferir neutralidade e representatividade ao espaço onde se tomam as decisões, se discutem conflitos e elaboram tensões institucionais. Como lugar que pertence a todos, tende a proteger das hierarquias pessoais e dos ressentimentos latentes, favorecendo uma representação mais clara do interesse colectivo.

b) O setting Institucional e o setting terapêutico

Existirão paralelos entre o *setting* institucional e o *setting* terapêutico grupal? Com todas as evidentes diferenças, ambos podem ser concebidos como dispositivos materiais e simbólicos que favorecem o pensamento, a pertença e a elaboração do conflito.

Foulkes (1964) concebe o grupo como um campo de comunicação consciente e inconsciente, sustentado por um enquadramento espacial relativamente neutro - o círculo. Essa neutralidade favorece a constituição do grupo como totalidade, reduz o risco de fusões e hierarquias implícitas. De Maré, e colaboradores (1991) acrescentam o conceito de *koinonia*: um espaço de diálogo horizontal cuja emergência depende da existência de um *setting* seguro.

A comunicação virtual, pela fragmentação dos contextos e da menor presença do corpo, pode tender a produzir formas de comunicação mais funcionais e menos elaborativas. Hopper (2012) descreve o "pressuposto básico da incoesão": caracterizado por agregações de indivíduos que coexistem sem desenvolver níveis significativos de coesão grupal. A partir desta lente teórica, podemos interrogar-nos sobre até que ponto uma vida institucional predominantemente *online* irá favorecer situações em que a simples existência de uma massa de membros conectados não corresponda, necessariamente, apresenta de coesão ou pertença simbólica. Será que a redução dos encontros presenciais e a ausência de um espaço físico comum poderão aumentar o sentimento de dispersão ou experiências subjectivas de fragmentação? Como manter a coesão e o sentimento de pertença quando os vínculos se apoiam sobretudo em formas de presença intermitentes, descontinuadas ou tecnologicamente mediadas?

Reconhecemos, naturalmente, que a ausência de coesão não é um atributo exclusivo dos dispositivos virtuais. Também os grupos presenciais podem permanecer fragmentados, defensivos ou incapazes de elaborar os seus conflitos. O que aqui procuramos compreender não é se o virtual produz necessariamente incoesão, mas se poderá amplificar determinadas vulnerabilidades já presentes na vida institucional.

Deixemos por agora estas questões para olhar o campo das investigações empíricas da psicologia organizacional.

III - O virtual e as evidências da psicologia organizacional

Terá o virtual diminuído a **confiança** no seio das organizações? Estudos mostram que equipas virtuais podem enfrentar mais dificuldades em criar confiança embora os resultados variem consoante o contexto, a maturidade da equipa e a natureza das tarefas (Robert et al., 2009). No contexto presencial, a confiança tende a evoluir gradualmente; no virtual esse processo pode ocorrer de modo mais imprevisível (Kuo & Yu, 2009). A distância pode reduzir a empatia percebida e está associada a fenómenos de retração comunicacional, menor procura de ajuda e partilha de *feedback (*Breuer et al., 2016).

Quais os efeitos da virtualidade na criação e gestão do **conflito**? Alguns estudos sugerem que quanto maior a virtualidade, maior a probabilidade da deterioração da confiança e de conflito (Bierly et al., 2009; Peñarroja et al., 2013). A ausência de conversas informais e o predomínio de meios tecnológicos podem ampliar mal-entendidos e atrasar a resolução de conflitos (Kankanhalli et al., 2006; Mortensen & Hinds, 2001).

A **comunicação** *online* pode apresentar descontinuidades tais como interrupções, atrasos, sobreposição de vozes, longos silêncios (De Marie, 2004). O chamado efeito de desinibição digital pode aumentar a agressividade e a confrontação, sobretudo em contextos multiculturais. Alguns estudos sugerem que certas formas de comunicação mediada podem estar associadas à perda de profundidade comunicacional, podendo repercutir-se em relações superficiais e menor motivação (Figueiredo et al., 2025).

A redução ou eliminação de rituais presenciais pode empobrecer dimensões da **cultura organizacional** e a construção de identidade colectiva (Bailey & Kurland, 2002; Al Neyadi et al., 2023). A falta de interações espontâneas fragiliza o tecido relacional e dificulta a transmissão de valores. Estas dinâmicas podem ter repercussões institucionais: a diminuição de interacções formais e informais enfraquece o capital social e a confiança entre membros, diminuindo a **coesão social.**

A mediação tecnológica pode reduzir o contexto partilhado e a comunicação implícita, dificultando a **aprendizagem experiêncial** (De Guinea et al., 2012; Hinds & Bailey, 2003). Em organizações formativas, esta perda simbólica pode afectar a transmissão de saber e a identidade profissional.

Apesar dos riscos que identificámos acima é importante referir que, quando existe um capital relacional prévio, liderança empática e objetivos claros, o digital pode preservar vínculos e prolongar o continente institucional (Jarvenpaa & Leidner, 1999; Peñarroja et al., 2013). O virtual pode então ser entendido como uma extensão simbólica do espaço comum, mantendo a ligação quando o corpo não pode estar presente. O que constitui uma boa notícia, mas não resolve o problema dos novos membros, com os quais não existe ainda capital relacional prévio consolidado.

Genericamente estas investigações, quando lidas a luz da psicodinâmica institucional, podem ser interpretadas como uma possível fragilização da função continente (Bion, 1961) e da pele grupal (Anzieu, 1975), circunstância que pode tender a deslocar a resolução de conflitos para procedimentos formais, em detrimento de processos relacionais e simbólicos de elaboração.

IV - Amor e clivagens nas organizações

Terá, de facto, a virtualização enfraquecido a função continente das instituições, alterado os pactos inconscientes e corroído a "pele grupal"? Poderá estar associada à fragilização institucional sob a forma de apatia, conflitos latentes e erosão simbólica?

Cremos que, pelo menos, devemos pensar sobre o assunto. Vejamos: os membros de uma instituição investem nela amor, ou dito de outro modo, processos de identificação, desejo de pertença e de transmitirão de saber. Mas, em todos os grupos circula também movimentos de agressividade e hostilidade expressos sob a forma de rivalidades teóricas, conflitos de poder ou ressentimentos. Se for válida a hipótese de que o *online* pode favorecer processos de polarização entre o amor idealizado ("*continuamos juntos*") e o ódio projectado ("*não nos ouvem"*; "*a instituição está em agonia*") - então poderá contribuir para uma diminuição da complexidade e da qualidade das vinculações.

Se igualmente for válida a hipótese de que o corpo presente - em encontros informais, reuniões, congressos e assembleias - pode constituir um continente mais eficaz para a simbolização; e se a ausência do corpo intensificar certas experiências de clivagem - *estamos juntos/separados, presentes /ausentes*, então esta ambiguidade pode alimentar sentimentos de indiferença, de frustração e possível desinvestimento. As câmaras desligadas e a participação mínima podem ser vistas como uma ilustração dessa ambiguidade entre compromisso e indiferença.

Os membros mais antigos podem investir de forma mais intensa no valor simbólico do presencial ou, pelo contrário, no conforto do *online*. Os mais jovens podem adaptar-se melhor ao *online,* mas não encontrar aí o encantamento institucional necessário para a construção da sua identidade na relação com um grupo e uma casa comum. Surge assim uma possível clivagem geracional que pode espelhar, em miniatura, as clivagens sociais do nosso tempo e que poderá ter impacto no futuro da organização.

Em contrapartida não queremos deixar de anotar que, do ponto de vista simbólico, também é possível pensar o digital como um espaço transicional, no sentido de Winnicott (1971): um território intermédio entre a ausência e a presença, capaz de sustentar a ligação quando o encontro físico não é viável.

V - Nota final

Se a instituição em causa, como a nossa, tem por objeto a psicoterapia, o debate adquire contornos particulares. Não estamos todos de acordo. Para muitos, o *online* é um recurso imperfeito, mas valioso quando o encontro humano não é possível; para outros substitui, no essencial, a presença. Do nosso ponto de vista, se uma sociedade científica dedicada à relação reduz significativamente o recurso ao presencial, pode instalar-se uma contradição interna: como promover o valor da presença se a própria instituição a retira da sua vida?

Questionamo-nos se poderá existir ligação entre este tema e fenómenos como a baixa participação nas reuniões gerais; a menor renovação geracional; a crescente dificuldade em captar jovens interessados em integrar a vida associativa; o sentimento de afastamento ou indiferença em relação aos orgãos directivos; os conflitos que não chegam a ser discutidos em profundidade. Naturalmente que isto não explica tudo. E há seguramente outros factores relevantes que urge pensar. Mas cremos que é um ângulo de análise não negligenciável no entendimento do estado actual de algumas organizações.

Cremos que o futuro das instituições - que na nossa leitura optaram por uma forte desmaterialização - poderá passar por uma reavaliação do equilíbrio: o *online* como meio, não como morada. Um equilíbrio em que o virtual amplia o encontro, mas o presencial volta a constituir o lugar privilegiado de contenção e transmissão.

Referências Bibliográficas

Al Neyadi, S. N., Yaacob, T. Z., Che Hashim, H. I., Hasan, M. Z., Subramaniam, Y., & Indiran, L. (2023). *Cultivating virtual success: Exploring the influence of organizational culture on employee performance*. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences, 13*(12), 709-717. https://doi.org/10.6007/IJARBSS/v13-i12/19878

Anzieu, D. (1975). *Le groupe et l'inconscient: L'imaginaire groupai*. Dunod.

Bailey, D. E., & Kurland, N. B. (2002). A review of telework research: Findings, new directions, and lessons for the study of modern work. *Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior*, *23*(4), 383-400. https://doi.org/10.1002/JOB.144

Bierly, P. E., Stark, E. M., & Kessler, E. H. (2009). The moderating effects of virtuality on the antecedents and outcome of NPD team trust. *Journal of Product Innovation Management*, *26*(5), 551-565. https://doi.org/10.1111/j.1540-5885.2009.00680.x

Bion, W. R. (1961). *Experiences in groups*. Tavistock Publications.

Breuer, C., Hüffmeier, J., & Hertel, G. (2016). Does trust matter more in virtual teams? A meta-analysis of trust and team effectiveness considering virtuality and documentation as moderators. *Journal of Applied Psychology, 101*(8), 1151–1177. https://doi.org/10.1037/apl0000113

De Maré, P. B., Piper, R., & Thompson, S. (2018). *Koinonia: From hate, through dialogue, to culture in the larger group*. Routledge.

DeMarie, S. M. (2004). Using virtual teams to manage complex projects: A case study of the radioactive waste management project. In J. M. Kamensky & T. J. Burlin (Eds.), *Collaboration: Using networks and partnerships* (pp. 149–170). Rowman & Littlefield Publishers.

Enriquez, E. (1990*) Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Zahar Editores

Figueiredo, E., Margaça, C., & Sánchez-García, J. C. (2025). Loneliness and isolation in the era of telework: A comprehensive review of challenges for organizational success. *Healthcare, 13*(16), 1-28. https://doi.org/10.3390/healthcare13161943

Foulkes (1964). *Therapeutic group analysis.* George Allen & Unwin

Hinds, P. J., & Bailey, D. E. (2003). Out of sight, out of sync: Understanding conflict in distributed teams. *Organization science*, *14*(6), 615-632. https://doi.org/10.1287/orsc.14.6.615.24872

Hopper, E. (2012). *Trauma and organization*. Karnac Books.

Jarvenpaa, S. L., & Leidner, D. E. (1999). Communication and trust in global virtual teams. *Organization science*, *10*(6), 791-815. https://doi.org/10.1287/orsc.10.6.791

Käes (1993). *Le groupe et le sujet du groupe: éléments pour une théorie psychanalytique du groupe*. Dunod.

Kankanhalli, A., Tan, B. C., & Wei, K. K. (2006). Conflict and performance in global virtual teams. *Journal of management information systems*, *23*(3), 237-274. https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222230309

Kuo, F. Y., & Yu, C. P. (2009). An exploratory study of trust dynamics in work-oriented virtual teams. *Journal of Computer-Mediated Communication*, *14*(4), 823-854. https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2009.01472.x

Mortensen, M., & Hinds, P. J. (2001). Conflict and shared identity in geographically distributed teams. *International Journal of Conflict Management*, *12*(3), 212-238. https://doi.org/10.1108/eb022856

De Guinea, A. O., Webster, J., & Staples, D. S. (2012). A meta-analysis of the consequences of virtualness on team functioning. *Information & management*, *49*(6), 301-308. http://dx.doi.org/10.1016/j.im.2012.08.003

Peñarroja, V., Orengo, V., Zornoza, A., & Hernández, A. (2013). The effects of virtuality level on task-related collaborative behaviors: The mediating role of team trust. *Computers in Human Behavior*, *29*(3), 967-974. . http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2012.12.020

Robert, L. P., Denis, A. R., & Hung, Y. T. C. (2009). Individual swift trust and knowledge-based trust in face-to-face and virtual team members. *Journal of management information systems*, *26*(2), 241-279. https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222260210

Winnicott, D. W. (1971). *Playing and Reality*. Tavistock Publications.

Programa parentalidade reflexiva uma intervenção psicopedagógica: promover relações saudáveis e interromper ciclos transgeracionais

Mariana Rodrigues e Célia de Magalhães

Resumo

A experiência com grupos multifamiliares no Hospital de Dia ULSSM evidenciou a transgeracionalidade da doença mental, sublinhando a necessidade de intervenções que promovam a saúde mental parental e a interrupção de padrões disfuncionais. O Programa de Parentalidade Reflexiva surge como uma intervenção psicopedagógica baseada na mentalização, destinada a apoiar os pais na compreensão das suas próprias experiências internas e das dos seus filhos, promovendo uma vivência mais consciente e gratificante da parentalidade. A parentalidade é uma viagem que dura toda a vida e a única preparação que a maioria das pessoas tem é a forma como foram educadas.

A Parentalidade Reflexiva foca-se na capacidade de reconhecer e refletir sobre estados mentais — desejos, necessidades, sentimentos, pensamentos, crenças e intenções — em si próprios e nos filhos. Esta capacidade de mentalização manifesta-se na forma como os pais identificam e verbalizam os seus estados internos e os dos filhos, promovendo relações caracterizadas por sensibilidade, empatia e funcionamento reflexivo.

A necessidade humana de ser compreendido é central à nossa existência, envolvendo a capacidade de compreender pensamentos e sentimentos em nós próprios e nos outros. Sentir-se compreendido aumenta a confiança e a predisposição para aprender, não apenas sobre nós mesmos, mas também sobre os outros e o mundo que nos rodeia.

O Programa de Parentalidade Reflexiva consiste em 8 sessões estruturadas, acompanhadas de fichas de trabalho e ferramentas práticas. O seu foco não está em oferecer soluções prontas para comportamentos específicos, mas em desenvolver nos pais a capacidade de compreender os seus próprios estados mentais e os do filho, promovendo uma maior consciência emocional, regulação das emoções e enriquecimento da relação entre ambos.

Palavras-chaves: Parentalidade Reflexiva, Mentalização, grupos de pais, Transgeracionalidade

[21] Enfermeiras especialistas em psiquiatra e saúde mental CHULN-ULSSM.

Artigo adaptado a partir da comunicação oral apresentada no XXII Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo e XVI Encontro Luso Brasileiro, Lisboa 18 Novembro 2023.

Abstract

The experience with multi-family groups at the Day Hospital ULSSM highlighted the transgenerational nature of mental illness, the need for interventions that promote parental mental health and interrupt dysfunctional patterns. The Reflective Parenting Program emerges as a psychopedagogical intervention based on mentalization, designed to support parents in understanding their own internal experiences and those of their children, promoting a more conscious and rewarding experience of parenting. Parenting is a lifelong journey, and the only preparation most people have is their upbringing.

Reflective Parenting focuses on the ability to recognize and reflect on mental states—desires, needs, feelings, thoughts, beliefs, and intentions—in themselves and their children. This mentalization capacity manifests itself in the way parents identify and verbalize their own internal states and those of their children, fostering relationships characterized by sensitivity, empathy, and reflective functioning. The human need to be understood is central to our existence, involving the ability to understand thoughts and feelings in ourselves and others. Feeling understood increases confidence and a willingness to learn, not only about ourselves, but also about others and the world around us.

The Reflective Parenting Program consists of eight structured sessions, accompanied by worksheets and practical tools. Its focus is not on offering ready-made solutions for specific behaviors, but on developing parents' ability to understand their own mental states and those of their child, promoting greater emotional awareness, emotion regulation, and an enriched relationship.

Keywords: Reflective Parenting, Mentalization, parent groups, Transgenerationality

Programa parentalidade reflexiva.

Como surgiu?

A experiência com grupos multifamiliares no Hospital de Dia – ULSSM (Modelo de Psicanálise Multifamiliar; Badaracco, 1990, 2000) tem vindo a evidenciar um fenómeno central na compreensão da saúde mental: a transgeracionalidade da doença mental. Este conceito refere-se à forma como padrões emocionais, comportamentais e relacionais se transmitem entre gerações, muitas vezes de forma inconsciente. Perante esta realidade, torna-se fundamental desenvolver intervenções que promovam a saúde mental e contribuam para a interrupção de padrões disfuncionais.

Os trabalhos que apresentaram os maiores contributos para o desenvolvimento deste programa foram os trabalhos de Peter Fonagy no âmbito do conceito de mentalização, e os trabalhos de Sheila Redfern mais centrada na aplicação do conceito de mentalização na parentalidade.

A parentalidade é uma viagem que dura toda a vida e a única preparação que a maioria das pessoas tem é a forma como foram educadas Não existe uma forma certa ou errada de ser pai ou mãe. É

importante que estejamos mais conscientes da forma como somos pais, para que possamos compreender o que influencia a nossa parentalidade e as nossas reacções, como somos influenciados por pensamentos, sentimentos, crenças e acontecimentos externos (Redfern et al., 2015).

É neste enquadramento que emerge o Programa de Parentalidade Reflexiva, uma intervenção psicopedagógica baseada na mentalização, que tem como finalidade apoiar os pais na compreensão dos seus próprios estados internos, bem como dos estados mentais dos seus filhos.

A Mentalização, um Conceito-Chave

No centro da Parentalidade Reflexiva encontra-se a mentalização, definida como a capacidade de compreender os pensamentos, sentimentos e intenções em si próprio e nos outros. Trata-se de um processo imaginativo que permite atribuir significado às ações, considerando a "história interna" que está por detrás do que é observável (Fonagy, 2020).

Este processo pode ocorrer de forma implícita, automática e não consciente, no quotidiano das interações sociais, ou de forma explícita, mais consciente e verbalizada, como em contextos reflexivos ou terapêuticos.

Algumas características fundamentais da mentalização incluem:

2. É uma competência humana universal;
3. Desenvolve-se principalmente nas relações precoces com os cuidadores;
4. Pode ser fortalecida ao longo da vida;
5. Está diretamente relacionada com a qualidade das relações interpessoais.

Vinculação e Mentalização

A mentalização desenvolve-se principalmente nas relações de vinculação precoces. Quando o bebé estabelece uma relação segura com os pais ou cuidadores, sente-se protegido para explorar e compreender tanto os seus próprios pensamentos e emoções como os dos outros. Esse processo acontece porque o cuidador responde de forma sensível e ajustada (contingente) às necessidades emocionais da criança, interpretando e refletindo os seus estados internos. Assim, o bebé aprende a mentalizar ao ser "mentalizado" pelos outros. Quando há sintonia entre o que a criança sente e a resposta do cuidador, o desenvolvimento dessa capacidade é favorecido. Por outro lado, ruturas ou dificuldades nas relações de vinculação podem fragilizar a capacidade de mentalização.

A confiança epistémica diz respeito à base relacional que torna possível a aprendizagem entre pessoas. Trata-se da confiança necessária para que alguém esteja disposto a receber, considerar e integrar o conhecimento transmitido por outro. Em termos mais concretos, ocorre quando quem aprende acredita que a informação partilhada é válida, relevante e aplicável à sua própria realidade. Ou seja, a pessoa

reconhece valor no que lhe é comunicado e vê utilidade desse conhecimento no seu contexto pessoal e social.

Mentalização nas famílias

É no contexto familiar que as relações tendem a ser mais tensas, mais amorosas e mais intensas do ponto de vista emocional (Fonagy & Allison, 2014).

A família é o principal contexto onde se desenvolve a mentalização, pois é através das interações com os cuidadores que construímos o sentido de nós próprios e dos outros. É também no contexto familiar que aprendemos sobre relações e sobre o funcionamento das nossas mentes e emoções.

Assim, a família pode tanto favorecer como prejudicar a capacidade de mentalizar: pode apoiar o seu desenvolvimento e fortalecimento entre os seus membros, ou, pelo contrário, contribuir para dificuldades persistentes ou regressões a formas menos desenvolvidas de compreensão emocional e relacional.

Ao se compreender a relação entre a vinculação e a mentalização (Fonagy, Redfern e Charman, 1997) e os efeitos positivos da capacidade de mentalizar nas relações, o que é proposto é que: Quando os pais conseguem refletir sobre os estados mentais (pensamentos e sentimentos internos) dos filhos, estes, por sua vez, tornam-se mais capazes de controlar as suas próprias emoções. Este processo ocorre porque os pais "espelham" de volta para a criança. Sem um pai que consiga refletir de volta, os bebés não sabem como dar sentido ao que estão a sentir. Os pais tornam-se instrutores do bebé para que este aprenda a compreender-se a si próprio e aos seus sentimentos. Consequentemente, pais com maior capacidade de mentalização tendem a promover um desenvolvimento emocional mais saudável nos seus filhos (Fonagy, 1989, citado por Redfern & Cooper, 2015).

O que é a Parentalidade Reflexiva?

A Parentalidade Reflexiva centra-se na capacidade dos pais de reconhecer e refletir sobre estados mentais — como desejos, necessidades, sentimentos, pensamentos, crenças e intenções — tanto nos próprios como nos seus filhos (Redfern et al., 2015). Esta capacidade manifesta-se através de:

- Identificação e nomeação de emoções;
- Compreensão das motivações por trás dos comportamentos;
- Respostas mais sensíveis e empáticas;
- Relações familiares mais conscientes e equilibradas.

O objetivo principal proposto pelo Programa de Parentalidade Reflexiva não é fornecer soluções rápidas para comportamentos específicos, mas sim desenvolver competências internas que permitam aos pais responder de forma mais ajustada às necessidades emocionais dos filhos.

O Programa é composto por 8 sessões estruturadas (Redfern et al., 2015), que incluem:

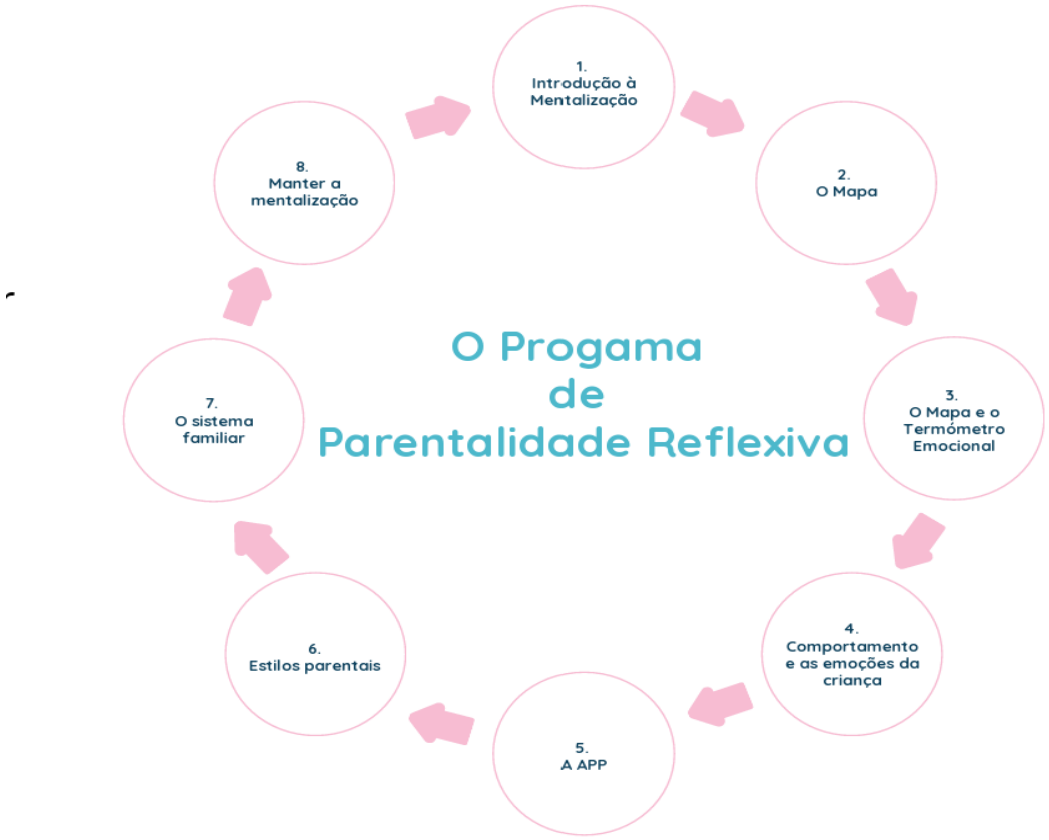
- Ferramentas práticas;
- Fichas de trabalho;
- Exercícios de autorreflexão.

A organização das sessões segue uma sequência específica, iniciando com a ferramenta de autorreflexão Parent MAP, seguida da Parent APP, entre outras. Embora não exista um número máximo de sessões, recomenda-se um mínimo de cinco para garantir a exploração adequada das ferramentas essenciais.

Objetivos do Programa

- Promover a consciência emocional dos pais;
- Desenvolver a regulação emocional;
- Melhorar a qualidade da relação entre pais e filhos;
- Aumentar a capacidade de compreender comportamentos à luz dos estados mentais;
- Interromper padrões relacionais disfuncionais transmitidos entre gerações.

Figura 1



Traduzido e adaptado do The Reflective Parenting Programme
(Redfern, S., 2015)
Anna Freud Centre - London

Conclusão

A necessidade de ser compreendido é central à experiência humana. Quando os pais conseguem compreender — e fazer com que os filhos se sintam compreendidos — criam um ambiente seguro, onde as aprendizagens emocionais e relacionais podem florescer.

O Programa de Parentalidade Reflexiva representa uma abordagem inovadora e profundamente humana à intervenção parental. Ao focar-se na mentalização e na compreensão dos estados internos, promove não apenas mudanças comportamentais, mas transformações duradouras nas relações familiares.

Num contexto onde a transgeracionalidade da doença mental é uma realidade, investir na capacidade reflexiva dos pais é um passo essencial para construir famílias mais saudáveis, resilientes e emocionalmente conscientes.

"*Se sentir que sou compreendido, vou estar mais inclinado a aprender com a pessoa que me compreendeu, pois percepciono-a como alguém potencialmente confiável. Isto inclui aprender sobre mim*

mesmo, mas também sobre os outros e sobre o mundo em que vivo" (Fonagy, P., & Campbell, C. J. P. H., 2017).

Referências Bibliográficas

Fonagy, P., & Campbell, C. J. P. H. (2017). Mentalizing, attachment and epistemic trust: how psychotherapy can promote resilience. Psychiatria Hungarica, 32(3), 283-287.

Fonagy, P. (2020). Peter Fonagy on a revolution in mental health care [Episódio de podcast]. Spotify. Obtido de https://open.spotify.com/episode/7EVzNQB oPLfjVB9vWJwJQ5?si=672fe1b7bcca49c7

Redfern, S., Cooper, A., & Cooper, A. (2015). Reflective parenting: A guide to understanding what's going on in your child's mind. Routledge.

Psychological safety and mental health in organizations

Ana Paula Costa

Resumo

A segurança psicológica enquanto capacidade de o indivíduo se manifestar perante os outros, seja dentro de um grupo, equipa, organização ou outro ambiente, sem medo das repercussões que tal risco interpessoal implica, tem sido associada ao aumento da aprendizagem, do desempenho, da produtividade, da qualidade, da segurança, do compromisso, da coesão, da criatividade e da inovação, e do bem-estar dos trabalhadores. São, contudo, ínfimos os estudos sobre a relação entre a segurança psicológica percebida pelos indivíduos e a sua saúde mental, lacuna que este estudo pretendeu colmatar. Os instrumentos utilizados foram a Escala de Segurança Psicológica de O'Donovan et al. (2020) e o Inventário de Saúde Mental (Ribeiro, 2011), aplicados a uma amostra de 420 trabalhadores em contexto empresarial. A Escala de Segurança Psicológica foi adaptada para português, e a sua validade estrutural verificada através das análises fatoriais confirmatória (AFC) e exploratória (AFE). Entre os resultados destacaram-se: a associação positiva significativa entre a perceção de segurança psicológica por parte do trabalhador e a sua saúde mental, sendo aquela o preditor com maior impacto no *distress* psicológico; efeito significativo da segurança psicológica face aos líderes no *distress* psicológico; diferenças significativas na segurança psicológica e na saúde mental em função do nível hierárquico dos trabalhadores, com as lideranças pontuando mais em ambas as variáveis.

Palavras-chave: segurança psicológica; comportamentos de voz; saúde mental; local de trabalho; organizações

Abstract

Psychological safety, defined as an individual's capacity to express themselves before others - whether within a group, team, organization, or other environment - without fear of the repercussions entailed by interpersonal risk, has been linked to enhanced learning, performance, productivity, quality, safety, commitment, cohesion, creativity, innovation, and overall employee well-being. However, research on the relationship between individuals' perceived psychological safety and their mental health remains exceedingly scarce. This study aimed to address this gap. The Psychological Safety Scale (O'Donovan et al., 2020) and the Mental Health Inventory (Ribeiro, 2011) were administered to a sample of 420 employees in organizational settings. The Psychological Safety Scale was adapted into Portuguese, and its construct validity was examined using confirmatory and exploratory factor analyses. Key findings

[22]Mestre em Psicologia Clínica.

Artigo adaptado a partir da comunicação oral apresentada no XXII Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo e XVI Encontro Luso Brasileiro, Lisboa 18 Novembro 2023.

included a significant positive association between employees' perceptions of psychological safety and their mental health, with psychological safety emerging as the strongest predictor of reduced psychological distress; a significant effect of psychological safety relative to leaders on psychological distress; and significant differences in psychological safety and mental health according to hierarchical level, with leadership positions scoring higher on both variables.

Keywords: psychological safety; voice behaviors; mental health; workplace; organizations

Introduction

We have grown accustomed to the idea, often attributed to Sigmund Freud, that a mentally healthy individual is one who is capable of both loving and working, a premise that underscores the importance of both affects and productive activity for psychological well-being.

This conception is reinforced by the World Health Organization (WHO), which defines mental health as "a state of mental well-being that enables individuals to cope with the stresses of life, apply their abilities, learn and work effectively, and contribute to their community" (WHO, 2022a).

Indeed, the WHO explicitly states that decent work supports good mental health by providing a livelihood, fostering a sense of confidence, purpose, and accomplishment, creating opportunities for positive relationships and inclusion in a community, and establishing a framework for structured routines (WHO, 2024).

However, work can also entail negative consequences for both physical and mental health due to a variety of factors, ranging from the effort and responsibility it demands to values, attitudes, and behaviours related aspects, commonly referred to as psychosocial risks (Harvey et al., 2017).

The European Agency for Safety and Health at Work warns that prolonged exposure to to such risk factors can lead to physical and mental health problems, including burnout, anxiety, or depression (European Agency for Safety and Health at Work, 2022).

According to the WHO World Mental Health Report, it is estimated that nearly 15% of the global workforce will experience a mental disorder at some point in their lives (WHO, 2022b). In Portugal, the problem is similarly pronounced: in 2022, approximately 58% of workers reported experiencing symptoms of burnout (OPP, 2023).

Work, therefore, simultaneously represents a source of and a threat to mental health. Increasingly, the influence of organizational climate as a psychosocial condition on individual well-being and mental health has been recognized.

The associations between positive work environments and individual health and well-being originate from psychological climate and psychosocial safety climate theories (Baltes et al., 2009; Dollard & Bakker, 2010, cited by Weziak-Bialowolska et al., 2023), which emphasize the role that employees' perceptions of their work environment and the interactions within it play in their psychological health.

A recent APA study (2023b), surveying 2,515 U.S. employees, confirmed that toxic work environments are associated with reduced psychological well-being, stating that “there is little doubt that workplace conditions can contribute to or exacerbate mental health problems, and even less doubt that mental health issues can manifest - and do manifest - in the workplace” (Kelloway et al., 2023, p. 381).

In this context, psychological safety emerges as a variable of particular relevance. Although recent years have seen a surge in research on this topic, empirical investigation into the relationship between psychological safety and mental health remains virtually nonexistent, as acknowledged by Edmondson and Brandsby (2023) in their recent review of the past decade’s research.

It is precisely this gap that the present study sought to address.

Study Variables

Psychological Safety

Psychological safety is defined in the *Thesaurus of Psychological Index Terms* of the American Psychological Association (APA) as “the ability to share thoughts and ideas without fear of humiliation, punishment, or interpersonal risk, within a group, team, organization, or other environment” (APA, 2023a).

The concept was first introduced by Schein and Bennis in 1965, who considered it critical to organizational learning and change processes, as it reduces perceived threats and creates a context that encourages experimentation and tolerates failure without retaliation, rejection, or blame. In 1990, Kahn revisited the topic, arguing that psychological safety enables individuals to engage and express themselves physically, cognitively, and emotionally in their roles, rather than withdrawing to protect themselves.

However, the most influential work for the proliferation of research on psychological safety was that of Amy Edmondson, who defined it as “a shared belief among team members that it is safe to take interpersonal risks” (1999, p. 350), and introduced the first empirical measure of the construct. According to Edmondson, “psychological safety exists when people feel that their workplace is an environment where they can speak up, suggest ideas, and ask questions without fear of being punished or embarrassed” (2018, p. 15).

From a broad and comprehensive perspective, psychological safety can be understood as the sense of ease felt by the individual in expressing opinions, suggesting ideas, asking questions, challenging, disagreeing, critiquing, voicing concerns, doubts, or fears, pointing out others’ mistakes and acknowledging their own, requesting help, and admitting difficulties, thereby placing themselves in a potentially vulnerable position without fearing repercussions such as embarrassment, humiliation, punishment, retaliation, rejection, judgment, discrimination, or conflict.

Mental Health

According to the APA *Dictionary of Psychology*, mental health is “a state of mind characterized by emotional well-being, good behavioral adjustment, relative absence of anxiety and disabling symptoms,

and the capacity to form constructive relationships and cope with the normal stresses and demands of life" (APA, 2018).

The WHO defines mental health as "a state of complete physical, mental, and social well-being, and not merely the absence of disease or infirmity" (WHO, 1947). In other words, "mental health problems include not only all conditions that constitute mental disorders but also states of emotional distress that affect individuals' mental health, even if not clinically diagnosed as a disorder, including psychological suffering or distress" (Portuguese National Health Council [Conselho Nacional de Saúde], 2019, p. 19).

Literature Review

Psychological Safety in the Workplace

A large body of research demonstrates that workplaces characterized by toxic relationships and low social support have adverse effects on employees' mental health, contributing to stress, burnout, depression, and anxiety (Monteiro & Joseph, 2023). Within this context, the relational dimension of work emerges as a variable of critical importance for mental health outcomes.

Over the past decade, psychological safety has received increasing attention, with the number and scope of published studies growing exponentially (Edmondson & Brandsby, 2023). Google's Project Aristotle, which studied 180 teams over two years, concluded that psychological safety was the most important factor in high-performing teams (Bergman & Schaeppi, 2016, cited in Newman et al., 2017). In line with this, Frazier et al. (2017), in the first review study on the role of psychological safety at work, emphasized a unifying principle: the importance of creating a work environment in which perceptions of interpersonal risk are minimized.

Psychological Safety and Mental Health

Despite the increasing discussion of the impacts of psychological safety on mental health, empirical research in this area remains extremely limited, focusing almost exclusively on burnout.

The study most closely aligned with the objectives of the present research is that of Sasaki et al. (2022), which analysed the associations between employees' psychological safety and their mental health, finding positive associations between these variables. Sasaki et al.'s study included a sample of 400 participants, equally divided between health care professionals and professionals from other sectors. The measure used to assess psychological distress was the Japanese version of the Kessler Psychological Distress Scale (K6), a brief screening tool for symptoms related to depression and anxiety. In this study, psychological safety was negatively associated with psychological distress (and positively associated with engagement, performance, and job satisfaction), demonstrating its importance for employee mental health.

However, the sample in this study was exclusively Japanese, highlighting the need for research with more culturally and professionally diverse samples.

Objectives And Hypotheses

The primary objective of this study was to explore the relationship between employees' psychological safety in the workplace and their mental health, based on the results obtained from a validated measurement scale for each of these constructs.

Based on the literature review, several research hypotheses were formulated. The primary hypothesis is as follows:

Lower levels of psychological safety perceived by employees are associated with poorer mental health outcomes.

Methods

Participants

The study sample comprised 420 professionals from different types of organizations, sectors, and roles, aged between 21 and 79 years, of whom 75.7% were female. In terms of educational qualifications, all participants had completed at least compulsory education, with 81.9% holding a higher education degree. The most represented region was Lisbon (75.7%), followed by the North (10.5%) and Center (8.3%) regions, with 3.1% working abroad.

Concerning work-related variables, the majority of participants worked in the private sector (72.6%) in national companies (65.5%), on a full-time basis (89.3%) and in person (54.5%). Participants were distributed across all 26 occupational sectors listed in the questionnaire, with the education/teaching being the most represented (14.3%), followed by health care (11.0%).

With regard to hierarchical level, 41% of participants held middle-management positions, followed by first-line directors and intermediate supervisors (33.1%), operational staff (19.8%), and senior management (6.2%).

The sample size exceeded recommendations in the literature concerning the participant-to-item ratio in the measurement instruments used, thereby addressing the call by the developers of the Psychological Safety Scale to replicate its administration with larger samples (O'Donovan et al., 2020).

Measures

Psychological Safety Scale (PSS) — O'Donovan et al. (2020)

This instrument comprises 19 items across three dimensions:

1. **Leader** (psychological safety in relation to the team leader)
2. **Peers** (psychological safety in relation to colleagues)
3. **Team** (psychological safety within the team as a whole)

Originally developed in English, the scale was translated and adapted into Portuguese in accordance with rigorous methodological standards and best research practices described in our study

This instrument demonstrated high internal consistency in both the original sample (Irish and Dutch health care professionals) and the present Portuguese sample, confirming its reliability for assessing the construct.

Mental Health Inventory (MHI) — Ribeiro (2011)

Comprising 38 items, the MHI is organized into five subscales grouped into two main dimensions:

1. **Psychological Well-Being** (subscales: Positive Affect and Emotional Bonds)
2. **Psychological Distress** (subscales: Anxiety, Depression, and Loss of Emotional/Behavioral Control.

This questionnaire has demonstrated high internal consistency in both the Portuguese validation study and the present sample. Its reliability enables a rigorous analyis of participants' psychological well-being and psychological distress, making it suitable for exploring relationships with contextual variables such as psychological safety in the workplace.

Procedure

Participants completed an online questionnaire comprising the measurement instruments, demographic questions, and informed consent.

Data collection took place between February and April 2024, with participation requests primarily disseminated via LinkedIn.

The inclusion criteria were: being of legal age, working in an organizational context, and performing functions within a team (with at least two colleagues).

Data Analysis

The study employed a quantitative and multivariate approach, described in greater detail in the full version. Data were analyzed using descriptive and inferential statistics, and the psychological safety scale was subjected to structural analyses.

RESULTS

A significant positive association was identified between employees' psychological safety and their mental health. Psychological safety proved to be an important predictor of reduced psychological distress, thus confirming the study's primary hypothesis.

In other words, the higher the participants' psychological safety- whether in terms of overall scores, with respect to the team leader, colleagues, or perceived at the team level - the better their mental health outcomes (i.e., lower levels of anxiety, depression, and loss of control, and higher levels of positive affect and emotional bonds).

These results are consistent with those reported by Sasaki et al. (2022), in which psychological safety showed positive associations with good mental health. They are also in line with the findings of the American Psychological Association's Work in America Survey (APA, 2024), according to which 84% of employees with high psychological safety reported mental health ranging from good to excellent, compared with only 67% of those with low psychological safety

Other findings of interest include:

a) Employees at higher hierarchical levels reported significantly higher perceptions of psychological safety and better mental health indicators compared to those in lower-level positions;

b) Psychological safety in relation to leadership emerged as the strongest predictor of distress, highlighting the critical role of the leader-subordinate relationship for employees' mental health.

CONCLUSIONS

This study aimed to contribute to research on the relationship between psychological safety and mental health in organizational contexts, an area in which literature remains scarce.

The results support the hypothesis that higher levels of psychological safety are associated with better mental health and reinforce the importance of promoting psychologically safe work environments, with direct benefits for employees' mental health and well-being.

DISCUSSION

Limitations

This study is not without limitations. These include the use of a convenience sample, which limits the generalizability of the results, a notable gender imbalance, and the cross-sectional nature of the research design, which precludes the establishment of causal relationships between variables.

Future Research

Considering these findings, the following directions for future research are proposed:

a) Conducting longitudinal studies to establish causal relationships between variables;

b) Undertaking a more in-depth analysis of the psychological effects of low psychological safety;

c) Exploring typologies of organizational silence and their relationship with ethical dimensions;

d) Investigating psychological safety in specific situational contexts;

e) Examining the role of moderating and mediating variables;

f) Formally validating the O'Donovan et al. (2020) Psychological Safety Scale for the Portuguese population;

g) Analyzing the impact of different work arrangements (on-site, hybrid, and remote) on psychological safety and mental health.

Practical Implications

This study underscores the need for organizational decision-makers to adopt an integrative approach to mental health, embedding it within organizational culture. Active involvement of leadership in promoting psychological safety is recommended through practices such as continuous assessment of organizational climate, training on mental health, fostering a culture of feedback, and involving employees in decision-making. It is highlighted that managers often underestimate perceptions of insecurity within their teams, making it imperative that they develop awareness and take action.

By bringing together a concept from Organizational Psychology and a construct from Clinical Psychology, the study aspires to bridge these two fields, highlighting the benefits of greater cooperation and interdisciplinarity, as well as the role of clinical psychology interventions within organizations, whether through counselproging, psychotherapeutic support, or educational initiatives designed to develop emotional skills and reduce stigma. associated with mental health.

Author's note: The following is a transcription of the closing remarks delivered at the Congress, reflecting on the role of the group as a space of integration, protection, and collective care.

Closing Remarks from the Congress Presentation

In this work, we have set down a number of recommendations and practical suggestions for organizations, also drawing on nearly 35 years of experience in corporate settings.

Here and now, it bears remembering the importance of cultivating a relational field where mistakes can be accepted, differences welcomed, and emotional integrity protected.

I believe that psychological safety is a barometer of an organization's relational climate; the emotional fabric that either sustains or threatens the psychological health of teams.

Its absence, particularly in workplace interactions among peers, leaders, and subordinates, constitutes a form of distress associated with significant psychic vulnerability.

Perhaps, in times of social and organizational division, the greatest gesture of respect for collective mental health lies in creating spaces where we can exist together without fear of breaking the bonds that connect us to others and to the group that contains and sustains us. Within the group - that living mirror of affects and differences - we truly find ourselves and grow. Authenticity, after all, is a path towards health.

"*Where there is historical silence, find space for speech*," as Professor Emerson Du Bu [keynote speaker at the Congress] reminded us.

Amidst the malaise of our times, the responsibility of caring for one another remains ours.

In an increasingly complex organizational landscape, psychologists play a fundamental role in deciphering invisible dynamics, providing emotional support during periods of change, integrating workplace culture with mental health, and fostering safer, more humane, conscious, and ethical environments. They are attuned to existential suffering and the emotional depth underlying behaviors, attitudes, reactions, and relational dynamics; they explore silences and restore meaning

The perspective I bring here today is not a psychoanalytic one - that is not my vantage point. It is simply that of someone seeking to understand the human being within their space of belonging and relation.

I offer this humble contribution for your consideration, submitting it to your gaze and your valuable perspective, confident that you will have much to add, question, and enrich.

And in the hope that this work, modest though it may be, may serve as a meeting point between bodies of knowledge, practices, and people.

Psychology thrives in dialogue, and the human being is renewed in encounter.

References

American Psychological Association (APA). (2018). APA dictionary of psychology.

American Psychological Association (APA). (2023a). Thesaurus of psychological index terms (13.ª ed.).

American Psychological Association (APA). (2023b). 2023 Work in America survey: Psychological safety in the workplace. https://www.apa.org/pubs/reports/work-in-america/2023-workplace-health-well-being

American Psychological Association (APA). (2024). 2024 Work in America survey. https://www.apa.org/pubs/reports/work-in-america/2024/psychological-safety

Conselho Nacional de Saúde (2019). Sem mais tempo a perder – Saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década. https://www.cns.min-saude.pt/wp-content/uploads/2019/12/sem-mais-tempo-a-perder.pdf

Edmondson, A. C. (1999). Psychological safety and learning behavior in work teams. Administrative Science Quarterly, 44(2), 350–383. https://doi.org/10.2307/2666999

Edmondson, A. C. (2018). The fearless organization: Creating psychological safety in the workplace for learning, innovation, and growth. John Wiley & Sons.

Edmondson, A. C., & Brandsby, G. (2023). Psychological safety comes of age: Observed themes in an established literature. Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 10, 55–78. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-120920-055217

European Agency for Safety and Health at Work. (2022). Psychosocial risks and mental health at work. https://osha.europa.eu/en/themes/psychosocial-risks-and-mental-health

Frazier, M. L., Fainshmidt, S., Klinger, R. L., Pezeshkan, A., & Vracheva, V. (2017). Psychological safety: A meta-analytic review and extension. Personnel Psychology, 70(1), 113–165. https://doi.org/10.1111/peps.12183

Harvey, S. B., Modini, M., Joyce, S., Milligan-Saville, J. S., Tan, L., Mykletun, A., & Mitchell, P. B. (2017). Can work make you mentally ill? A systematic meta-review of work-related risk factors for common mental health problems. Occupational and Environmental Medicine, 74(4), 301–310. https://doi.org/10.1136/oemed-2016-104015

Kahn, W. A. (1990). Psychological conditions of personal engagement and disengagement at work. Academy of Management Journal, 33(4), 692–724. https://doi.org/10.2307/256287

Kelloway, E. K., Dimoff, J. K., & Gilbert, S. (2023). Mental health in the workplace. Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 10(1), 363–387. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-120920-050527

Mitterer, G., & Mitterer, H. (2023). Psychological safety: Prerequisite for trust and performance. Gruppe. Interaktion. Organisation. Zeitschrift für Angewandte Organisationspsychologie, 54, 39–47.

Monteiro, E., & Joseph, J. (2023). A Review on the Impact of Workplace Culture on Employee Mental Health and Well-Being. International Journal of Case Studies in Business IT and Education, 7(2). https://doi.org/10.47992/IJCSBE.2581.6942.0274

Morrison, E. W., & Milliken, F. J. (2000). Organizational silence: A barrier to change and development in a pluralistic world. Academy of Management Review, 25(4), 706–725. https://doi.org/10.2307/259200

Newman, A., Donohue, R., & Eva, N. (2017). Psychological safety: A systematic review of the literature. Human resource management review, 27(3), 521-535. https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2017.01.001

O'Donovan, R., De Brún, A., & McAuliffe, E. (2020). Healthcare professionals experience of psychological safety, voice, and silence. Frontiers in Psychiatry, 11, 564916. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2020.564916

Ordem dos Psicólogos Portugueses (2023). Prosperidade e Sustentabilidade das Organizações – Relatório do Custo do Stresse e dos Problemas de Saúde Psicológica no Trabalho, em Portugal. Lisboa.

Ribeiro, J. L. P. (2011). Inventário de Saúde Mental. Placebo Editora.

Sasaki, N., Imamura, K., Tran, T. T. T., Rahman, M. S., Nguyen, H. T., Kuribayashi, K., & Kawakami, N. (2022). Psychological safety and worker mental health: A cross-sectional study. Journal of Occupational and Environmental Medicine, 64(9), e577–e582. https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000002651

Schein, E. H., & Bennis, W. G. (1965). Personal and organizational change through group methods: The laboratory approach. Wiley.

Weziak-Bialowolska, D., Luszczynska, M., & McNeely, E. (2023). Psychological climate for caring and worker well-being, mental and physical health, job satisfaction and performance. International Journal of Environmental Research and Public Health, 20(5), 4045. https://doi.org/10.3390/ijerph20054045

World Health Organization (1947). Minutes of the Technical Preparatory Committee for the International Health Conference Held in Paris from 18 March to 5 April 1946. https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/2354b8e0-da89-4672-87ba-601b1f978f4c/content

World Health Organization (WHO). (2022a). Mental health: Strengthening our response. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response

World Health Organization (WHO). (2022b). World mental health report: Transforming mental health for all. https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338

World Health Organization (WHO). (2024). Mental health at work. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-at-work

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG) pública, quer on-line, quer em papel, artigos originais ou de revisão e artigos de investigação clínica ou teórica que se inscrevam no contexto de temas do espectro grupanalítico e das ciências sociais e humanas.

Publica trabalhos: elaborados por membros da SPGPAG; por autores não pertencentes à SPGPAG; por autores convidados estrangeiros, que tenham sido apresentados nos congressos nacionais ou internacionais e que se inscrevam no âmbito dos objectivos da SPGPAG; trabalhos finais de membros da SPGPAG ou dos alunos em formação na SPGPAG; críticas a livros de autores nacionais ou internacionais de relevância para os temas de trabalho e de estudo da SPGPAG.

Qualquer artigo ou trabalho é objecto de parecer de dois revisores que, sem conhecer o nome dos autores do mesmo, darão a sua opinião acerca da relevância do artigo a ser publicado. Em caso de discordância é pedido parecer a um terceiro revisor.

Os artigos a publicar devem ser redigidos preferencialmente em português, e podem também ser apresentados em inglês, espanhol ou francês. Os autores deverão apresentar um resumo em português, na língua original e em inglês.

O limite de palavras é de 5000 para os artigos (incluindo referências bibliográficas), de 250 palavras para o resumo e 5 palavras-chave. Será solicitado a autores cujos trabalhos ou artigos ultrapassem o número máximo de palavras que subdividam o mesmo em dois trabalhos ou artigos mais pequenos.

As referências bibliográficas deverão ser redigidas de acordo com as normas da APA 2026 (in https://tesify.pt/normas-apa-2026-guia-completo-7-edicao-teses-artigos/):

No texto (Silva A. B., 2023).

Ou com o autor integrado no texto: António Baltazar Silva (2023) disse que….

Artigo: Silva, A. B., & Santos, C. D. (2023). Título do artigo em itálico apenas o título da revista. *Nome da Revista Científica*, *15*(3), 45–67. https://doi.org/10.xxxx/xxxxx

Livro: Ferreira, M. (2022). *Título do livro em itálico: Subtítulo se houver* (2.ª ed.). Editora Académica.

Capítulo em Livro Organizado: Costa, R. (2021). Título do capítulo. In A. Organizador & B. Organizador (Eds.), *Título do livro* (pp. 23–45). Editora.

Dissertação de Mestrado: Rodrigues, P. (2024). *Título da dissertação* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. RCAAP. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/xxxxx

Página Web: Autor, A. (Ano, dia de mês). *Título da página*. Site. https://www.site.com/pagina

Os Artigos deverão ser submetidos online para o endereço electrónico: spgpag.pt@gmail.com

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Consultar o site oficial da SPGPAG (https://grupanalise.pt/)